



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (PGLETRAS)

SAMIA RAFAELA SALES RODRIGUES

**SENTIDOS DE (TRABALHO DE) CUIDADO NO ENEM 2023 E NA POLÍTICA
NACIONAL DE CUIDADOS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO
MATERIALISTA**

SÃO LUÍS
2026

SAMIA RAFAELA SALES RODRIGUES

**SENTIDOS DE (TRABALHO DE) CUIDADO NO ENEM 2023 E NA POLÍTICA
NACIONAL DE CUIDADOS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO
MATERIALISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro De Ciências Humanas – CCH, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: 2 - Estudos de linguagem e práticas discursivas

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a). Georgiana Márcia Oliveira Santos.

Coorientador(a): Prof.(a) Dr.(a). Glória da Ressurreição Abreu França

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sales Rodrigues, Samia Rafaela.

SENTIDOS DE TRABALHO DE CUIDADO NO ENEM 2023 E NA
POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE
DISCURSO MATERIALISTA / Samia Rafaela Sales Rodrigues. -
2026.

96 p.

Coorientador(a) 1: Glória da Ressurreição Abreu França.
Orientador(a): Georgiana Márcia Oliveira Santos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2026.

1. Cuidado. 2. Trabalho de Cuidado. 3. Enem 2023. 4.
Mulheres. 5. Memória Discursiva. I. Abreu França, Glória
da Ressurreição. II. Oliveira Santos, Georgiana Márcia.
III. Título.

SAMIA RAFAELA SALES RODRIGUES

**SENTIDOS DE (TRABALHO DE) CUIDADO NO ENEM 2023 E NA POLÍTICA
NACIONAL DE CUIDADOS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO
MATERIALISTA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA – Centro De Ciências Humanas – CCH, como requisito obrigatório para o título de Mestre em Letras.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a). Georgiana Márcia Oliveira Santos.

Coorientador(a): Prof.(a) Dr.(a). Glória da Ressurreição Abreu França

Aprovada em _____ de _____ de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a). Georgiana Márcia Oliveira Santos
(UFMA)
ORIENTADOR(A)

Prof.(a) Dr.(a). Glória da Ressurreição Abreu França
(UFMA)
ORIENTADOR(A)

Prof.(a) Dr.(a). Mônica da Silva Cruz
(UFMA)

Prof.(a) Dr.(a). Luciana Iost Vinhas
(UFRGS)

Dedico este trabalho a quem me ensinou sobre cuidado antes mesmo que ele se tornasse
objeto de análise: às mulheres da minha vida, cujos gestos cotidianos fazem a história
continuar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. À minha mãe, Raimunda, por todos os dias me acompanhar até a porta, dizendo: “Vai com Deus, minha filha!”. Eu sei que Ele sempre estará comigo. Ao meu pai, Antônio, por me levar para correr, pedalar e buscar uma vida mais saudável, mas também por simplesmente se sentar na porta e beber uma cerveja comigo enquanto rimos e falamos amenidades. À minha irmã, Raysa, minha pessoa preferida no mundo (imagino que isso não seja mais segredo), pela compreensão nos momentos de ausência e silêncio que este trabalho exigiu, pelas leituras dos meus textos quando meus olhos já estavam cansados demais e por ter ficado ao meu lado em cada momento, sobretudo naqueles em que eu lutava contra o relógio; obrigada por acreditar em mim quando eu duvidei, por sustentar comigo os dias difíceis e por celebrar, com a mesma intensidade, cada pequena e grande conquista. Vocês são o motivo de todo o movimento, de toda a dedicação e empenho nos desafios que aceito assumir por uma vida um pouquinho melhor. Seus gestos, ainda que muitas vezes invisíveis, foram fundamentais para que este percurso pudesse se concretizar. Nós combinamos de ser felizes.

Aos meus amigos não humanos, agradeço a companhia silenciosa e constante, que tornou as madrugadas de estudos menos solitárias e mais habitáveis.

Ao meu grande e velho amigo Alan, com quem troquei angústias ao longo deste percurso, grata pelas playlists de músicas bonitas para “me acalmar” e por, tantas vezes, apenas dizer: “Ei, Sami”, seguido de uma indicação de filme ou livro.

À minha madrinha e grande amiga Mônica, pelo apoio sereno desde que nos conhecemos, ali no início da vida adulta, tão jovens e sonhadoras. Obrigada por ter escutado tantas vezes, assentindo com um sorriso no rosto, quando eu dizia: “vou ser uma grande professora”. Prometo que seguirei trabalhando para isso.

À minha querida amiga Vitória, agradeço por ter se feito presente o quanto pôde, pela amizade que atravessa o tempo e pelas palavras certas nos momentos em que eu mesma não as encontrava. Para sempre vou agradecer por esse encontro.

À minha amiga e comadre Camila e ao meu afilhado Antony, pelas pausas de afeto e pelas pequenas fugas que tantas vezes me permitiram repousar e retornar a este trabalho com mais fôlego.

Às minhas amigas Lízia, Laís, Geovanna, Dayane, Hérica, Fabiane e Aline, com quem não apenas corri, mas compartilhei jornadas, inquietações, choros e alegrias. Vocês foram e são apoio incontornável. Lembro do esforço de todas para que eu me sentisse melhor no dia anterior à minha qualificação, assim como das mensagens de incentivo e felicitações após aquela apresentação. Agradeço pela escuta, pela presença e pelo afeto que sustentaram este processo, tornando-o mais leve e possível, mesmo nos momentos de maior exigência acadêmica e emocional.

À minha terapeuta, Giméli Gerra, que me ajudou a resgatar minha autoestima na escrita e a ressignificar minha caminhada até este momento tão bonito e esperado, para que eu pudesse aceitá-lo como meu.

Aos/às colegas do Grupo de Pesquisa GEPEDIS, agradeço pelas leituras compartilhadas, pelas discussões que, sem dúvida, deslocaram meu olhar, pelos encontros tão cheios de sentidos e pelo cuidado coletivo que sustenta esse espaço de pesquisa vivo, crítico e

comprometido. Especialmente à minha amiga Laize, com quem aprendi, entre textos, debates e escutas, que pesquisar também é um gesto compartilhado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), agradeço pelo espaço institucional de formação e pelo compromisso com a produção de conhecimento científico, que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço a todas as professoras que fizeram parte desse momento da minha trajetória acadêmica, desde os passos iniciais até a finalização desta pós-graduação, cujas aulas, orientações e provocações intelectuais foram importantes para a constituição do meu olhar enquanto pesquisadora. Agradeço, sobretudo, à professora Georgiana, por ter aceitado compartilhar o trabalho de orientação. Às professoras Mônica Cruz e Luciana Vinhas, por terem aceitado fazer parte da banca examinadora. Obrigada pela leitura atenciosa.

Especialmente, e de todo o meu coração, agradeço à minha orientadora, Glória França, cuja presença foi fundamental e assídua ao longo de todo este percurso. Seu rigor adoçado de humanidade, sua escuta atenta e seu compromisso com a formação de jovens analistas de discurso, como eu, foram decisivos para que eu chegasse até aqui. É preciso lembrar que, sem o seu chamado, talvez eu não estivesse hoje me constituindo como pesquisadora em Análise de Discurso.

Por fim, agradeço a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho fosse possível. Ele é atravessado de cuidado.

Se não trabalharmos para criar um movimento de massa que oferece educação feminista para todo mundo, mulheres e homens, teoria e prática feministas serão sempre enfraquecidas pela informação negativa produzida na maioria das mídias convencionais. [...] O conhecimento sobre o feminismo é para todo mundo.

bell hooks

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise discursiva do tema da redação do Enem 2023, que abordou o trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil, e da Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2020; 2024). Ancorada na Análise de Discurso em sua perspectiva materialista (Orlandi, 1987, 1992 [2007], 2006 [2017], 2012); Pêcheux, 1988 [2015], 1995), a pesquisa parte da compreensão de que o Enem, enquanto política pública educacional e espaço de produção de sentidos, opera pela inscrição de memórias discursivas que atualizam determinadas formações ideológicas. Considerando o processo de formulação do tema e a materialidade dos textos motivadores, o arquivo desta pesquisa foi constituído a partir de diferentes materialidades discursivas que participam da produção, da circulação e da institucionalização de sentidos sobre o trabalho de cuidado no contexto do ENEM 2023. Nesse sentido, foram reunidos textos provenientes de distintas instâncias de enunciação: (I) o caderno de provas do ENEM 2023, especialmente a proposta de redação e os textos motivadores que a acompanham, por constituírem a materialidade institucional de formulação do tema; (II) a Cartilha do Participante, elaborada pelo INEP, que apresenta os critérios de correção da redação e aponta determinados modos de compreensão da escrita no exame; (III) documentos oficiais da Política Nacional de Cuidados, que participam da circulação de sentidos sobre o cuidado no debate público contemporâneo; e (IV) textos de circulação digital, como postagens em redes sociais e conteúdos de sites jornalísticos e educacionais, que permite observar os modos pelos quais o tema é interpretado, disputado e reinscrito no espaço público. Analisa-se como o trabalho de cuidado, marcado historicamente por desigualdades de gênero e raça (Federici, 2023; França, 2024; Gonzalez, 2020, Modesto, 2021), é visibilizado e tensionado no espaço da avaliação. A pesquisa também se volta aos efeitos de sentido produzidos por esse discurso em articulação com o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2023; 2024), observando os embates discursivos que se instauram na tentativa de regular e nomear o cuidado. A partir da noção de interdiscurso e memória (Orlandi, 2017), problematiza-se o funcionamento das posições-sujeito projetadas no e pelo Enem, refletindo sobre os silenciamentos, apagamentos e disputas em torno da naturalização do cuidado realizado pelas mulheres. Com base nas contribuições de autoras que problematizam as relações de gênero e a reprodução social, como Federici (2021; 2019), Vergès (2020) e Vinhas (2024), bem como nos estudos decoloniais, busca-se explicitar que os sentidos do cuidado não são neutros, mas atravessados por relações de poder e por discursos hegemônicos que operam, muitas vezes, por meio de uma linguagem pretensamente universal. Assim, o estudo inscreve-se no esforço de compreender o Enem como campo discursivo marcado por tensões, nas quais o trabalho de cuidado se torna objeto de disputa semântica, política e social.

Palavras-chave: cuidado; trabalho de cuidado; Enem 2023; mulheres; memória discursiva; posições-sujeito.

RÉSUMÉ

Ce travail propose une analyse discursive du thème de la rédaction de l'ENEM 2023, qui portait sur le travail de care réalisé par les femmes au Brésil, ainsi que de la Politique nationale de soins (Brésil, 2020 ; 2024). Ancrée dans l'Analyse du discours dans sa perspective matérialiste (Orlandi, 1987, 1992 [2007], 2006 [2017], 2012 ; Pêcheux, 1988 [2015], 1995), la recherche part du principe que l'ENEM, en tant que politique publique éducative et espace de production de sens, opère par l'inscription de mémoires discursives qui actualisent certaines formations idéologiques. Compte tenu du processus d'élaboration du thème et de la matérialité des textes motivateurs, l'archive de cette recherche a été constituée à partir de différentes matérialités discursives participant à la production, à la circulation et à l'institutionnalisation des sens relatifs au travail de care dans le contexte de l'ENEM 2023. À cet égard, des textes provenant de différentes instances d'énonciation ont été réunis : (I) le cahier d'épreuves de l'ENEM 2023, en particulier la proposition de rédaction et les textes motivateurs qui l'accompagnent, en tant que matérialité institutionnelle de formulation du thème ; (II) le Guide du participant, élaboré par l'INEP, qui présente les critères d'évaluation de la rédaction et indique certaines modalités de compréhension de l'écriture dans l'examen ; (III) des documents officiels de la Politique nationale de soins, qui participent à la circulation des sens autour du care dans le débat public contemporain ; et (IV) des textes de circulation numérique, tels que des publications sur les réseaux sociaux et des contenus de sites journalistiques et éducatifs, permettant d'observer les manières dont le thème est interprété, disputé et réinscrit dans l'espace public. L'analyse examine comment le travail de care, historiquement marqué par des inégalités de genre et de race (Federici, 2023 ; França, 2024 ; Gonzalez, 2020 ; Modesto, 2021), est rendu visible et mis en tension dans l'espace de l'évaluation. La recherche s'intéresse également aux effets de sens produits par ce discours en articulation avec le Cadre conceptuel de la Politique nationale de soins (Brésil, 2023 ; 2024), en observant les affrontements discursifs qui se mettent en place dans la tentative de réguler et de nommer le care. À partir de la notion d'interdiscours et de mémoire (Orlandi, 2017), le fonctionnement des positions-sujets projetées dans et par l'ENEM est problématisé, en réfléchissant aux silenciements, aux effacements et aux luttes autour de la naturalisation du care réalisé par les femmes. En s'appuyant sur les contributions d'autrices qui interrogent les relations de genre et la reproduction sociale, telles que Federici (2021 ; 2019), Vergès (2020) et Vinhas (2024), ainsi que sur les études décoloniales, cette recherche vise à montrer que les sens du care ne sont pas neutres, mais traversés par des rapports de pouvoir et par des discours hégémoniques qui opèrent souvent au moyen d'un langage prétendument universel. Ainsi, l'étude s'inscrit dans l'effort de comprendre l'ENEM comme un champ discursif marqué par des tensions, dans lesquelles le travail de care devient l'objet d'une dispute sémantique, politique et sociale.

Mots-clés : care ; travail de care ; ENEM 2023 ; femmes ; mémoire discursive ; positions-sujets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comentário de perfil do Instagram	24
Figura 2 - Comentário de perfil do Instagram	26
Figura 3 - Comentário de perfil do Instagram	30
Figura 4 - Post de perfil oficial no Instagram.....	44
Figura 5 – Post de perfil no Twitter (atualmente denominado X).....	48
Figura 6 - Post de perfil no Twitter (atualmente denominado X)	49
Figura 7 - Diamante dos Cuidados do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados ..	59
Figura 8 - Diamante de Cuidados de Ravazi (2007) da Caixa de Ferramentas ONU Mulheres	60
Figura 9 - Diamante de Cuidados de Ravazi (2007)	62
Figura 10 - Imagem celebrativa dos 20 anos do Programa Bolsa Família	63
Figura 11 - Texto motivador III da Proposta de redação Enem 2023	74
Figura 12 - Texto motivador I da Proposta de redação Enem 2023	75
Figura 13 - Texto motivador II da Proposta de redação Enem 2023.....	77
Figura 14 - Texto motivador IV da Proposta de redação Enem 2023	79
Figura 15 - Post de perfil no Instagram	84
Figura 16 - Posta de perfil no Instagram	88

SUMÁRIO

1 CUIDADO EM CENA: NOTAS INICIAIS	13
2 PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE DA LINGUAGEM: BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DISCURSIVA DO ENEM	16
2.1 O discurso como lugar de embate: como a Análise de Discurso pode contribuir para pensar o Enem?	17
2.2 Memória discursiva e a atualização de sentidos sobre o cuidado	23
2.3 A posição-sujeito e a produção de sentidos no espaço da avaliação	26
2.4 Discurso, ideologia e naturalização: o cuidado como lugar de apagamento e disputa	32
3 O ENEM COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA: CONDIÇÕES, ARQUIVO E CIRCULAÇÃO.....	34
3.1 Condições de produção: trajetória e circunstâncias da construção do tema.....	36
3.1.1. Histórico, aspectos técnicos e inovações do Enem.....	37
3.1.2 Competências avaliativas e suas aplicações para certificação e ingresso no ensino superior	43
3.2 Quadro metodológico	46
3.3 Modos de circulação: difusão, mediação e ressignificação do discurso.....	47
3.3.1 Circulação inicial no âmbito do Enem	48
3.3.2 Difusão para documentos políticos e medidas legislativas	50
4 GESTOS DE ANÁLISE.....	53
4.1 A Política Nacional de Cuidados: institucionalização e efeitos de sentido	53
4.2 O cuidado na redação do Enem 2023: sua construção discursiva	71
4.3 Redes de memória do cuidado: derivações e efeitos de sentido.....	81
4.4 A maternidade como lugar do cuidado: efeitos de naturalização	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	94

1 CUIDADO EM CENA: NOTAS INICIAIS

Esta pesquisa de Mestrado situa-se na vertente materialista da Análise de Discurso (ADM), tal como formulada por Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Orlandi e outros(as) estudiosos(as) que compreendem a linguagem como prática atravessada por ideologia, constitutiva de sentidos e de sujeitos. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq)¹, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PPGL/UFMA), sob orientação das professoras doutoras Georgiana Santos² e Glória França³. O trabalho parte do entendimento de que o discurso é lugar de materialização de formações ideológicas e, como tal, espaço privilegiado para a análise dos embates e disputas que constituem o social.

Em um cenário marcado por disputas ideológicas em torno das políticas educacionais, a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem se consolidado como espaço privilegiado para a produção e circulação de sentidos sobre temas socialmente relevantes. A escolha do tema da redação de 2023 – “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” – materializa a inscrição de determinadas memórias discursivas que atravessam a constituição das posições-sujeito no/pelo discurso do Enem.

Para investigar os efeitos de sentido que se produzem na formulação desse tema e na seleção dos textos motivadores, observando como o trabalho de cuidado é significativo e significável em sua articulação com gênero, raça e classe, adota-se a abordagem teórico-metodológica da ADM, especialmente fecunda para o exame dos modos de produção de sentido em textos que circulam em espaços institucionais e pedagógicos.

Compreendido como prática social historicamente naturalizada, o cuidado, especialmente aquele associado à maternidade e à reprodução social, tem sido tensionado por teorias feministas e decoloniais que denunciam sua invisibilização e desigual distribuição (Federici, 2023; Gonzalez, 2020; Vergès, 2020; Vinhas, 2024).

¹ CULTURA, MEMÓRIA E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: leituras materialistas, interseccionais e Decoloniais.

² Professora Adjunta do Departamento de Letras / Coordenadora do Curso de Letras Português e Espanhol/ Coordenadora-líder do Grupo de Estudos em Línguas, Memórias, Identidades e Culturas; e-mail: georgiana.marcia@ufma.br.

³ Professora Adjunta do Departamento de Letras e membro permanente do PPGLB/ Universidade Federal do Maranhão/ Coordenadora-líder do Grupo de estudos e pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações – GEPEDIS-CNPq/ Membro do Grupo Mulheres em Discurso-UNICAMP; e-mail: gloria.franca@ufma.br.

A escolha por essa perspectiva justifica-se, em primeiro lugar, pelo modo como ela concebe a linguagem: não como um instrumento neutro de expressão de ideias, mas como um espaço atravessado por contradições, efeitos e disputas de sentido. Assim, a formulação do tema da redação e a materialidade dos textos motivadores, além da Política Nacional de Cuidados não são tomadas como escolhas meramente técnicas ou pedagógicas, mas como acontecimentos discursivos que atualizam memórias, convocam posições-sujeito e produzem efeitos de sentidos que merecem ser problematizados.

A partir da noção de memória discursiva, esta pesquisa busca compreender os sentidos do (trabalho de) cuidado postos em circulação no Enem 2023, atualizando memórias em disputa que operam o silenciamento ou a visibilização de determinadas posições-sujeito. Nesse percurso, a maternidade será abordada como um dos núcleos de memória que sustentam o discurso do cuidado feminino, historicizando os modos como esse discurso se estrutura em torno da repetição de sentidos e práticas historicamente naturalizados.

Inserido no contexto de uma política pública educacional, o Enem não se limita a avaliar competências e habilidades, mas também implica na circulação de sentidos sobre cidadania, juventude, gênero, trabalho, entre outros campos do social. Por isso, analisá-lo discursivamente exige o deslocamento de uma abordagem normativa para uma abordagem crítica, que articule linguagem, história e ideologia.

Nesse sentido, ao focalizar o tema da redação do Enem, esta pesquisa busca compreender como essa ferramenta avaliativa de ampla circulação participa da produção e da estabilização de sentidos sobre o (trabalho de) cuidado, especialmente aqueles associados à maternidade e às desigualdades de gênero e raça. Ao tomar tais sentidos como historicamente constituídos e discursivamente atualizados, o estudo explicita que o exame não apenas reflete debates sociais em curso, mas também contribui para a naturalização, ou para o tensionamento, de determinadas formas de significar o cuidado e os sujeitos a ele associados. Dessa maneira, a análise proposta amplia a compreensão do papel das políticas públicas educacionais na constituição de materialidades que atravessam o campo educacional e extrapolam seus limites institucionais.

Assim, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo aborda os fundamentos teórico-metodológicos da ADM, destacando conceitos centrais como memória discursiva, posição-sujeito e silêncio. O segundo capítulo apresenta a trajetória e as condições de produção do tema de redação do Enem, articulando aspectos históricos e institucionais do exame, bem como explicita os critérios de constituição do corpus e os modos de circulação do discurso. No terceiro capítulo, são realizados os gestos de análise propriamente

ditos, em que se investigam as redes de memória e os sentidos atribuídos ao cuidado, suas derivações discursivas e a institucionalização da Política Nacional de Cuidados, além da construção discursiva do tema da redação do Enem 2023. Por fim, o trabalho apresenta as considerações finais, nas quais se retomam os principais gestos de leitura e os efeitos de sentido observados na análise, reafirmando o percurso teórico-metodológico adotado e apontando desdobramentos possíveis para a reflexão sobre o cuidado e o trabalho de cuidados nos discursos institucionais e políticas públicas no Brasil.

2 PARA ALÉM DA SUPERFÍCIE DA LINGUAGEM: BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DISCURSIVA DO ENEM

Este capítulo tem como objetivo apresentar as principais referências teóricas que fundamentam a análise discursiva empreendida neste trabalho sobre o tema da redação do Enem 2023. A partir da vertente materialista da Análise de Discurso (ADM), busca-se ir além da superfície da linguagem, compreendendo o discurso não apenas como um conjunto de enunciados, mas como prática social que (re)produz sentidos e ideologias.

Na perspectiva adotada, o discurso é analisado como efeito de ideologias inscritas em memórias discursivas, que atravessam e condicionam as possibilidades de sentido em contextos específicos. Por isso, conceitos como memória discursiva, silenciamento, posições-sujeito e interdiscurso serão explorados para propiciar uma apreensão crítica do funcionamento ideológico do Enem com base nas contribuições de Orlandi (1987, 1992; 1988; 2012) e Pêcheux (1969; 1975; 1983).

Além disso, o capítulo discute como as desigualdades estruturais, sobretudo de gênero e raça, manifestam-se e são tensionadas nos discursos relacionados ao trabalho de cuidado, tematizado na redação do Enem em 2023. Para isso, dialoga-se com teóricas que problematizam as relações sociais de poder e a (re)produção das desigualdades por meio da linguagem, como Federici (2019; 2021; 2023), Gonzalez (2020), Vergès (2020), Vinhas (2024) e com os trabalhos de França (2024), ampliando o entendimento sobre as dimensões discursivas do cuidado. Assim, o presente capítulo constrói o arcabouço teórico-metodológico que sustenta a análise do corpus que será realizada nas seções seguintes, viabilizando a compreensão das disputas e silenciamentos discursivos presentes no/sobre o Enem.

Para tanto, na seção 2.1, discute-se o aporte da ADM para a compreensão do Enem como um espaço de produção e circulação de sentidos, marcado por contradições, disputas e efeitos de regulação simbólica, afastando leituras estritamente instrumentais ou normativas da avaliação. A seção 2.2 dedica-se à problematização da memória discursiva como operador fundamental para a análise, considerando que os sentidos mobilizados pelo tema da redação do Enem 2023 se inscrevem nas redes históricas de dizeres sobre o cuidado, o trabalho e as relações sociais, sendo atualizados em condições específicas de produção. Em 2.3 discute-se a noção de posição-sujeito, buscando compreender de que modo o exame, enquanto ferramenta avaliativa, interpela os participantes e projeta determinadas formas de dizer, argumentar e se posicionar, que incidem diretamente na construção dos sentidos sobre o cuidado. Por fim, a seção 2.4 aprofunda a articulação entre discurso e ideologia, examinando os processos pelos quais certos

sentidos sobre o cuidado se estabilizam e se naturalizam, enquanto outros são silenciados ou deslocados, permitindo compreender o cuidado como um espaço atravessado por pagamentos e disputas discursivas no contexto do Enem.

Ao tratar do Enem neste trabalho, é importante distinguir diferentes níveis de funcionamento que frequentemente aparecem confundidos no discurso cotidiano. O Enem constitui, em primeiro lugar, um exame nacional, isto é, uma política pública de avaliação educacional implementada pelo Estado brasileiro e voltada tanto à aferição de competências escolares quanto à regulação do acesso ao ensino superior. No interior desse exame, encontram-se as provas aplicadas anualmente aos participantes, que se configuram como materialidades concretas dessa política pública. Entre elas, destaca-se a prova de redação, que ocupa um lugar singular no exame, uma vez que mobiliza práticas de leitura, interpretação e produção textual orientadas por um conjunto específico de critérios avaliativos. A proposta de redação, composta pelo enunciado do tema, pelos textos motivadores e pelo comando de escrita, constitui, nesse sentido, um dispositivo discursivo que orienta o gesto de interpretação dos participantes e delimita o campo de produção de sentidos. Assim, mais do que um simples exercício de escrita, a redação do Enem pode ser compreendida como um espaço institucional de produção discursiva, no qual se inscrevem debates sociais, memórias discursivas e disputas de sentido que atravessam a sociedade brasileira.

2.1 O discurso como lugar de embate: como a Análise de Discurso pode contribuir para pensar o Enem?

Assumindo a Análise de Discurso de vertente materialista como dispositivo teórico-metodológico, esta pesquisa inscreve-se numa tradição que entende a linguagem como atravessada por relações de poder, ideologia e historicidade. A escolha por essa perspectiva não se dá apenas como filiação teórica, mas como gesto político de leitura: interrogar o Enem como espaço de formulação de sentidos sobre o mundo – mais especificamente, sobre o trabalho de cuidado realizado por mulheres – exige reconhecer que não se trata apenas de um enunciado que produz efeito de neutralidade, mas de uma produção discursiva ancorada em determinadas formações ideológicas. Haja vista que, como afirma Orlandi (2012, p. 15), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Analisar o discurso é, assim, colocar em cena a contradição, o conflito, a heterogeneidade, o que se mostra especialmente necessário quando se trata de um

exame de larga escala, cujos efeitos de sentido ultrapassam o domínio educacional e ressoam socialmente.

Ao compreendermos o Enem como uma política pública de Estado, vez que influencia a forma como a língua portuguesa é ensinada, avaliada e utilizada no contexto escolar e, consequentemente, na sociedade, somos levados a observar como esse espaço se constitui como lugar de regulação discursiva, em que certos sentidos são autorizados, outros interditados ou apagados. Dessa forma, a perspectiva da AD materialista permite tensionar a ideia de que o exame apenas “espelha” problemas sociais, mostrando, ao contrário, que ele também os produz e os reinscreve, sob determinadas condições de produção. É nesse sentido que se torna relevante perguntar: que memória discursiva sobre o cuidado realizado pela mulher é convocada na formulação do tema da redação de 2023? Que posições-sujeito são projetadas ao se enunciar o “trabalho de cuidado realizado pela mulher”? E que efeitos de sentido se produzem quando essa formulação é veiculada a milhões de participantes?

A análise do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em especial de sua proposta de redação, exige que o situemos não apenas como instrumento de avaliação, mas como uma instância discursiva em que operam mecanismos de produção e de regulação de sentidos. Como política pública, o Enem atua na constituição de determinados modos de dizer e de significar o mundo, orientado por projetos ideológicos que buscam estabilizar sentidos em nome de uma pretensa neutralidade.

Por meio da seleção de temas, da formulação dos enunciados e da escolha dos textos motivadores, o exame constrói um processo de produção de memória e de subjetivação, instituindo o que se pode ou não dizer sobre determinados objetos – no caso desta pesquisa, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres. A inscrição desse objeto no espaço da avaliação não é neutra, tampouco espontânea: trata-se da atualização de formações discursivas em disputa, nas quais sentidos já-ditos são retomados, silenciados ou ressignificados conforme a posição que o Estado ocupa na divisão ideológica do dizer.

Como observa Orlandi (1987), a escola – e, por extensão, o espaço das avaliações – é atravessada por uma ordem do dizer que regula o que pode circular como “conhecimento”, “competência” e “opinião aceitável”. Nesse sentido, o Enem se inscreve como um espaço de funcionamento discursivo que institui condições de produção específicas, delimitando não apenas o tema a ser abordado, mas também o modo como ele deve ser abordado. Nesse processo, produz-se a imagem de um “bom leitor” e de um redator ideal, sustentada por uma formação imaginária de sujeito crítico, cidadão e consciente – uma imagem que orienta e regula os efeitos de sentido esperados no ato de dizer.

Sobre isso, relembro-me dos comentários de Ferrari (UFPR) e Lopes (GEPEDIS/PPGLB/UFMA), quando da apresentação do artigo intitulado *O Enem é “coisa de esquerda”? Uma análise das posições-sujeito projetadas sobre o tema de redação do Enem 2023* – sob orientação da prof.^a Dr.^a Glória França, em ocasião da V Jornada do GEPEDIS / III Encontro Internacional de Análise de Discurso – UFMA (2024). Naquele momento, fui instigada a pensar os temas anteriores do exame alinhando-os às posições políticas dos respectivos governos, o que reforça a necessidade de compreender o Enem não como neutro ou técnico, mas como prática discursiva atravessada por disputas ideológicas e modos específicos de dizer o mundo.

Seguindo as sugestões atenciosas, proponho aqui esse retrospecto. A título de análise inicial, observa-se que os temas da redação do Enem, desde sua reformulação em 2004, revelam uma correlação entre os conteúdos propostos e os alinhamentos ideológicos dos governos que estavam à frente do país. Durante os governos de orientação progressista (2003–2015 e a partir de 2023), por exemplo, constata-se uma recorrência de temas que tensionam as desigualdades sociais, que convocam os(as) candidatos(as) a refletirem sobre direitos humanos, questões de gênero, raça, meio ambiente e inclusão. São exemplos disso os temas “A persistência da violência contra a mulher no Brasil” (2015), “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” (2016) e, mais recentemente, “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” (2023)⁴. Nestes, há uma evidente posição de enunciação que desloca o(a) candidato(a) para um lugar de responsabilização social.⁵

Por outro lado, nos anos de governo Bolsonaro (2019–2022), de orientação conservadora, nota-se uma tentativa de esvaziamento ideológico dos temas propostos, que

⁴ Após o recorte temporal considerado nesta pesquisa, o Enem manteve a escolha de temas socialmente sensíveis. No exame aplicado em 2025, o tema da redação foi “Perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”. O tema do envelhecimento inscreve-se em uma conjuntura demográfica e política mais ampla. Segundo projeções do IBGE, a população brasileira com 60 anos ou mais deverá alcançar cerca de 75,3 milhões de pessoas até 2070, representando aproximadamente 37,8% da população do país. Em resposta a esse cenário, o Governo Federal instituiu programas como Envelhecer nos Territórios e Viva Mais Cidadania, voltados à promoção do envelhecimento ativo e à garantia de direitos da população idosa. Soma-se a isso o fato de o Brasil ter aderido à iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para a Década do Envelhecimento Saudável (2021–2030), que visa fortalecer políticas intersetoriais de inclusão, proteção social e cuidado da população idosa.

Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/acoes-do-governo-federal-promovem-envelhecimento-ativo-saudavel-e-com-garantia-de-direitos>. Acesso em: 03 nov. 2025.

⁵ A menção ao tema posterior ao recorte empírico desta pesquisa não tem caráter analítico, mas visa indicar a continuidade do funcionamento discursivo do Enem na mobilização de questões socialmente sensíveis, como a centralidade de questões relacionadas ao cuidado, às responsabilidades do Estado na formulação dos temas propostos, ainda que em diferentes conjunturas políticas, reforçando a atualidade e a pertinência do problema aqui investigado.

passam a gravitar questões mais neutras ou menos confrontadoras – como “Democratização do acesso ao cinema no Brasil” (2019) ou “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira” (2020). Contudo, mesmo nesses momentos, temas como “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil” (2022) escapam ao controle governamental direto, o que pode ser lido, segundo a perspectiva da ADM, como efeito da resistência discursiva exercida por sujeitos e instituições que tensionam os limites do dizer autorizado.

Para legitimar essa ideia, assim como no artigo mencionado, recorro aos estudos de Jessé Souza (2017), sociólogo influente que desafia as interpretações convencionais da realidade social e política do Brasil. Em *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*, Souza argumenta que as elites brasileiras, associadas à direita, usam seu poder econômico e político para manipular a opinião pública e manter o *status quo*. Ele sugere que a direita no Brasil está alinhada com interesses elitistas que perpetuam a desigualdade social e econômica. Ao analisar a Operação Lava Jato como um instrumento utilizado pela direita para deslegitimar forças políticas progressistas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), associando a operação a uma estratégia de manutenção de poder pelas elites, que é traçada continuamente, desde a escravização até os dias atuais, argumenta que a direita brasileira se beneficia dessa estrutura histórica de opressão e exploração. Em que explica que:

A diferença entre nome e conceito é o que separa o senso comum da ciência. Pode-se falar de escravidão e depois retirar da consciência todos os seus efeitos reais e fazer de conta que somos continuação de uma sociedade não escravista. É como tornar secundário e invisível o que é principal e construir uma fantasia que servirá maravilhosamente não para conhecer o país e seus conflitos reais, mas, sim, para reproduzir todo tipo de privilégio escravista ainda que sob condições modernas. E, toque satânico, demonizar o Estado como repositório da suposta herança maldita portuguesa e sempre que o mesmo for ocupado pela esquerda e reverberar seletivamente a acusação moralista já pronta. (Souza, 2017, p. 28)

Nessa esteira, para o autor, a esquerda brasileira é caracterizada por sua luta contra a desigualdade social, econômica e racial, e por sua defesa dos direitos das classes populares e marginalizadas. Busca, assim, transformar a estrutura social herdada da escravização e do colonialismo, promovendo justiça social e inclusão. Dessa forma, o sociólogo reconhece que a esquerda aborda questões de racismo e gênero, buscando combater as opressões interseccionais que afetam mulheres, negros e outras minorias. Isto é, o debate acerca da invisibilidade do trabalho de cuidado está, portanto, mais relacionado a essa posição política e ideológica.

Nesse sentido, o Enem não apenas reproduz, mas também participa da constituição de sentidos sobre o social, sobre o sujeito e sobre o próprio papel do Estado. Isso porque, as

práticas avaliativas, ainda que sejam apresentadas como técnicas ou imparciais, são atravessadas por discursos que dizem sobre a escola, sobre o aluno e sobre o projeto de sociedade que se deseja instituir. Desse modo, a análise dos temas da redação do Enem permite vislumbrar as redes discursivas nas quais o exame está inscrito e os efeitos de sentido que ele produz ao legitimar determinadas pautas, silenciar outras e tensionar as formações ideológicas que sustentam o processo educacional brasileiro.

Nessa perspectiva, torna-se produtivo mobilizar a contribuição de Althusser (1970), sobretudo no que diz respeito à noção de Aparelhos Ideológicos de Estado. Para o autor, instituições como a escola não operam apenas pela transmissão de conteúdos, mas desempenham um papel central na reprodução das relações sociais, funcionando predominantemente por meio da ideologia. O Enem, enquanto política pública educacional inscrita no interior do aparelho ideológico escolar, configura-se, assim, como uma política de Estado – dotada de continuidade institucional e relativa estabilidade –, ainda que atravessada por disputas ideológicas próprias das conjunturas históricas em que se realiza. Isso permite compreender que, embora o exame não se submeta diretamente às mudanças de governo, os sentidos que nele circulam, especialmente por meio dos temas de redação, podem ser tensionados, orientados ou reconfigurados conforme posições políticas em disputa no interior do Estado. Desse modo, o Enem se organiza em uma tensão entre permanência institucional e deslocamento discursivo, na qual se articulam memória, ideologia e história na produção dos efeitos de sentido observados.

Esse funcionamento discursivo adquire ainda maior relevo quando se considera que a Política Nacional de Cuidados foi sancionada cerca de um mês após a aplicação do exame de 2023. Tal aproximação temporal não autoriza uma leitura causal direta entre o exame e a formulação da política pública, mas aponta a inscrição do tema do cuidado em uma conjuntura discursiva mais ampla, na qual ele passa a circular como questão social e responsabilidade do Estado. Soma-se a isso o fato de que a redação do Enem ocupa lugar de grande centralidade no exame, podendo atingir até mil pontos⁶, o que mobiliza um intenso processo de preparação dos(as) estudantes e confere considerável visibilidade ao tema proposto. Dessa forma, o tema

⁶ Diferentemente das demais áreas avaliadas no Enem – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Português, Literatura, Artes, Educação Física, Língua Estrangeira, TICs), Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia, Sociologia), Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Química, Física) e Matemática e suas Tecnologias –, cuja correção se baseia na Teoria de Resposta ao Item (TRI), modelo estatístico que atribui pesos diferenciados às questões de múltipla escolha conforme o padrão de respostas dos participantes, a redação não se submete a esse tipo de mensuração. Sua pontuação, que pode chegar a mil pontos, decorre da avaliação direta do texto produzido pelo(a) candidato(a), segundo competências previamente estabelecidos. Tal especificidade confere à redação um estatuto singular no exame, intensificando sua centralidade simbólica, pedagógica e discursiva.

da redação configura-se como um acontecimento discursivo de ampla circulação, cujos efeitos extrapolam o espaço escolar e reverberam no debate público, contribuindo para a legitimação ou problematização de determinadas pautas no interior do discurso.

Ao compreender o Enem como dispositivo de produção de sentidos, torna-se possível observar como certos discursos são legitimados enquanto outros são interditados – inclusive na própria orientação dada ao participante, por meio das competências avaliativas, sobre o que deve ser feito no texto dissertativo-argumentativo. Interessa-nos, portanto, pensar como o trabalho de cuidado é convocado nesse cenário e que (quais) posição-sujeito é (são) atribuída(as) à mulher nessa formulação.

Para isso, reconhecemos a dimensão simbólica e material do Enem. Se, por um lado, ele projeta representações sobre a realidade; por outro, intervém diretamente na constituição dessa mesma realidade, especialmente no que tange à legitimação de saberes, práticas e sujeitos. Analisar o funcionamento discursivo do exame é, portanto, compreender os modos como o Estado enuncia, regula e disputa sentidos no interior do espaço escolar e, por extensão, no tecido social mais amplo.

Ainda no que diz respeito ao funcionamento discursivo do Enem como lugar de regulação de sentidos, é relevante observar como as formulações temáticas enunciadas nos títulos das propostas de redação já operam determinados gestos de interpretação, convocando o(a) candidato(a) a ocupar posições sujeito que não são neutras. O enunciado do tema de 2023 – “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” –, por exemplo, já traz em sua formulação um efeito de evidência que naturaliza a associação entre o feminino e o cuidado.

Esse funcionamento aponta para o que Pêcheux (1984) denomina de “ilusão do sentido imediato”: a crença de que o sentido decorre diretamente da linguagem, quando, na verdade, ele é efeito da ideologia. Ao inscrever o cuidado como prática feminina, o enunciado mobiliza uma memória discursiva que reinscreve a divisão sexual do trabalho, ainda que se proponha a superar a invisibilidade histórica que recai sobre tal prática. Opera-se, assim, uma ambiguidade discursiva, que será observada mais detidamente no capítulo analítico, especialmente no que se refere às posições-sujeito que se projetam nas redações analisadas.

Como lembra Orlandi (2012), todo enunciado se dá numa relação com a memória discursiva, isto é, com outros dizeres que o antecedem e o atravessam. Assim, mesmo uma formulação que aparentemente busca reconhecer um problema social, pode reproduzir sentidos naturalizados historicamente, reafirmando lugares simbólicos instituídos para os sujeitos na

divisão de gênero. A análise, portanto, atenta-se para esse funcionamento, deslocando o olhar do conteúdo para o modo de dizer, da superfície para os gestos que o sustentam.

2.2 Memória discursiva e a atualização de sentidos sobre o cuidado

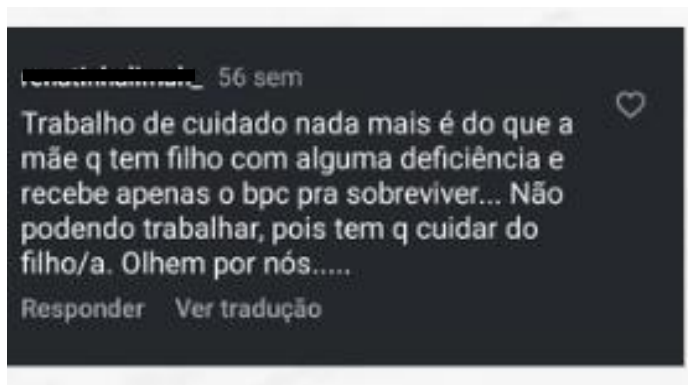
Na perspectiva materialista da Análise de Discurso, compreender o funcionamento do sentido implica considerar a relação do dizer com a memória discursiva, isto é, com os já-ditos que sustentam toda formulação. Para Orlandi, a memória não é algo estático ou reprodutivo, mas “sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos” (2015, p. 52), ou seja, é um espaço de movimentação e conflito, no qual os sentidos se reinscrevem e se deslocam. O sujeito, ao dizer, não parte do nada: ele é atravessado por um interdiscurso, uma rede de outros dizeres que delimitam o que pode e o que não pode ser dito, o que aparece como evidente, natural, legítimo.

No caso da proposta de redação do Enem 2023, o trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil não aparece como uma novidade discursiva, mas como atualização de sentidos historicamente constituídos sobre o feminino, a domesticidade e a responsabilidade afetiva. Há, nesse dizer, um funcionamento de memória que reinscreve o cuidado como prática essencialmente feminina – uma evidência que se apresenta como “natural”, mas que é, na verdade, efeito de uma longa cadeia de repetições. Seria essa a repetição histórica conceituada por Orlandi quando explica as injunções à estabilização que bloqueiam o movimento, “que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (2015, p. 52).

Como nos remete Courtine (2009), o discurso trabalha com restos, com sobras de sentidos que permanecem circulando no tecido social, sendo reativados em novos contextos. Assim, ao mesmo tempo em que o tema da redação propõe discutir a invisibilidade do cuidado, ele também atualiza e consolida, discursivamente, o lugar da mulher como responsável por esse trabalho. A memória discursiva atua aqui como campo de forças: há, de um lado, o gesto de reconhecimento da desigualdade; de outro, a manutenção de um imaginário social em que o cuidado se cola ao corpo feminino.

Como exemplificação da memória discursiva em funcionamento, retomo aqui uma postagem publicada no *Instagram* logo após a divulgação do tema da redação do Enem 2023.

Figura 1 - Comentário de perfil do Instagram



Fonte: Página oficial do Inep

Como efeito da inscrição da memória em diferentes materialidades discursivas, é possível observar a atualização de sentidos sobre o cuidado também em discursos produzidos nos espaços sociais digitais. Um exemplo disso é o comentário publicado em resposta a post da página Inep a respeito do tema da redação do Enem 2023, em que se diz: SD1 “Trabalho de cuidado nada mais é do que a mãe q tem filho com alguma deficiência e recebe apenas o bpc⁷ pra sobreviver... Não podendo trabalhar, pois tem q cuidar do filho/a. Olhem por nós...”. Tal sequência discursiva (SD1) materializa como a memória discursiva do cuidado se ancora, de maneira recorrente, na figura da mãe em situação de precariedade, que reduz o trabalho de cuidado a uma experiência de sobrevivência marcada pela precariedade material e pela dependência de políticas assistenciais.

Observa-se que a formulação “nada mais é do que” opera como um gesto discursivo de fechamento, restringindo o sentido do cuidado a uma condição de insuficiência, enquanto o advérbio “apenas” intensifica o efeito de minimização do Benefício de Prestação Continuada, que aparece não como garantia de direitos, mas como recurso mínimo para a manutenção da vida. Nesse funcionamento, a posição-sujeito que emerge é a da mãe cuidadora interpelada

⁷ O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc#:~:text=O%20Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada,com%20defici%C3%A2ncia%20de%20qualquer%20idade>. Acesso em 04 jun. 2025.

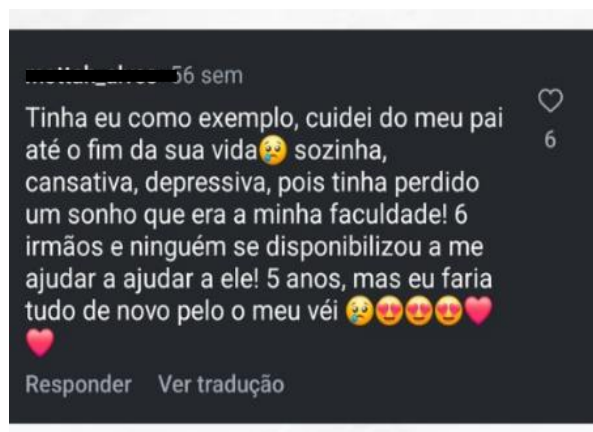
simultaneamente pela maternidade, pela deficiência e pela pobreza, configurando um sujeito impossibilitado de trabalhar fora do espaço doméstico, não por escolha, mas por interdição estrutural. O cuidado, embora exija dedicação contínua, tempo e esforço, não é significado como trabalho socialmente reconhecido, mas como obrigação naturalizada da maternidade, efeito sustentado por uma memória discursiva que associa o feminino ao cuidado e desloca a responsabilidade do Estado para o âmbito da família. O apelo final “Olhem por nós” rompe parcialmente com esse silenciamento ao produzir um gesto de interpelação coletiva, no qual o “nós” amplia a experiência individual, desindividualiza o dizer e inscreve o sujeito em uma posição de representação, na qual a maternidade, o cuidado e a precariedade econômica são significados como experiências partilhadas, tensionando os limites do dizer autorizado sobre o trabalho de cuidado no espaço da avaliação.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo, a SD1 se produz na tensão entre a denúncia da invisibilização social e a repetição de uma evidência ideológica. Assim, é possível perceber como o dizer da rede digital também opera pelo movimento de atualização e repetição de sentidos historicamente inscritos, que serão retomados e discutidos mais detidamente no capítulo analítico.

Os sentidos que associam maternidade, cuidado e abnegação feminina não são novos; ao contrário, estão inscritos em modos de dizer que produzem e reproduzem a posição da mulher como naturalmente destinada ao cuidado do outro – especialmente dos filhos, dos idosos e das pessoas com deficiência. Essa regularidade enunciativa sustenta o que Pêcheux (1990) compreende como evidência ideológica: nesse caso, a crença de que há um lugar “natural” para o feminino, o que apaga as condições históricas e políticas da produção desses sentidos. No caso do Enem 2023, observa-se que a formulação do tema da redação – “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” – opera tanto pela reinscrição quanto pela possibilidade de tensionamento desses sentidos. De um lado, o enunciado pode funcionar como atualização de um saber já estabilizado, que reforça a associação entre o trabalho de cuidado e o lugar da mulher. De outro, ao tematizar a invisibilidade e propor um “enfrentamento”, o exame abre espaço para a formulação de novos sentidos, capazes de deslocar a naturalização dessa relação.

Ainda como ilustração, é possível antever a atualização de sentidos já estabilizados sobre o cuidado como expressão de um amor incondicional ou de uma vocação feminina.

Figura 2 - Comentário de perfil do Instagram



Fonte: Página oficial do Inep

Em comentário à mesma postagem sobre o tema, uma usuária afirma: SD2 “Tinha eu como exemplo, cuidei do meu pai até o fim da sua vida (emoji de lamentação/ choro) sozinha, cansativa, depressiva, pois tinha perdido um sonho que era a minha faculdade! 6 irmãos e ninguém se disponibilizou a me ajudar a ajudar a ele! 5 anos, mas eu faria tudo de novo pelo o meu véi (emojis de coração/ amor)”. Nesse dizer, o sofrimento advindo da renúncia pessoal é atravessado por uma afetividade que reconcilia a dor e o amor, ressignificando a abnegação como escolha e expressão de vínculo inquebrantável. O sujeito se significa a partir do apagamento de seu desejo (o sonho da faculdade), reiterando o lugar socialmente atribuído à mulher como aquela que cuida, mesmo quando o cuidado lhe custa a saúde física, emocional e a própria trajetória pessoal. Essa memória discursiva, que associa o cuidado ao sacrifício e ao afeto, constitui um dos pontos que serão retomados na análise do corpus, de modo a pensar como o Enem, ao tematizar o trabalho de cuidado, reinscreve ou tensiona sentidos historicamente cristalizados sobre o feminino.

2.3 A posição-sujeito e a produção de sentidos no espaço da avaliação

Compreender os efeitos de sentido produzidos no Enem exige que se considere o funcionamento discursivo do sujeito na relação com a linguagem e com as condições de produção que o atravessam. A Análise de Discurso, tal como proposta por Michel Pêcheux, permite apreender o sujeito como efeito da ideologia e da linguagem, sempre situado em uma posição que lhe permite (e também o limita a) determinados dizeres. O sujeito não é a origem dos sentidos que profere, mas é interpelado por memórias discursivas que o constituem e orientam seus dizeres. Para compreender melhor esse sujeito, convocamos o que Althusser

destaca (1973 *apud* Orlandi 2012) ao inserir o entendimento da forma-sujeito, que se trata da forma de existência histórica de qualquer indivíduo agente de suas práticas sociais.

No contexto do Exame Nacional do Ensino Médio, espaço de grande circulação e visibilidade social, as posições-sujeito não apenas atravessam os participantes – inscritos como estudantes, cidadãos, jovens etc. –, mas também os textos produzidos pela instituição organizadora. Os enunciados do tema, os textos motivadores e os próprios critérios de correção da redação inscrevem modos de dizer que projetam determinadas posições-sujeito, isto é, modos de se posicionar diante do social, do conhecimento e da própria linguagem.

Trata-se, portanto, de um espaço de avaliação que regula os sentidos, pois, ao propor um tema e circunscrever um conjunto de pistas discursivas, o Enem institui uma memória discursiva a partir da qual o candidato é convocado a significar. Tal convocação não é neutra: ela orienta os sentidos possíveis, valoriza determinadas leituras e inviabiliza outras, tensionando o gesto de interpretação. Nesse funcionamento, o tema da redação não se reduz a um recorte temático ocasional, mas opera como dispositivo discursivo, por meio do qual o Estado seleciona um objeto de dizer e o inscreve em uma rede de sentidos socialmente legitimados. Do mesmo modo, o comando da redação – retirado com poucas variações ao longo dos anos – atua como um gesto de normatização do dizer, ao prescrever um modo específico de abordar o tema, definir o gênero textual legítimo e projetar uma imagem de sujeito capaz de argumentar de forma crítica, responsável e propositiva. Assim, o funcionamento discursivo do Enem se sustenta na articulação entre tema, comando e competências avaliativas, produzindo efeitos de previsibilidade e regularidade que estabilizam determinados sentidos e configuram um espaço de interpretação controlada, no qual a autonomia do candidato é permanentemente tensionada pelas condições institucionais de produção do discurso.

Assim, a análise discursiva da redação do Enem exige atenção à posição que o sujeito-candidato assume (ou é levado a assumir) ao responder ao enunciado. Nesse processo, é possível observar como os sentidos sobre o cuidado – no caso do tema de 2023 – não são apenas produzidos pelos textos dissertativos, mas também pelo modo como o próprio dispositivo de avaliação organiza e legitima certos modos de dizer. Como será analisado no capítulo seguinte, muitos sentidos naturalizados do cuidado, alinhando-se a posições-sujeito já instituídas socialmente – como a da mulher-mãe cuidadora –, mas também há movimentos de deslocamento e resistência, que se dão no entrecruzamento entre as experiências vividas e os lugares simbólicos disponíveis.

Pensar a produção de sentidos no espaço do Enem, particularmente no que diz respeito à redação, exige compreender o funcionamento do sujeito na linguagem – não como origem

autônoma de dizeres, mas como efeito de processos discursivos e ideológicos. A Análise de Discurso Materialista, oferece a noção de posição-sujeito como categoria central para essa compreensão, ao afirmar que “há em toda língua mecanismos de projeção que nos permitem passar da situação sujeito para a posição-sujeito no discurso.” (Orlandi, 2017).

Para Orlandi ainda (2012, p. 46), “o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à”, ou seja, não é aquele que domina o sentido, mas aquele que, inscrito na ideologia, toma posições e formula sentidos a partir dessas posições. O sujeito está sempre, pois, situado em determinadas formações discursivas e ideológicas que o constituem e limitam seus dizeres. Como enfatiza Pêcheux (1997), não se trata de um sujeito livre, mas de um sujeito que “se reconhece” em determinados sentidos já postos, mesmo que, muitas vezes, esses sentidos o constituam sem que ele se dê conta.

No espaço da avaliação – e, em particular, na prova de redação do Enem –, os sujeitos participantes são interpelados por um dispositivo que regula não apenas o que pode ou não ser dito, mas como deve ser dito e a partir de quais posições. Esse funcionamento regulador do Enem tem sido também explorado por outras abordagens teóricas. Embora sob outro referencial – o da arqueogenealogia foucaultiana –, a recente pesquisa de Costa (2025), intitulada *As competências da redação do Enem: processos de normalização do sujeito redator*, contribui para essa discussão ao permitir identificar como as competências exigidas pelo exame operam como mecanismos de controle e normalização dos sujeitos. Ainda que parta de outro olhar, a investigação reforça o entendimento do Enem como espaço de produção e regulação de sentidos, em que se instauram tensões entre o prescrito e o possível, entre o esperado e o silenciado.

O exame, ao apresentar um tema formulado por enunciados e textos motivadores, convoca os candidatos a ocupar certas posições simbólicas: de cidadão, de jovem, de estudante, de sujeito sensível a questões sociais. A redação, portanto, é menos um espaço de expressão pessoal e mais um lugar de produção regulada de sentidos, no qual determinadas posições-sujeito são mais valorizadas que outras. Com isso, o Enem assume um papel performativo na constituição de sujeitos, uma vez que orienta modos de dizer e de se inscrever no discurso. A avaliação, nesse sentido, não apenas mede habilidades, mas funciona como um mecanismo de reinscrição ideológica: quem escreve se posiciona – ainda que sem plena consciência dos efeitos desse posicionamento – dentro de um jogo de sentidos já historicamente atravessado por relações de poder.

Além do tema e do comando, o funcionamento discursivo da redação do Enem se ancora na constituição de uma redação modelo, isto é, um conjunto de regularidades textuais e argumentativas que, embora não esteja formalmente explicitado em um manual único, é amplamente reconhecido, ensinado e reproduzido no espaço escolar e nos materiais preparatórios. Essa redação modelo Enem projeta um modo legítimo de escrever: introdução com tese clara, desenvolvimento organizado por argumentos socialmente validados, mobilização de repertório legitimado e conclusão com proposta de intervenção, formulada segundo competências previamente estabilizadas. Diferentemente de outros processos seletivos, como o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), no qual se pode reconhecer um “modelo UEMA” de redação, com expectativas próprias quanto à estrutura, ao estilo e à argumentação, o Enem institui um padrão nacional de escrita que se apresenta como neutro e técnico, mas que, na prática, funciona como mecanismo de normalização discursiva. Assim, a adesão à redação “modelo Enem”⁸ não é apenas uma escolha do candidato, mas uma condição de legibilidade e de reconhecimento institucional do texto, o que materializa o caráter ideológico das práticas avaliativas que regulam a produção escrita no exame.

Dessa forma, a análise de redações do Enem 2023, cujo tema tratava do “trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, permite observar como os sujeitos-candidatos atualizam sentidos inscritos na memória discursiva do cuidado, muitas vezes reproduzindo imagens naturalizadas da mulher enquanto cuidadora por vocação ou amor incondicional. Ainda assim, também é possível identificar deslocamentos e tensionamentos dessas posições, quando, por exemplo, candidatos denunciam desigualdades estruturais, criticam a invisibilidade do trabalho reprodutivo ou propõem reconfigurações do papel do Estado.

Esses movimentos, como se verá na análise, revelam o funcionamento da posição-sujeito: ora reinscrevendo sentidos já estabilizados pela memória discursiva, ora operando fissuras e deslocamentos no interdiscurso. O Enem, nesse contexto, pode ser lido como um espaço em que posições são reiteradas, mas também no qual resistências discursivas podem emergir.

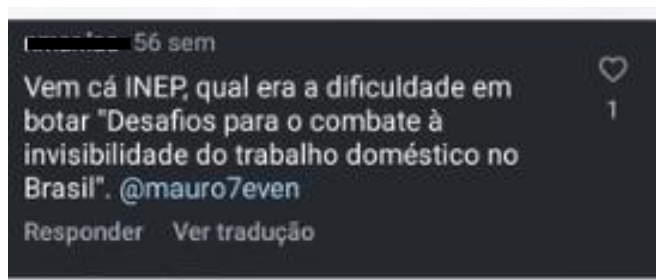
No modo como formula o tema da redação, o Enem projeta determinadas posições de sujeito que orientam o funcionamento do dizer e delimitam, de forma implícita, os caminhos

⁸ Utiliza-se aqui a expressão “modelo ENEM” e “modelo UEMA” para designar formas relativamente estabilizadas de organização textual associadas às expectativas avaliativas desses exames. Embora essa nomenclatura circule com maior frequência no campo pedagógico – especialmente entre professores que atuam na preparação de estudantes para vestibulares –, alguns estudos já apontam para a constituição dessas formas como práticas discursivas recorrentes, podendo inclusive ser compreendidas como gêneros ou subgêneros vinculados ao espaço institucional da avaliação. Neste trabalho, a expressão é empregada como uma categoria descritiva que permite referir-se a essas regularidades de produção textual no contexto dos exames.

possíveis da argumentação.⁹ Quando propõe “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, o enunciado do tema já constrói discursivamente a figura de uma mulher-trabalhadora como sujeito objeto da problemática. Essa mulher não é nomeada diretamente, mas emerge a partir de uma memória discursiva que associa o cuidado à feminilidade, à abnegação e à maternidade, conforme explorado anteriormente. Tal construção subjetiva implica um endereçamento específico: convoca-se o candidato a assumir uma posição-sujeito que reconheça essa desigualdade e proponha soluções dentro de um quadro discursivo previamente delimitado.

Essa construção discursiva do tema também foi alvo de crítica pública nas redes sociais, como exemplifica o comentário:

Figura 3 - Comentário de perfil do Instagram



Fonte: Página oficial do Inep

SD3 “Vem cá INEP, qual era a dificuldade em botar ‘Desafios para o combate à invisibilidade do trabalho doméstico no Brasil’?”. A enunciadora faz uma paráfrase do próprio intradiscorso, expondo contradições do interdiscurso, o apagamento de um sujeito social historicamente oprimido: a trabalhadora doméstica, que é majoritariamente negra. Algo, inclusive, mais bem analisada por Zoppi-Fontana e Cestari (2014) em artigo intitulado “*Cara de empregada doméstica*”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil, no qual analisam como estereótipos de gênero e raça se articulam na constituição de sentidos discriminatórios que incidem sobre os corpos de mulheres negras, especialmente na designação “empregada doméstica”. A partir da análise de enunciados que circularam em redes sociais no contexto da aprovação da PEC das Domésticas e do programa “Mais Médicos”, as autoras

⁹ O edital do Enem e a Cartilha do Participante de Redação reforçam o caráter orientador do exame, ao destacar que a proposta de redação “parte de uma situação-problema da realidade brasileira e exige do participante uma solução coerente e bem fundamentada”, o que implica uma convocação para a produção de sentidos dentro de molduras social e discursivamente legitimadas (INEP, 2023).

apontam como a memória discursiva da escravidão e do colonialismo inscreve marcas nos corpos, produzindo-os como lugares de subalternidade, de desconfiança e de servidão naturalizada.

Tal reflexão é especialmente produtiva para pensar os efeitos de naturalização que incidem sobre o trabalho de cuidado, principalmente quando associado à figura da mulher negra e pobre, cuja dedicação e abnegação são socialmente esperadas – e raramente reconhecidas como trabalho legítimo. Nesse movimento, o cuidado emerge como um significante instável, ora significado no registro do afeto e do amor, como atributo da feminilidade, ora inscrito no campo do trabalho, marcado pela precarização, pela invisibilidade e pela racialização, o que permite observar que a oscilação entre os sentidos não é causal, mas resultado de disputas discursivas que regulam quando o cuidado pode ser moral reconhecido como trabalho socialmente relevantes e quando deve permanecer confinado ao espaço do dever moral vocação feminina.

Ao retomar essas formulações, este trabalho busca explicitar como o discurso da avaliação educacional, ainda que por vias indiretas, pode mobilizar sentidos cristalizados que atravessam os sujeitos que escrevem e aqueles que leem e julgam esses textos. O questionamento expõe uma disputa pelos sentidos possíveis do enunciado, apontando que a formulação “trabalho de cuidado realizado pela mulher” atua como um gesto de apagamento, por meio da generalização, da racialização implícita e da manutenção de uma distância entre quem fala e quem é falado.

Nesse processo, observa-se uma relação de coerção simbólica. O sujeito redator é interpelado a assumir uma postura empática, crítica e engajada – mas dentro de parâmetros que já pré-configuram o que pode ser dito, o que deve ser visibilizado e quais sentidos são preferencialmente atualizados. A heterogeneidade constitutiva do discurso aparece, assim, atravessada por um gesto de interpretação institucional, que torna certos sentidos mais legítimos que outros. Como aponta Orlandi (2012), a posição de sujeito não é uma posição livre, mas determinada ideologicamente, de modo que a forma como o Enem organiza a proposição do tema é também a forma de organizar as possibilidades de subjetivação do candidato e, por conseguinte, de produção de sentidos.

Ao se esperar uma resposta que aponte “desafios” e possíveis soluções para a invisibilização desse trabalho, projeta-se o lugar de fala de um sujeito esclarecido, informado, possivelmente situado fora da realidade que descreve. O que se solicita, portanto, é a enunciação de um sujeito que fala sobre a mulher-trabalhadora, e não a partir de sua condição. Isso materializa um deslizamento que coloca a redação como espaço de mediação entre posições –

tensionadas pela desigualdade social e racial – que, embora visibilizadas no enunciado, permanecem como objeto e não como voz.

Essa leitura será aprofundada no capítulo de análise, a partir do texto da proposta de redação do Enem 2023, de trechos da cartilha de correção elaborada pelo Inep, comentários publicados em redes sociais digitais em reação ao tema e do modo como esses sujeitos se colocam, ou são colocados, no jogo discursivo da avaliação.

2.4 Discurso, ideologia e naturalização: o cuidado como lugar de apagamento e disputa

O trabalho de cuidado, historicamente atribuído majoritariamente às mulheres, constitui-se como um dos principais territórios nos quais se articulam e se reproduzem ideologias de gênero e raça. A naturalização do cuidado feminino, longe de ser um dado neutro ou natural, é um efeito discursivo que insere e reforça hierarquias sociais e relações de poder. Conforme aponta Federici (2019; 2021), a divisão sexual do trabalho, que posiciona o cuidado no âmbito privado e doméstico, é um dispositivo que contribui para a manutenção da exploração e subordinação das mulheres, especialmente das mulheres negras, no contexto brasileiro e global.

A partir da perspectiva da AD materialista, entendemos que a naturalização do cuidado opera como um mecanismo ideológico que invisibiliza as condições materiais desse trabalho, os interesses que o atravessam e as relações de poder que o estruturam (Orlandi, 2012; Pêcheux, 1995). Essa naturalização se manifesta pela aparente universalidade e neutralidade com que se fala do cuidado, obscurecendo as desigualdades e os silenciamentos relacionados à raça e classe social. Vergès (2020) destaca que o cuidado, enquanto trabalho essencialmente feminizado e racializado, é atravessado por uma lógica colonial que invisibiliza as contribuições e o sofrimento das mulheres negras e periféricas.

A linguagem, enquanto prática social, desempenha um papel fundamental na construção e reprodução das desigualdades, especialmente no que tange às relações de gênero e raça. Federici (2019; 2021) problematiza que o trabalho de cuidado, embora essencial, é invisibilizado e desvalorizado justamente por estar atrelado a uma linguagem que naturaliza a feminilidade e oculta as condições materiais das trabalhadoras, especialmente das mulheres negras. Ao que explica que ele constitui em

servir a mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar das nossas crianças – futuras mão de obra – ajudá-las desde o nascimento e ao longo dos anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo também espera delas. Isso significa

que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida produzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (Federici, 2021, p.28-29)

Essa invisibilidade não se dá apenas na prática social, mas se manifesta concretamente nas estruturas discursivas que organizam discursos oficiais, como os do Enem. Tal operação discursiva serve para mascarar as desigualdades e promover uma falsa neutralidade, contribuindo para a manutenção de privilégios e para o silenciamento das vozes mais marginalizadas.

Gonzalez (2020), por sua vez, problematiza a ideia do “universal feminino”, que tende a apagar as especificidades raciais e sociais das mulheres, apresentando um sujeito genérico e homogêneo. Segundo a autora, a experiência histórica da escravidão marca profundamente a condição da mulher negra no Brasil, impondo-lhe uma trajetória distinta daquela vivida por mulheres brancas, vez que diz: “Ser negra e mulher no Brasil [...] é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocaram no nível mais alto de opressão” (2020, p. 58). É nesse sentido que a filósofa defende a urgência de um feminismo negro, capaz de considerar as diferentes formas de opressão que atravessam a vida das mulheres negras, para além das pautas colocadas pelos feminismos hegemônicos, sendo possível apenas compreender a situação da mulher negra a partir do entrecruzamento entre racismo e sexismo, heranças diretas da escravidão e do colonialismo.

No corpus do Enem 2023, esse processo pode ser observado na cartilha de correção e nos textos motivadores, nos quais os marcadores raciais são minimizados, sugerindo uma representação do trabalho de cuidado como uma experiência universalizada das mulheres, sem considerar as interseccionalidades que atravessam esse tema. Esse “universal feminino” discursivizado atua como um mecanismo de apagamento, impedindo que sejam plenamente reconhecidas as múltiplas dimensões da desigualdade e as disputas de sentidos que se travam em torno do trabalho de cuidado no Brasil contemporâneo.

Essa noção será aprofundada no capítulo analítico, no qual será possível apontar os mecanismos discursivos específicos que atuam nesse silenciamento e as disputas de sentido envolvidas.

3 O ENEM COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA: CONDIÇÕES, ARQUIVO E CIRCULAÇÃO

Neste trabalho, compreende-se o Enem como uma materialidade discursiva na medida em que ele se constitui como um conjunto de enunciados institucionalmente produzidos e postos em circulação no interior de uma política pública de avaliação educacional. Mais do que um instrumento técnico de mensuração de competências escolares, o exame configura-se como um espaço de produção e regulação de sentidos sobre temas sociais, educacionais e políticos. Organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, o Enem se insere no funcionamento institucional do Estado, conferindo autoridade e legitimidade aos enunciados que produz. Nesse contexto, a proposta de redação, acompanhada de seus textos motivadores e de seus critérios de avaliação, pode ser compreendida como uma forma de materialização do discurso, na qual se inscrevem determinadas memórias discursivas e se orientam modos possíveis de interpretação e argumentação. Além disso, o exame produz um amplo circuito de circulação discursiva que ultrapassa o momento da prova, mobilizando escolas, cursinhos, meios de comunicação e redes sociais, que passam a comentar, interpretar e disputar os sentidos associados ao tema proposto. É nesse entrecruzamento entre instituição, arquivo e circulação que o Enem se apresenta como um objeto privilegiado para a análise discursiva.

A escolha do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nesta pesquisa não é aleatória, tampouco neutra. Criado em 1998, o Enem emerge como uma política pública voltada à ampliação do acesso ao ensino superior e à reformulação dos processos avaliativos no Brasil. Com o passar dos anos, o exame deixou de ser apenas um instrumento de diagnóstico do ensino médio para tornar-se um dos principais mecanismos de seleção para universidades públicas, especialmente a partir de sua reformulação em 2009, quando passou a integrar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Tal trajetória revela a crescente institucionalização do Enem como dispositivo de regulação das práticas escolares e das trajetórias dos sujeitos que dele participam. Enquanto política pública, expressa um projeto de nação e de juventude; enquanto espaço avaliativo, mobiliza sentidos sobre mérito, cidadania, competência, inclusão, exclusão e desigualdade. É nesse entrecruzamento entre política e discurso que esta pesquisa se inscreve.

Ao longo de seus quase vinte e sete anos de existência, o Enem consolidou-se também como um espaço de produção e circulação de sentidos sobre o Brasil e os brasileiros – seus problemas, desafios, sujeitos e futuros possíveis. A prova de redação, em particular, ocupa um

lugar central nesse processo: trata-se de um espaço discursivo que projeta posições-sujeito, convoca determinadas formações discursivas e reinscreve (ou tensiona) sentidos já estabilizados socialmente. É nesse ponto que se delinea o problema desta pesquisa: que sentidos sobre o cuidado são mobilizados no tema da redação do Enem 2023? E que efeitos de sentido emergem dessa formulação?

Neste capítulo, buscamos, portanto, retomar as condições de produção que atravessam o processo de construção do objeto desta pesquisa, articulando uma trajetória pessoal, institucional e discursiva. Isso inclui minha relação com o Enem enquanto professora, pesquisadora e cidadã; a participação em espaços de discussão como o GEPEDIS/UFMA; e os atravessamentos ideológicos que emergem da observação dos temas de redação dos últimos anos, com ênfase na proposta de 2023: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”.

Para isso, esta investigação se ancora no campo da Análise de Discurso de orientação materialista, fundamentada nos trabalhos de Pêcheux e desenvolvida no Brasil, especialmente, por autoras como Orlandi. Nesse percurso, dialoga com pesquisas que tomam a escola, a avaliação e o próprio Enem como espaços privilegiados de produção de sentidos e de regulação ideológica.

É nesse terreno que se inscreve o corpus desta pesquisa, articulando-se às análises desenvolvidas por pesquisadores(as) do GEPEDIS e de outros núcleos da área, como a dissertação recentemente defendida por Oliveira (2025), colega do grupo de pesquisa, intitulada *O Enem a partir de 2010: a discursivização em torno do acesso à educação no Brasil*. Seu trabalho oferece importante base teórico-analítica, especialmente na formulação de gestos de interpretação voltados à materialidade discursiva do exame.

Também são referências relevantes os estudos desenvolvidos por Zoppi-Fontana (UNICAMP), cuja produção se inscreve nos domínios da Semântica da Enunciação e da Análise de Discurso. Suas investigações concentram-se nos processos de subjetivação e nos lugares de enunciação/lugares de fala, especialmente em suas articulações com as questões de gênero, sexualidade e memória discursiva. A leitura de seus trabalhos contribui para este estudo ao oferecer ferramentas conceituais que possibilitam analisar os efeitos de sentido produzidos na proposta de redação do Enem 2023, especialmente no que diz respeito às formas de inscrição do cuidado, do feminino e da cidadania no espaço discursivo da avaliação.

Dialogamos ainda com a produção de Cestari, pesquisadora que se inscreve na Análise de Discurso com uma trajetória marcada pelo engajamento em estudos feministas, antirracistas e decoloniais. Em sua tese, intitulada *“Feministas e antirracistas graças às Yabás ou vozes-*

mulheres negras”, Cestari articula o pensamento de intelectuais-ativistas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento para compreender os efeitos de sentido e de memória inscritos nas lutas políticas de mulheres negras brasileiras. Seu trabalho oferece contribuições fundamentais para a análise dos atravessamentos de gênero, raça e ideologia, constituindo-se como referencial teórico importante para esta pesquisa, especialmente no que diz respeito à problematização da discursividade do cuidado e das formas de apagamento e emergência dos sujeitos no espaço avaliativo do Enem.

Nesse percurso, destaco ainda a interlocução com os trabalhos da professora Glória França, minha orientadora, em articulação com os estudos dos discursos sobre o Brasil e os/as brasileiros/as e análises que tensionam os modos de inscrição racial nos discursos sobre a língua. Seus estudos sobre os modos de produção de sentidos sobre a identidade nacional oferecem importante contribuição teórica à análise aqui desenvolvida, especialmente no que tange aos modos de inscrição do sujeito brasileiro em discursos que atravessam a educação, a avaliação e os projetos de juventude que o Enem atualiza.

Essa interlocução com pesquisas anteriores permite afirmar que, embora já se reconheça o Enem como um espaço de funcionamento ideológico, ainda são incipientes os estudos que voltam o olhar para os efeitos de sentido projetados sobre o cuidado na proposta de redação de 2023. Ao se ocupar dessa materialidade, esta pesquisa propõe um deslocamento analítico ao investigar como sentidos sobre gênero, trabalho e cidadania são convocados na formulação do tema e como são retomados e (re)significados nas produções escritas de participantes do exame.

3.1 Condições de produção: trajetória e circunstâncias da construção do tema

Esta seção tem como objetivo delinear o percurso histórico do Enem, destacando as transformações ocorridas ao longo dos anos em sua concepção, objetivos e aplicações. Ao reunir elementos como o contexto de formulação da prova, a definição das competências avaliativas e a incorporação de recursos técnicos e normativos, busca-se compreender como esses aspectos incidem na construção dos temas de redação e nos critérios de correção adotados.

O item 3.1.1 apresenta o histórico do exame e sua evolução desde sua criação, destaca as principais mudanças estruturais e discursivas ao longo do tempo e explora os aspectos técnicos e as inovações envolvidas na operacionalização da prova, incluindo a disponibilização de materiais acessíveis e as medidas voltadas à inclusão. Em 3.1.2, são analisadas as competências avaliativas da prova de redação e as alterações na matriz de correção, com destaque para os documentos oficiais que norteiam o trabalho avaliativo dos corretores. além

das aplicações do Enem para fins de certificação e acesso ao ensino superior, revelando seu papel ampliado como política pública.

A articulação desses elementos possibilita uma compreensão mais ampla da materialidade discursiva do Enem e de sua inscrição no campo das políticas educacionais, permitindo analisar a redação não apenas como um exercício de escrita, mas como prática discursiva condicionada por múltiplas determinações institucionais e históricas.

3.1.1. Histórico, aspectos técnicos e inovações do Enem

Como dito anteriormente, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998. Surgiu como uma política pública voltada à avaliação do desempenho dos estudantes ao final da educação básica. Idealizado no contexto do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a gestão de Paulo Renato de Souza à frente do Ministério da Educação, até então, o Enem buscava diagnosticar o nível de proficiência dos(as) concluintes do ensino médio, servindo como instrumento de aferição da qualidade do ensino ofertado nas escolas brasileiras públicas e privadas. De maneira prática, configurava-se como um indicador público para mensurar em quais estados o ensino estava mais defasado e em quais áreas disciplinares os(as) estudantes brasileiros(as) tinham mais dificuldades. Essa avaliação, inicialmente diagnóstica, visava subsidiar a formulação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades formativas dos(as) estudantes.

Desde sua criação, o Enem passou por múltiplas transformações que redefiniram seu papel no sistema educacional brasileiro. Para compreender essa trajetória, é fundamental analisar as principais mudanças em sua estrutura e finalidade ao longo dos anos. A seguir, exploraremos as etapas dessa evolução e seus desdobramentos.

Durante o período de 1998 a 2008, o Enem era composto por 63 questões objetivas e uma proposta de redação dissertativa. As disciplinas eram organizadas de forma tradicional, separadas em áreas como Matemática, Geografia, Ciências, Português, entre outras, sem a divisão em grandes áreas como ocorre hoje. A prova era aplicada em um único dia, com duração máxima de cinco horas. As questões, em geral, cobravam conteúdos básicos, focados no que os estudantes deveriam ter aprendido em sala de aula.

Na sua segunda edição, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) consolidou sua credibilidade, tornando-se oficialmente aceito por 93 instituições de ensino superior que passaram a utilizar os resultados como critério seletivo. Esse foi um marco importante para o exame, que até então buscava seu lugar no cenário educacional brasileiro. Além disso, em 1999 foram instituídos os Comitês Técnicos e Consultivos, responsáveis por orientar o

desenvolvimento e aprimoramento da prova, bem como criado o Boletim da Escola, que possibilitou a divulgação detalhada do desempenho dos participantes para as instituições de ensino. Outro avanço significativo foi a implantação de um banco de dados com os resultados dos candidatos, favorecendo análises e o acompanhamento das tendências educacionais. Ainda nesse ano, o Inep estabeleceu uma parceria com os Correios, permitindo que cerca de sete mil agências em todo o país realizassem as inscrições, facilitando o acesso dos estudantes ao exame.

No ano de 2000, o Enem avançou significativamente ao iniciar a oferta de recursos de acessibilidade, proporcionando atendimento especializado para 376 participantes com necessidades especiais. Essa iniciativa representou um importante passo na inclusão educacional, garantindo condições mais equitativas para os candidatos que demandavam adaptações. Além disso, a aplicação do exame passou a ser acompanhada por observadores indicados pelas secretarias estaduais de educação e credenciados pelo Inep, o que contribuiu para aumentar a transparência e a fiscalização do processo, assegurando maior confiabilidade e rigor na condução das provas.

Em 2001, o Enem deu um passo importante rumo à modernização e à democratização do acesso ao exame ao permitir que as inscrições fossem realizadas também pela internet, facilitando o processo para os candidatos em todo o país. Essa medida se insere no contexto mais amplo da democratização do acesso à internet no Brasil, que, embora estivesse em fase inicial e ocorresse a passos ainda lentos e desiguais, já começava a transformar as possibilidades de comunicação e acesso à informação para grande parte da população — um processo que, mesmo hoje, apresenta desigualdades regionais e sociais marcantes.

Além disso, naquele ano, ampliou-se a política de isenção da taxa de inscrição para estudantes concluintes do Ensino Médio provenientes de escolas públicas, bem como para aqueles que comprovassem a impossibilidade de arcar com o custo, fortalecendo o compromisso do exame com a inclusão social e o acesso igualitário à avaliação.

No ano de 2002, o Enem experimentou um aumento expressivo no número de inscrições, que chegou a 1.829.170 candidatos. Esse crescimento refletiu a crescente aceitação e relevância do exame como instrumento de avaliação e porta de entrada para o Ensino Superior. A aplicação da prova alcançou uma maior capilaridade territorial, sendo realizada em 600 municípios brasileiros, o que ampliou o acesso para estudantes de diferentes regiões do país.

Importante destacar que, nessa edição, aproximadamente 50% dos estudantes concluintes do Ensino Médio participaram do exame, demonstrando a crescente penetração do Enem como referência nacional para avaliação educacional e democratização das oportunidades acadêmicas. Outro avanço significativo, a esse respeito, ocorreu mais tarde, em

2013, quando foi realizada a divulgação dos resultados por escola, com estratificação segundo os níveis socioeconômicos dos participantes. Esse tipo de recorte, ao explicitar desigualdades estruturais que atravessam o desempenho educacional, desloca a responsabilização da escola em si e permite uma leitura mais crítica dos dados, aproximando o debate educacional de uma perspectiva mais sistêmica e menos meritocrática.

Em 2009, o Enem passou por mudanças significativas. O Ministério da Educação (MEC) reconheceu seu potencial para substituir os vestibulares tradicionais nas universidades públicas do país, elevando o nível da prova e aumentando sua importância como processo seletivo. Nessa nova configuração, a prova passou a contar com: 180 questões objetivas distribuídas igualmente em quatro grandes áreas: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, e Matemática e suas Tecnologias; além de uma proposta de redação; dois dias consecutivos de aplicação (sábado e domingo), com duração máxima de 4 horas e 30 minutos no primeiro dia e 5 horas e 30 minutos no segundo; as questões também mudaram e passaram a exigir um conhecimento mais aprofundado, assumindo o perfil de uma prova de vestibular tradicional.

Essa reestruturação trouxe consigo novos desafios: o mais emblemático foi o vazamento da prova às vésperas da aplicação, o que exigiu a elaboração emergencial de um novo instrumento avaliativo. O episódio expôs fragilidades logísticas e gerenciais, mas não impediu a consolidação do Enem como peça-chave nas engrenagens de acesso e regulação do Ensino Superior no Brasil.

A partir de 2017, o Enem começou a ser aplicado em dois domingos consecutivos, medida recebida positivamente pelos estudantes, que antes reclamavam do cansaço acumulado em um único final de semana. Nesse formato, o primeiro domingo compreendia 5 horas e 30 minutos de prova, com 45 questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, 45 questões de Ciências Humanas e suas Tecnologias, e a redação. O segundo domingo tinha duração de 4 horas e 30 minutos, com 45 questões de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e 45 de Matemática e suas Tecnologias.

Em 2017, é instituída a possibilidade de uso do nome social por parte de pessoas trans e travestis inscritas no exame, uma medida que representa um avanço significativo no que diz respeito à inclusão e ao respeito à identidade de gênero. A adoção dessa política sinaliza o compromisso da prova com valores de diversidade e equidade, inserindo o Enem no conjunto de ações afirmativas que visam tornar o ambiente educacional mais acolhedor e justo para todos os sujeitos.

O modelo atual do Enem entrou em vigor em 2018, com a principal alteração sendo o acréscimo de 30 minutos na duração do segundo dia de prova, que passou para 5 horas, em resposta a reclamações por falta de tempo.

Em 2019, o MEC anunciou a versão digital do Enem, com o objetivo de reduzir custos e modernizar o exame. A primeira aplicação do Enem Digital ocorreu em 2021, mantendo a estrutura e o número de questões da prova presencial. A implementação do Enem Digital ocorreu em um contexto marcado pela pandemia de COVID-19, que impôs desafios inéditos à realização de exames presenciais em todo o país. Em resposta às restrições sanitárias e à necessidade de manter o acesso à avaliação, o Ministério da Educação acelerou a adoção dessa modalidade, inaugurando um formato mais moderno, seguro e flexível para os candidatos. A expectativa era de que o Enem Digital estivesse plenamente consolidado até 2026, com a extinção gradual das provas impressas.¹⁰

Além disso, a consolidação do Enem como principal instrumento de acesso ao ensino superior no Brasil não se deu de forma isolada. Paralelamente às reformulações do exame, o governo federal implementou políticas públicas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior oferecendo a estudantes de baixa renda a oportunidade de ampliar sua formação acadêmica e ingressar no mercado de trabalho com um diploma, com destaque para o Programa Universidade para Todos (Prouni). O programa foi criado em 2004 durante o governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desenvolvido pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad. Surgiu como parte de um conjunto de políticas sociais implementadas pelo governo federal da época. O Prouni continua ativo até hoje e seleciona milhares de bolsistas a cada semestre. Para participar, o estudante deve obter, no Enem, uma média mínima de 450 pontos, não zerar a redação e atender a pelo menos uma das seguintes condições: ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou ter sido bolsista integral em escola privada; ter renda familiar per capita de até três salários-mínimos; ser deficiente físico; ser professor da rede

¹⁰ Embora inicialmente o Enem Digital tenha sido concebido como uma alternativa moderna e economicamente viável à versão impressa, sua consolidação esbarrou em obstáculos significativos. A experiência-piloto revelou não apenas uma baixa adesão por parte dos candidatos — com uma taxa de abstenção superior a 68% —, mas também custos logísticos e operacionais elevados, incompatíveis com a proposta de economia. Diante desse cenário, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) optou, em 2024, por cancelar definitivamente a modalidade digital, mantendo exclusivamente a aplicação tradicional em formato impresso.

Fonte: AGÊNCIA BRASIL. *Enem digital tem 68,1% de abstenção*. Publicado em: 31 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/educacao/noticia/2021-01/enem-digital-tem-681-de-abstencao>. Acesso em: 18 abr. 2024.

pública de ensino básico (para concorrer às vagas de Pedagogia, licenciaturas ou normal superior).

Em 2005, o programa consolidou-se como um dos principais responsáveis pela ampliação do alcance do Enem. A possibilidade de utilizar a nota do exame como critério para obtenção de bolsas de estudos em instituições privadas de Ensino Superior fez com que o número de participantes crescesse significativamente, alcançando a marca de 3.004.491 inscritos.

Essa expansão também exigiu maior cobertura territorial: o número de municípios que aplicaram a prova subiu para 729. O impacto do ProUni permitiu observar o potencial do Enem como política pública de inclusão educacional, aproximando estudantes de baixa renda do Ensino Superior e reforçando seu papel como instrumento de democratização do acesso à educação.

Ao longo dos anos, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) passou por uma série de transformações técnicas que visaram aprimorar sua confiabilidade, sua aplicabilidade em larga escala e a efetividade dos critérios avaliativos, especialmente no que tange à prova de redação. Dentre essas inovações, destaca-se a adoção de um modelo de correção por competências, com base em matrizes avaliativas que buscam garantir maior objetividade ao julgamento da produção escrita. Essa estrutura é reforçada pela elaboração de materiais de apoio como a Cartilha do Participante – A redação do Enem, divulgada anualmente com o intuito de orientar os candidatos quanto às exigências do texto dissertativo-argumentativo, aos critérios de avaliação e às situações que podem levar à nota zero. A cartilha constitui, assim, um instrumento fundamental de mediação entre as expectativas institucionais e as condições de produção da redação.

Em 2017, o Enem passou por um conjunto expressivo de reformulações que reafirmaram seu compromisso com a inclusão, a escuta pública e a segurança do processo avaliativo. A realização de uma consulta pública permitiu que a sociedade civil contribuísse com sugestões para o aprimoramento do exame, fortalecendo a dimensão participativa na construção de políticas educacionais.

Ainda no campo da acessibilidade, destaca-se o lançamento da videoprova em Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltada a participantes surdos e com deficiência auditiva – uma inovação que tornou a avaliação mais inclusiva e alinhada com os princípios da equidade. Também foi implementada a prova personalizada, contendo nome e número de inscrição do candidato, e inaugurado um novo recurso de segurança: o identificador de receptor de ponto eletrônico, medida essencial para o combate a fraudes.

O ano marca também a reformulação da identidade visual do Enem, com a criação de um novo logotipo¹¹ e o lançamento de um site mais acessível e funcional – ações que permitem observar o processo de modernização da prova e sua adequação às exigências contemporâneas de comunicação e transparência.

Em notícia recente, tomou-se conhecimento de que, a partir de 2025, essa função será retomada, conforme estabelece a Portaria nº 382/2025, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), que prevê que o exame poderá novamente ser utilizado para fins de certificação do ensino médio e declaração parcial de proficiência.¹²

A decisão, que revoga a limitação imposta em 2017, representa não apenas o reconhecimento da eficácia do exame como aferidor de competências mínimas da etapa básica, mas também o fortalecimento do Enem como política de inclusão social e educacional. De acordo com a nova norma, para que o participante utilize sua nota com fins certificadores, é necessário que tenha no mínimo 18 anos completos na data da primeira prova e que atinja, no mínimo, 450 pontos em cada uma das quatro áreas de conhecimento e 500 pontos na redação. Os certificados e declarações serão emitidos por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou instituições estaduais que firmarem termo de adesão com o Inep, a quem cabe a responsabilidade pela aplicação e validação da prova.

Ao readmitir esse uso, o Enem reafirma sua vocação plural, atendendo a diferentes perfis de participantes: estudantes do ensino médio regular, jovens e adultos em distorção idade-série, egressos da escola, e candidatos que buscam oportunidades de ingresso no ensino superior. Além do território nacional, a nota do Enem passou a ser aceita por diversas instituições estrangeiras – com destaque para universidades portuguesas – como forma de ingresso direto em cursos de graduação. Essa projeção internacional é mais um indicativo da consolidação do exame como mecanismo reconhecido de avaliação educacional, cuja abrangência ultrapassa os

¹¹ No ano seguinte, em 2018, comemorando duas décadas de existência, o Enem lançou um logotipo comemorativo pelos seus 20 anos. Essa identidade visual especial foi acompanhada por um documentário histórico e uma série de minidocumentários sobre os bastidores do exame, reforçando a importância do Enem no cenário educacional brasileiro.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *20 anos do Enem*. [S. l.]: Inep, 2018. 1 vídeo (6 min.). Disponível em: <https://youtu.be/GDIgjEABLg?list=PLjz5Kd6rxbE4BnouwgST5sqyTHBI3ypJI>. Acesso em: 10 set. 2024.

¹² A decisão de retomar a possibilidade de certificação do ensino médio por meio do Enem foi divulgada recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Portaria nº 382/2025. Essa atualização, publicada em 23 de maio de 2025, tem sido incorporada à presente pesquisa com o objetivo de manter a análise alinhada às diretrizes mais recentes das políticas públicas educacionais no Brasil.

Fonte: INEP. *Enem voltará a certificar o ensino médio*. Publicado em: 23 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/enem-voltara-a-certificar-o-ensino-medio>. Acesso em: 23 maio 2025.

limites de uma simples prova classificatória. Assim, as transformações pelas quais passou o Enem, especialmente no que tange à ampliação de suas finalidades, materializam sua centralidade nas políticas educacionais brasileiras, ao mesmo tempo em que revelam os modos como o Estado tem buscado integrar avaliação, acesso e permanência no ensino superior em um mesmo dispositivo.

Nesse contexto, os dados preliminares do ENEM 2023 corroboram a dimensão ampliada que o exame adquiriu nos últimos anos. Com 3.934.242 inscrições confirmadas, segundo o INEP, observa-se um aumento de 13,1% em relação à edição de 2022, o que sinaliza não apenas a retomada da confiança dos participantes no exame, mas também a reafirmação de sua importância como política pública de acesso à educação superior. A taxa de presença no primeiro dia de provas foi de 71,9%, revelando, por outro lado, um índice ainda expressivo de ausências – questão recorrente que continua a exigir atenção das instâncias organizadoras. Esse dado remete a desigualdades estruturais que impactam o comparecimento dos candidatos, como dificuldades de deslocamento, insegurança alimentar, responsabilidades domésticas e desmotivação escolar.

A análise desses dados reforça a compreensão do ENEM como um dispositivo que não apenas avalia, mas também produz sentidos sobre os sujeitos da educação brasileira. A sua execução, os índices de participação e os obstáculos enfrentados pelos candidatos revelam os modos como a política educacional é experienciada na prática. Dessa forma, o ENEM 2023 reafirma seu lugar de centralidade no cenário educacional, mas também expõe tensões que atravessam a efetivação do direito à educação.

3.1.2 Competências avaliativas e suas aplicações para certificação e ingresso no ensino superior

A amplitude de funções assumidas pelo exame ao longo do tempo não apenas redefiniu seu escopo como política pública, mas também transformou sua materialidade discursiva. De instrumento diagnóstico, o Enem se tornou peça central na engrenagem de acesso à educação superior brasileira – função que implica novas exigências pedagógicas, sociais e discursivas, especialmente no que se refere à prova de redação.

Essa matriz avaliativa é resultado de uma reestruturação significativa ocorrida a partir de 2009, quando o Enem foi reformulado e passou a ser utilizado como principal meio de acesso ao ensino superior público. Até então, a redação era avaliada com base em critérios menos sistematizados. Com a reformulação, foram instituídas as cinco competências e criados documentos técnicos específicos para orientar a banca avaliadora e o público participante.

Desde então, o Inep vem publicando anualmente a *Cartilha do Participante*, além de manuais voltados à correção das competências individualmente e à compreensão da nota final. A produção de versões específicas para participantes com dislexia, surdez, deficiência auditiva e Transtorno do Espectro Autista (TEA), como divulgado em canais oficiais (Figura 4), também explicitam o esforço institucional de incluir camadas de acessibilidade às práticas avaliativas. Esses documentos¹³ são parte do processo de institucionalização e estabilização do modelo textual e argumentativo exigido pelo exame.

Figura 4 - Post de perfil oficial no Instagram



Fonte: Página oficial do Inep

É nesse ponto que a AD materialista pode lançar luz sobre os efeitos ideológicos desse funcionamento: as competências, ao mesmo tempo em que orientam a correção, instituem uma memória discursiva do “bom texto”, delimitando formas legítimas de dizer e silenciando outras possibilidades. Os documentos oficiais (cartilhas, manuais de correção, guias do participante) operam como materialidades reguladoras que naturalizam esse modo de funcionamento.

Nesse sentido, a matriz de competências que orienta a correção da redação no Enem constitui um dos pilares técnicos e ideológicos da prova. São cinco competências descritas e

¹³ Entre os documentos produzidos pelo Inep, destacam-se: *Cartilha do Participante – A redação do Enem* (publicações de 2018 a 2024); *Cartilha do Participante – Enem PPL 2020*; *Manual de correção da redação: Situações que levam à nota zero*; *Manual de correção da redação: Competências 1 a 5*; *Guia do Participante – Entenda a sua nota no Enem*, entre outros, disponíveis no portal oficial do Enem.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Outros documentos – Enem. Brasília: Inep, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/outros-documentos>. Acesso em: 08 set. 2024.

operacionalizadas pelos manuais e cartilhas oficiais, utilizadas como base para a atribuição das notas. Essas competências se referem a habilidades de leitura, escrita, argumentação, conhecimento linguístico e elaboração de proposta de intervenção, estando em consonância com os objetivos educacionais de formação cidadã e com o modelo de texto exigido – o dissertativo-argumentativo.

A redação do Enem é avaliada com base em cinco competências, as quais operam como critérios normativos que orientam a produção escrita dos(as) participantes. Elas dizem respeito: (I) ao domínio da norma padrão da língua portuguesa; (II) à compreensão e abordagem adequada do tema proposto, com mobilização de repertório sociocultural pertinente; (III) à capacidade de argumentação e organização lógica das ideias; (IV) ao uso de mecanismos coesivos e articuladores textuais; e (V) à elaboração de uma proposta de intervenção social para o problema debatido, com respeito aos direitos humanos, formada por cinco elementos (são eles: agente, ação, modo/meio, efeito e detalhamento). Essas se subdividem em níveis de 0 a 5, sendo o mais baixo pontuando em 0 (zero) ponto e o mais alto em 200 (duzentos) pontos. A redação do Enem, portanto, pode ser pontuada entre 0 (zero) e 1000 (mil) pontos.

Dessas competências, destaca-se a centralidade da Competência II, que trata da pertinência temática e da tipologia textual, servindo como eixo organizador das demais. Conforme o Inep (2023), o não atendimento ao tema ou à tipologia exigida resulta na anulação da redação. Isso demonstra como o modo de formulação do tema, a cada edição, atua como ponto de ancoragem do projeto de texto esperado.

Nesse sentido, compreender as condições de produção do Enem – enquanto política pública e prática discursiva – é fundamental para a análise dos temas de redação que o compõem. O que se propõe, a seguir, é justamente reconstruir a trajetória desse exame, entendendo-o não apenas como instrumento técnico-administrativo, mas como prática social e discursiva que inscreve sentidos, projeta posições de sujeito e institui lugares de fala no espaço educacional brasileiro. A maneira como se formula o tema de redação, como se definem as formas de abordagem e como se constrói um “candidato ideal” por meio das competências avaliadas são elementos que, articulados às condições de produção históricas e institucionais do Enem, permitem compreender a dimensão discursiva desse instrumento de avaliação.

A multiplicidade de funções atribuídas ao Enem é reflexo de seu percurso de institucionalização como política pública de avaliação e acesso. Originalmente concebido como um instrumento de diagnóstico da qualidade da educação básica brasileira, o exame foi, ao longo dos anos, sendo incorporado a uma série de iniciativas governamentais de ampliação do acesso à educação superior. O exame tornou-se, por exemplo, critério fundamental para

inscrição em programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e, desde 2010, passou a ser o principal meio de ingresso no ensino superior público por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), além de ser utilizado também como critério para a concessão de bolsas em programas como o *Ciência sem Fronteiras*, iniciativa que visava fomentar a internacionalização do Ensino Superior brasileiro ao proporcionar a estudantes oportunidades de intercâmbio acadêmico no exterior.

Ainda nessa esteira, entre os anos de 2009 e 2016, o Enem serviu como uma das vias de certificação do ensino médio para estudantes que não haviam concluído essa etapa na idade regular, papel que até então era cumprido majoritariamente pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

3.2 Quadro metodológico

Nesta seção, explicita-se o processo de constituição do arquivo mobilizado nesta pesquisa e os critérios que orientaram o recorte do corpus analítico. Conforme a perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente materialista aqui adotada, o arquivo não corresponde a um simples conjunto de documentos disponíveis, mas a um domínio de materialidades discursivas que participam das condições de produção, formulação e circulação dos sentidos (Orlandi, 1999; Courtine, 2006), constituindo-se um campo mais amplo de possibilidades interpretativas, a partir do qual realizamos recortes que darão forma ao corpus de análise.

Com base nesse entendimento, o arquivo desta pesquisa é constituído por diferentes materialidades discursivas relacionadas ao tema do trabalho de cuidado no contexto do Enem 2023. Entre elas, destacam-se: (I) o caderno de provas do Enem 2023 – especialmente a proposta de redação e os textos motivadores que a acompanham; (II) a Cartilha do Participante elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na qual se apresentam orientações sobre os critérios de correção da redação; (III) documentos oficiais relacionados à Política Nacional de Cuidados (PNC), particularmente aqueles que tangenciam o debate sobre a valorização do trabalho de cuidado no Brasil; e (IV) textos de circulação digital, como postagens em redes sociais e conteúdos de sites jornalísticos e educacionais, que projetam efeitos de sentido sobre o tema em questão e participam da memória discursiva que atravessa esse campo temático.

A partir desse arquivo, procedeu-se à constituição do corpus analítico, que não corresponde à totalidade dos materiais mencionados, mas a sequências discursivas selecionadas no interior dessas materialidades, definidas a partir da emergência de sentidos que permitem

observar deslocamentos, repetições, apagamentos ou contradições relevantes para a análise do trabalho de cuidado no contexto do Enem 2023.

A seleção desses materiais considera tanto a sua relevância discursiva quanto o seu alcance e circulação no espaço público. Esses textos permitem observar os modos como o Enem se inscreve como política pública de avaliação, mas também como acontecimento discursivo, atravessado por embates ideológicos que tensionam sentidos de educação, gênero, trabalho e Estado. Ainda que o corpus seja composto por uma variedade de materiais, é importante frisar que sua análise não será conduzida de maneira exaustiva, mas a partir de recortes pontuais, definidos de acordo com a emergência de sentidos que operam deslocamentos, repetições, apagamentos ou contradições significativas.

A delimitação do corpus busca contemplar diferentes modos de enunciação e circulação dos sentidos sobre o trabalho de cuidado, considerando os espaços de sua formulação institucional, mediação social e avaliação oficial. Tal recorte possibilita observar as formações discursivas em confronto e as posições-sujeito nelas inscritas, materializando tensões ideológicas e efeitos de sentido que se atualizam no acontecimento discursivo constituído em torno do Enem 2023.

Cabe destacar que este capítulo não tem por objetivo apresentar os gestos analíticos propriamente ditos, os quais serão desenvolvidos no capítulo seguinte. Aqui, busca-se explicitar os critérios de constituição do corpus, os fundamentos teóricos que sustentam a noção de arquivo e a justificativa dos recortes escolhidos.

3.3 Modos de circulação: difusão, mediação e ressignificação do discurso

Esta seção dedica-se à análise dos modos de circulação do discurso sobre o trabalho de cuidado, apontando as diferentes formas pelas quais ele se difunde, é mediado e ressignificado em espaços institucionais e públicos. Considera-se aqui o percurso do tema desde sua formulação no âmbito do Enem até sua repercussão em outras esferas discursivas, incluindo documentos políticos, como o marco conceitual da Política Nacional de Cuidados, e medidas legislativas, como a PEC das Domésticas, além de manifestações em redes sociais e na mídia digital.

Ao situar a circulação discursiva entre esses diferentes contextos, busca-se compreender como o discurso do Enem dialoga e se entrelaça com outras práticas discursivas, configurando posições sujeito e efeitos de sentido que ultrapassam o espaço da avaliação, reforçando ou tensionando as representações sociais do cuidado.

3.3.1 Circulação inicial no âmbito do Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), enquanto espaço institucional de avaliação educacional, desempenha um papel estratégico na circulação e legitimação de discursos socialmente relevantes. No caso do trabalho de cuidado, a inserção temática no exame sinaliza uma ampliação do foco para questões que ultrapassam o campo estritamente acadêmico, alcançando dimensões sociais, culturais e políticas. A circulação inicial desse discurso no âmbito do Enem configura-se a partir da formulação dos temas propostos nas provas, das orientações para elaboração da redação e dos materiais de referência disponibilizados aos participantes e professores. Essa presença discursiva reforça a importância do trabalho de cuidado como objeto de reflexão pública, projetando-o como um tema pertinente para a juventude brasileira, sobretudo em um momento de transição para a vida adulta e para a responsabilidade social.

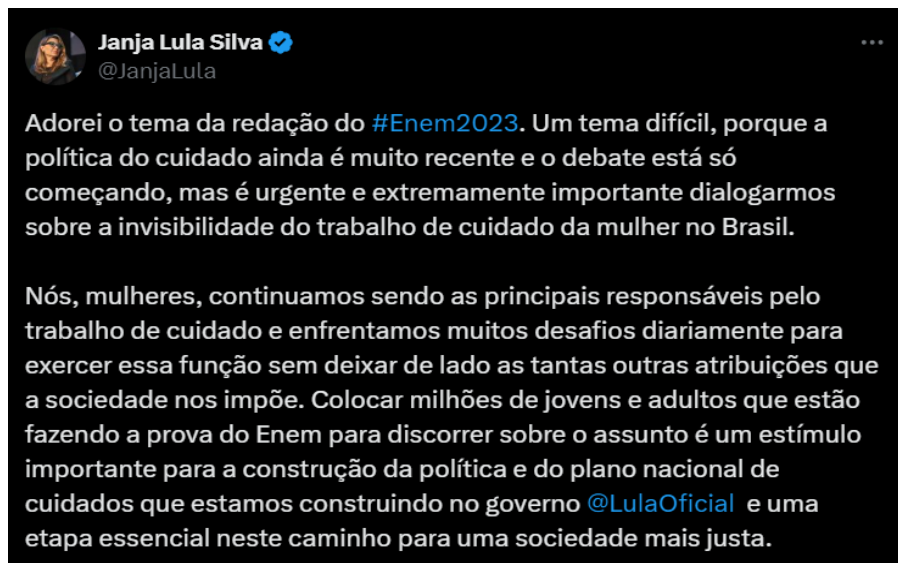
Como forma de ilustrar brevemente a natureza do corpus e antecipar os efeitos de sentido que norteiam o gesto de interpretação empreendido nesta pesquisa, optou-se por apresentar dois enunciados que circularam nas redes sociais logo após a divulgação do tema da redação do Enem 2023. Ambos os textos foram publicados no extinto *Twitter* (atualmente denominado *X*), que desempenha um papel amplo na constituição de arenas de debate público e na circulação de discursos políticos e institucionais.

Figura 5 – Post de perfil no Twitter (atualmente denominado X)



Fonte: Página oficial no X da atual Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco

Figura 6 - Post de perfil no Twitter (atualmente denominado X)



Fonte: Página oficial no X da socióloga brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores e atual primeira-dama do país, Rosângela Lula da Silva, popularmente conhecida como Janja

O primeiro exemplo, publicado pela ministra da Igualdade Racial Anielle Franco figura, bastante reconhecida nacionalmente, professora, jornalista e ativista brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), fundadora do Instituto Marielle Franco (Figura 5), permite observar um efeito de identificação com o tema da redação, revelando o modo como o Enem interpela sujeitos sociais que reconhecem, a partir de suas próprias experiências, a importância da discussão sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil. Ao enunciar “como mulher e mãe, especialmente”, a ministra se inscreve no discurso por meio de uma memória afetiva e cotidiana, o que legitima o tema como pauta social relevante, independentemente de vinculações político-partidárias explícitas.

Já o segundo exemplo, de autoria de Janja Lula da Silva (Figura 6), socióloga brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores e atual primeira-dama do país, projeta uma posição-sujeito fortemente vinculada ao discurso institucional e governamental. Nele, o tema da redação é valorizado como ponto de partida para o fortalecimento de políticas públicas de cuidado, sendo explicitamente situado em articulação com o projeto político do governo federal. O enunciado associa o Enem a um “estímulo importante para a construção da política e do plano nacional de cuidados”, reposicionando a prova como parte do campo de disputa por sentidos em torno das noções de justiça social, trabalho e gênero.

Os exemplos atestam a heterogeneidade dos sentidos que atravessaram a circulação do tema da redação, e, por isso, contribuem para fundamentar a escolha metodológica por uma

análise discursiva que leve em conta as formações discursivas em confronto, bem como os modos de inscrição dos sujeitos que se posicionam sobre a prova do Enem e o tema proposto em 2023.

3.3.2 Difusão para documentos políticos e medidas legislativas

O percurso metodológico desta pesquisa também contempla a análise de enunciados que extrapolam o campo midiático e adentram o espaço político-institucional, mais especificamente no âmbito de documentos legislativos e propostas de políticas públicas. A escolha por incluir esse tipo de material no corpus justifica-se pela hipótese de que o tema da redação do Enem 2023 – ao problematizar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil – provocou não apenas reações discursivas imediatas, mas também impulsionou ações de formulação e visibilização no interior das instituições do Estado.

Nesse movimento de transposição do discurso para o campo das políticas públicas, destaca-se a publicação do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, disponibilizado pelo governo federal em 2023, como documento norteador para a formulação de ações voltadas à valorização do trabalho de cuidado no país. Esse marco¹⁴, elaborado sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, reúne diretrizes e fundamentos para o reconhecimento do cuidado como dimensão essencial da vida em sociedade, com ênfase na sobrecarga histórica atribuída às mulheres. A formulação desse documento, anterior à realização do Enem 2023, já sinalizava uma movimentação discursiva institucional em torno do tema; no entanto, é possível observar que, após a repercussão do tema da redação, o debate público se intensificou e o cuidado passou a ocupar lugar central em agendas ministeriais e na pauta legislativa.

Esse deslocamento ganha materialidade com a sanção da Lei nº 15.069/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, estabelecendo objetivos, princípios e ações para enfrentar as desigualdades no acesso, na oferta e na distribuição do trabalho de cuidado no Brasil. Ao reconhecer formalmente a importância desse trabalho, a legislação reinscreve no discurso jurídico-legal sentidos antes circunscritos a esferas militantes ou acadêmicas, possibilitando a identificação da produtividade discursiva que se atualiza entre o espaço escolar e as instâncias institucionais do Estado. Assim, a análise dessas materialidades permite

¹⁴ A análise preliminar do *Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados* e da *Lei nº 15.069/2024* foi realizada em artigo apresentado no II Congresso Nacional de Linguística Aplicada (CONALA) e I Congresso Internacional de Linguagem, Literatura e Discurso (CILLID), em 2024. No presente trabalho, essa discussão será retomada e aprofundada no capítulo analítico, com ênfase nos efeitos de sentido produzidos pela circulação do discurso do Enem nessas materialidades institucionais.

visibilizar o modo como os sentidos em torno do cuidado, impulsionados pela visibilidade adquirida no Enem, reatualizam-se em formações discursivas políticas e produzem efeitos concretos no ordenamento jurídico e na elaboração de políticas públicas.

Entretanto, cabe destacar que um dos primeiros movimentos nesse sentido foi a aprovação da PEC das Domésticas (Proposta de Emenda Constitucional nº 72/2013), que ampliou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, reconhecendo formalmente a importância do trabalho de cuidado, majoritariamente realizado por mulheres em condições historicamente vulnerabilizadas. Essa medida legislativa representou não apenas um avanço significativo na garantia desses direitos, mas também promoveu uma ressignificação do entendimento jurídico sobre o cuidado, deslocando-o do âmbito privado para o público e político.

Ao incorporar direitos como jornada de trabalho regulamentada, FGTS obrigatório, seguro-desemprego e reconhecimento de adicional noturno, a PEC das Domésticas contribuiu para visibilizar e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado, antes marginalizado nas relações laborais e na legislação. Essa reconfiguração do estatuto jurídico do trabalho de cuidado traduz-se em uma mudança discursiva que legitima o reconhecimento do cuidado como uma atividade fundamental para o funcionamento da sociedade e para a promoção da justiça social. Por isso, é fundamental considerar as dimensões discursivas e sociais que permeiam essa legislação, especialmente no que se refere à racialização e à representação das trabalhadoras domésticas. Como nos lembra Zoppi-Fontana e Cestari (2014), que analisam a construção discursiva dos estereótipos de mulheres negras no Brasil, permitindo identificar como o imaginário social associa essa figura a marcadores históricos de discriminação e desigualdade.

Dessa forma, a PEC das Domésticas insere-se no processo de difusão do discurso do cuidado, articulando-se com outros dispositivos normativos e políticas públicas que buscam ampliar a proteção social e a equidade, reafirmando a centralidade do cuidado nas dinâmicas sociais contemporâneas.

Tais documentos, ao inscreverem no espaço da política formal questões relacionadas ao cuidado e à desigualdade de gênero, contribuem para o fortalecimento de uma memória discursiva que historicamente luta por visibilidade e reconhecimento. A emergência do cuidado como pauta institucional no Brasil pode ser observada, por exemplo, na criação, em 2025, de um prêmio nacional voltado à valorização de pesquisas e ações no campo dos cuidados – Prêmio Nacional Acadêmico “Tecendo Cuidados” –, o que sinaliza um movimento recente de

reconhecimento estatal dessa temática.¹⁵ Disso, me surge um questionamento: por que, quando o cuidado entra no espaço das políticas públicas, ele é nomeado por uma metáfora tão historicamente feminizada, artesanal e apaziguadora?

Não é indiferente que a institucionalização recente de um prêmio sobre cuidado seja também acompanhada pela escolha da metáfora do “tecer”. “Tecer” aciona uma memória discursiva historicamente associada ao feminino, ao trabalho manual e àquilo que se realiza no tempo longo, contínuo e silencioso. Ao nomear o cuidado a partir desse imaginário, não estaria produzindo-se um efeito de suavização que tende a deslocar o debate do campo do trabalho, da regulação e redistribuição para o da vocação, da sensibilidade e da harmonia? A pergunta que se impõe, então não é apenas o que se pretende valorizar ao “tecer” os cuidados, mas também o que se apaga quando o cuidado deixa de ser nomeado como trabalho.

Esses enunciados serão analisados não em sua dimensão jurídico-normativa, mas enquanto materialidades discursivas atravessadas regularidades e disputas de sentidos. Interessa-nos, sobretudo, observar os efeitos da divulgação do tema do Enem 2023 como operador de deslocamento e reinscrição discursiva em espaços que historicamente negligenciaram esse tipo de pauta. Dessa forma, ampliamos o escopo analítico para considerar os modos de circulação e reverberação do discurso em diferentes esferas sociais, sem perder de vista os efeitos de sentido que se produzem nas relações entre linguagem, ideologia e política.

¹⁵ O prêmio é atualmente desenvolvido pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNCF) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, segundo os órgãos, busca reconhecer, valorizar e divulgar a produção acadêmica sobre cuidados e políticas públicas, incentivando jovens pesquisadoras(es) e contribuindo para o fortalecimento dessa agenda no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/brasil-que-cuida/observatorio-do-cuidado/premio>. Acesso em 08 jul. 2025.

4 GESTOS DE ANÁLISE

Este capítulo se constrói em torno de análises de efeitos de sentidos produzidos na e pela circulação do discurso sobre o cuidado, tendo como ponto de ancoragem a formulação do tema da redação do Enem 2023, mas buscando ultrapassá-la em direção a processos mais amplos de significação. A partir da perspectiva materialista da Análise de Discurso, o gesto analítico aqui empreendido não se orientou pela interpretação de intencionalidades, mas operou no deslizamento pelas redes de memória e pelos deslocamentos de sentido que atravessam a constituição discursiva do cuidado enquanto problema social, político e histórico. Nessa perspectiva, compreende-se que “a memória [...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regulação... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos” (Pêcheux, 1983), o que permite pensar o cuidado como um ponto de condensação de discursos diversos e contraditórios.

A organização das análises parte do exame da Política Nacional de Cuidados, compreendida como espaço de institucionalização de sentidos e de visibilização do cuidado enquanto demanda coletiva. Em seguida, desloca-se o olhar para a formulação do tema da redação do Enem 2023, observando os efeitos de sentido produzidos nos textos motivadores e nas condições de produção dessa proposta, em diálogo com a política pública anteriormente discutida.

Avança-se, então, para a análise das redes de memória que circulam e que se atualizam e/ou se deslocam, especialmente nas articulações com a maternidade, a divisão sexual e racial do trabalho e a construção histórica da figura da mulher negra no espaço público. Por fim, adentra-se um recorte mais específico, em que o cuidado é abordado a partir de sua inscrição na maternidade, pensando os modos pelos quais essa prática é naturalizada, enaltecida ou invisibilizada nos discursos que a atravessam.

Cada seção analítica, portanto, constitui um gesto de leitura que reinscreve o discurso do cuidado em sua materialidade sócio-histórica, tensionando seus modos de formulação e circulação no interior das práticas discursivas examinadas. Ao fazê-lo, pretende-se compreender como sentidos se estabilizam ou se desestabilizam, projetando posições-sujeito e organizando os modos pelos quais o cuidado é significável e dizível na contemporaneidade.

4.1 A Política Nacional de Cuidados: institucionalização e efeitos de sentido

A Política Nacional de Cuidados do Brasil é delineada no Marco Conceitual de 2023 como um avanço significativo na tentativa de reconhecer o cuidado como direito e prática

fundamental no tecido social brasileiro.¹⁶ Esse marco foi desenvolvido a partir das discussões do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Cuidados), instituído em março de 2023 e coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), juntamente com a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres. O documento, publicado na página do MDS, orienta a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados, delineando seus principais aspectos conceituais e componentes. Contudo, ao analisarmos o sentido de cuidado pelas lentes da Análise de Discurso materialista, é possível identificar que ele vai além de uma definição simples, sendo atravessado por múltiplos sentidos que refletem disputas ideológicas profundas.

O sentido de cuidado no documento não é estático nem consensual, ele se constrói a partir de tensões entre diferentes sujeitos e contextos sociais, materializando a complexidade da prática do cuidado no Brasil. Enquanto prática cotidiana, o cuidado se apresenta como uma responsabilidade tanto individual quanto coletiva, envolvendo não apenas o Estado, mas também a família e a sociedade. A perspectiva de que o cuidado deve ser compartilhado entre esses diferentes agentes projeta uma multiplicidade de sentidos sobre o que significa cuidar, quem deve cuidar e quais os limites dessa responsabilidade.

Retomando os estudos de Gonzalez (2020), historicamente, a responsabilidade pela provisão e organização dos cuidados esteve principalmente nas mãos das mulheres. Nesse sentido, o Marco destaca a recente incorporação do tema cuidado ao campo das políticas públicas no país, havendo, portanto, uma centralização da responsabilidade na família e nas redes comunitárias, enquanto o Estado se apresenta como coadjuvante nessa trama. Essa questão é ressaltada no documento quando alude que:

A construção de uma política integral e integrada de cuidados passa a ser, pela primeira vez no Brasil, um objetivo nomeadamente público a partir de 2023, quando são criadas, nas estruturas do governo federal, a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados localizada no Ministério das Mulheres (SENAEC/Mulheres). (Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, 2023)

Explicita-se, a partir disso, que os diferentes sentidos atribuídos ao cuidado projetam contradições, como o paradoxo entre a universalidade do direito ao cuidado e a particularidade das necessidades de diferentes grupos. A análise discursiva permite visualizar essas

¹⁶ Parte das reflexões desenvolvidas nesta seção retomam e aprofundam o estudo publicado no artigo *Maternidade e trabalho de cuidado em discursos sobre o Enem 2023* de autoria de França e Rodrigues (no prelo).

contradições e como elas são apresentadas no documento, explicitando que o sentido de cuidado construído é, ao mesmo tempo, inclusivo e excludente, universal e particular. Nesse sentido, como afirma Orlandi (2017, p. 40), “o sentido de uma palavra, uma expressão [...] não existe em si mesmo, mas é determinado pelas oposições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas (isto é, reproduzidas)”. A construção de uma política integral e integrada de cuidados, anunciada pela primeira vez como objetivo público em 2023, materializa essas tensões, uma vez que as diferentes visões sobre o cuidado, suas responsabilidades e suas dimensões são fruto de disputas subjacentes à formulação da política e como elas influenciam a definição de quem deve ser cuidado e de que forma esse cuidado deve ser prestado, que envolvem tanto o Estado quanto a sociedade civil.

A construção dos sentidos de cuidado projetados, como vimos, é atravessada por disputas ideológicas e tensões entre diferentes sujeitos e contextos. Nesse viés, os conceitos de memória discursiva e interdiscurso, centrais à abordagem materialista, oferecem uma chave de leitura para entender como o cuidado não surge de um vazio, mas é imerso em práticas e discursos históricos. Esses elementos discursivos anteriores moldam os significados atribuídos ao cuidado, influenciando a forma como ele é compreendido e incorporado na política pública. Como Orlandi afirma:

[...] Para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso. A isso que chamamos de historicidade na análise de discurso. Chamamos de efeito de pré-construído, a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer. (Orlandi, 2017, p. 18).

Esse processo de construção discursiva é permeado por diferentes vozes, que dialogam (e, muitas vezes, se chocam) com as experiências de quem cuida e de quem recebe o cuidado. O desafio, então, é como conciliar esses diferentes discursos sem que o cuidado se perca em uma definição homogênea, capaz de abranger as desigualdades regionais, de gênero, de classe e de raça que permeiam a sociedade brasileira.

A disputa pelo sentido de cuidado, portanto, materializa as contradições sócio-históricas de nossa formação social, ancorada em desigualdades de classe, mas também de gênero e de raça, conforme tem sido descrito nos trabalhos de França (2024 e outros). Quem define o que é cuidado, como ele deve ser realizado e quem deve ser responsável por ele, está, de certa forma, delimitando as fronteiras do direito, da cidadania e da justiça social. O Marco Conceitual, ao apresentar essas contradições, não só textualiza a complexidade do cuidado no Brasil, mas

também convoca para um debate essencial sobre como transformar essas disputas em uma política pública que, de fato, promova a dignidade e os direitos de todos os cidadãos.

Ao analisar um documento político, a AD considera a construção do discurso como um processo que envolve múltiplos sujeitos, contextos e condições históricas. Nesse caso, o cuidado no Marco não é simplesmente definido, mas construído ao longo de um jogo de sentidos que reflete disputas ideológicas entre diferentes grupos (governo, sociedade, famílias, trabalhadores etc.). Sob esse olhar, as escolhas lexicais, os silêncios e as articulações sintáticas e discursivas no documento podem reforçar ou desafiar estruturas de poder, como as relações de gênero, classe e raça, que estão intimamente ligadas ao cuidado.

Sobre isso, a noção de memória discursiva, que indica como discursos passados e consolidados determinam a construção de novos significados projetados, é de grande relevância. No caso da PNC, o sentido de cuidado é reconfigurado, mas ainda dialoga com significados anteriores, como a ideia do cuidado como uma responsabilidade privada, frequentemente ligada às mulheres e ao espaço doméstico. Ao analisar como esses sentidos se atualizam e se confrontam dentro do documento, é possível pôr em pauta as tensões políticas e ideológicas que compõem a formulação das políticas públicas.

O sentido de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados é apresentado de forma fluida e ambígua, ora formulado como direito social e dever do Estado, ora deslocado para enunciados que enfatizam a família e os vínculos afetivos como instâncias centrais do cuidado, materializando as tensões que envolvem a própria prática de cuidar na sociedade brasileira. Tradicionalmente associado à esfera doméstica e feminilizada, o cuidado é ressignificado pelo documento, sendo apresentado como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade. No entanto, essa multiplicidade de sentidos gera disputas discursivas, pois diferentes grupos sociais e políticos têm interesses diversos sobre como o cuidado deve ser conceituado, praticado e regulamentado.

No contexto do interdiscurso, o cuidado se insere em um campo de significações históricas e ideológicas, que não apenas moldam as definições atuais, mas também materializam um jogo de poder sobre quem deve assumir as responsabilidades envolvidas. Para o Estado, a universalização do cuidado é um desafio complexo, que precisa ser abordado em sua totalidade, sem negligenciar as especificidades de cada região ou grupo social. Por outro lado, a posição-sujeito familiarista de cuidado ainda persiste, reivindicando a centralidade da família na prestação desse serviço, o que reforça um modelo de cuidados segmentado e desigual.

Além disso, o sentido de cuidado também se articula com debates sobre gênero, raça e classe social. O cuidado é, frequentemente, considerado uma extensão do trabalho doméstico

não remunerado, historicamente realizado por mulheres. Assim, sua incorporação como um direito social é marcada por um embate ideológico que envolve, simultaneamente, a valorização e a crítica desse tipo de trabalho.

O Marco Conceitual, ao projetar um efeito de sentido que legitima a ideia de cuidado como uma obrigação coletiva, enfrenta resistência por parte daqueles que ainda enxergam o cuidado como algo que pertence exclusivamente ao espaço privado e à esfera da responsabilidade familiar. Tal resistência não se dá de forma circunstancial, mas se ancora na memória da colonização, compreendida como uma memória discursiva dominante nos discursos da/sobre a brasilidade (França, 2024), que historicamente organiza a separação entre Estado e família e produz efeitos de naturalização sobre a delegação do cuidado a mulheres no interior do espaço doméstico, sem deixar de ressaltar que essas são sobretudo negras e periféricas. Essa responsabilização não se sustenta apenas no plano simbólico, mas se materializa em práticas sociais reiteradas, como indicam dados recentes. Pesquisa da plataforma *Elas Trabalham*, divulgada pela *Revista Marie Claire* em maio de 2024, mostra que quase metade das brasileiras bancam custos essenciais do lar, mesmo ganhando menos que os homens, e que 47,2% conhecem mulheres na família que foram impedidas de trabalhar fora pelo marido ou outro membro familiar do gênero masculino. No Brasil, 73,4% das mulheres começaram a realizar tarefas domésticas e de cuidado antes dos 14 anos, mas apenas 9,4% consideram que começaram a trabalhar neste período.

Esse seria um demonstrativo de que há um imaginário dominante que não projeta a essas funções desempenhadas o sentido de trabalho. Essa disputa discursiva sobre o cuidado materializa as contradições que perpassam a construção da Política Nacional de Cuidados. O cuidado, enquanto algo que deveria unir e garantir direitos a todos, fragmenta-se em diversas versões que carregam consigo diferentes modelos de sociedade, diferentes visões sobre o papel do Estado, da família e da sociedade civil, e, principalmente, diferentes percepções sobre quem deve ser o sujeito do cuidado e quem deve ser o seu destinatário.

A compreensão dos sentidos de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados exige considerar que a “a memória discursiva é constituída de esquecimento” (Orlandi, 2017, p. 24), o que implica reconhecer que os sentidos não se organizam pela recuperação pela do já-dito, nem se encontram sob o controle consciente dos sujeitos. Nesse funcionamento, determinados processos históricos, como a colonização, podem deixar de ser nomeados explicitamente, sem que seus efeitos deixem de operar no espaço de enunciação brasileiro. Não se trata de ausência ou desconhecimento, mas de um esquecimento constitutivo, que impede a reconstituição de todas as condições em que esses dizeres circulam e dos sentidos

que assumiram em cada contexto histórico. É nesse quadro que o cuidado, historicamente associado ao espaço doméstico, ao trabalho não remunerado e à responsabilização feminina, reaparece no discurso contemporâneo atravessado por efeitos de evidência, mesmo quando se busca reinscrevê-lo como direito social e responsabilidade coletiva.

Assim, o Marco Conceitual se produz em tensão com essa memória, fazendo operar sentidos que, embora reformulados, permanecem ancorados em uma historicidade marcada por apagamento. Nesse movimento, ao redefinir o cuidado como algo que envolve o Estado, a sociedade e a família, propõe um efeito de ruptura com o modelo anterior, privatista, ainda que tal redefinição se constitua sob o atravessamento de uma memória da colonização que continuam a organizar os modos de dizer e de significar o cuidado. Ao que diz:

O cuidado é não apenas um trabalho, mas também uma necessidade de todas as pessoas, central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia e das sociedades. Todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo de suas vidas ainda que, em alguns momentos ou em condições específicas, nas quais é menor a sua autonomia e maior a sua dependência [5], essas necessidades sejam mais intensas e/ou mais complexas. Em algumas situações, inclusive, as pessoas não podem prescindir do cuidado realizado por terceiros/as, por ele ser fundamental para o seu bem-estar, ou, no limite, para a sua própria sobrevivência. É o caso, por exemplo, dos bebês, que dependem integralmente do cuidado ofertado por outras pessoas, ou de pessoas idosas e pessoas com deficiência que, em determinadas condições, podem necessitar de assistência, auxílio e apoios para realizar tanto as atividades básicas da vida diária (ex. tomar banho, vestir-se, alimentar-se etc.), quanto às atividades entendidas como instrumentais (ex. gerenciar recursos, fazer compras, sair de casa etc.).

A forma como esse cuidado é ofertado nas sociedades é bastante variável. Em cada sociedade e em diferentes etapas históricas, estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados, e que tem componentes sociais, econômicos, culturais e políticos. A conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições pela sua provisão, em especial as famílias, comunidades, Estado, mercado/empresas, tal como pode ser visualizado pela figura 1 reconhecida na literatura como “diamante dos cuidados”. (Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, 2023)

O fragmento do Marco Conceitual destaca o cuidado como fundamental para a vida humana, apresentando-o como uma necessidade universal que varia conforme as condições de autonomia e dependência de cada indivíduo. A SD5 “[...] central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia e das sociedades” já textualiza o diálogo entre o cuidado como prática social e sua inserção no sistema econômico. Essa escolha lexical faz funcionar um esforço em expandir o entendimento do cuidado para além do trabalho doméstico e informal, conectando-o à sustentabilidade coletiva.

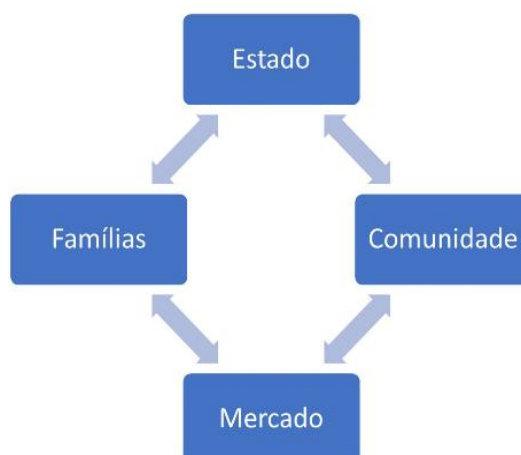
No entanto, ao afirmar que SD6 “a conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições”, o texto sugere

uma redistribuição do cuidado entre Estado, famílias, comunidades e mercado, mas sem romper completamente com modelos históricos que centralizam essa função nas famílias. Essa abordagem revela a persistência de uma memória discursiva, na qual as famílias permanecem o pilar central, enquanto os outros atores surgem mais como complementos do que como agentes principais.

Além disso, a passagem que menciona SD7 “[...] estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados” materializa como as práticas do passado são reformuladas no presente, sem necessariamente romper com as bases culturais e políticas anteriores. Esse entrelaçamento de discursos configura o que a AD identifica como interdiscurso: a coexistência e a tensão entre discursos neoliberais – que associam a responsabilidade do cuidado à esfera privada e ao empreendedorismo individual –, feministas – que denunciam a sobrecarga histórica das mulheres –, de direitos humanos – ao destacar o cuidado como um direito social – e comunitários – ao valorizar formas coletivas e locais de cuidado.

O “diamante dos cuidados” ilustra a organização social do cuidado, envolvendo os atores principais: Estado, comunidade, famílias e mercado. Isso aponta o esforço do documento em propor uma abordagem integradora, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de articular os papéis desses diferentes agentes. Sua estrutura gráfica reforça como o cuidado, mesmo com suas nuances, busca um equilíbrio entre elementos históricos e demandas contemporâneas, promovendo diálogo entre modelos tradicionais e novas formas de organização. A atualização de sentidos ocorre, mas de maneira que preserva concepções pré-existentes. Observemos a figura que representa o “diamante dos cuidados”:

Figura 7 - Diamante dos Cuidados do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados



Fonte: Portal Participa + Brasil

O conceito de Diamante de Cuidados foi formulado por Shara Razavi (2007), no âmbito das discussões do Programa de Gênero e Desenvolvimento da ONU¹⁷. Trata-se de uma representação gráfica que sintetiza os quatro principais agentes envolvidos na provisão social do cuidado: o Estado, o mercado, as famílias e o setor comunitário ou sem fins lucrativos. O diagrama visa explicitar o arranjo institucional por meio do qual o cuidado é distribuído, especialmente em relação a populações que necessitam de cuidados intensivos, como crianças, pessoas idosas ou com deficiência.

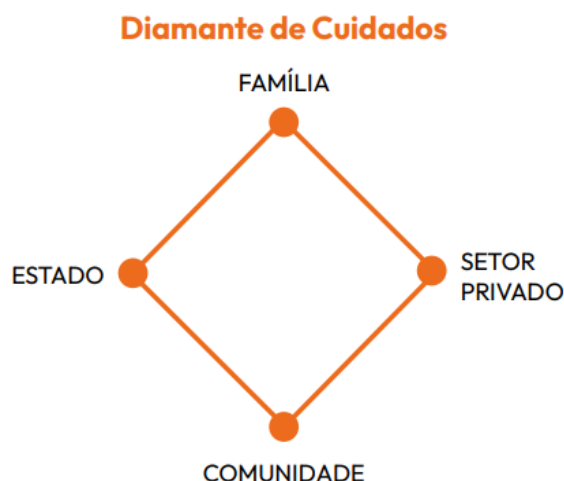
Esse modelo foi amplamente difundido e apropriado em diferentes contextos nacionais, inclusive na formulação de políticas públicas no Brasil, como mostra o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, que incorpora como estrutura organizadora de sentidos. Um exemplo de discussão crítica sobre essa apropriação na América Latina é o artigo de Razavi et Staab (2010), publicado em espanhol, que analisa a circulação e os deslocamentos do conceito no campo das políticas públicas de cuidado.

A circulação do “diamante de cuidados” não se restringe aos documentos estatais. Ela também aparece em materiais produzidos por organismos internacionais e movimentos feministas (Figura 8), como é da *Caixa de Ferramentas: promovendo incidência em prol da sociedade do cuidado*¹⁸, elaborada pela ONU Mulheres em parceria com organizações da sociedade civil. Nesse documento, o esquema gráfico é reinscrito como recurso de formação política e incidência, enfatizando a urgência de uma redistribuição equitativa do trabalho de cuidado.

Figura 8 - Diamante de Cuidados de Ravazi (2007) da Caixa de Ferramentas ONU Mulheres

¹⁷ Sobre a circulação do conceito de “diamante dos cuidados” e sua relação com as desigualdades estruturais do trabalho de cuidado, ver: RAZAVI, Shakra; STAAB, Silke. *Mucho trabajo y poco salario: perspectiva internacional de los trabajadores del cuidado*. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 129, n. 4, 2010. Tradução autorizada do original em inglês, publicada pelo Instituto de Investigaciones de las Naciones Unidas para el Desarrollo Social (UNRISD), com tradução da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹⁸ A *Caixa de Ferramentas* foi realizada pela ONU Mulheres, com participação de organizações feministas da América Latina e consultoria técnica de Adalgisa Bozi Soares e Márcia Vasconcelos (Cuidemos – Consultoria e Treinamentos). O projeto gráfico é assinado pela Sense Design & Comunicação, baseado na identidade visual do projeto “Ver-o-Cuidado”, de Thamirys Santos de Farias. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2025/03/ARTE_Caixa_VeroCuidado_WEB.pdf. Acesso em 15 jun. 2025.



Fonte: Caixa de Ferramentas ONU Mulheres

O mesmo esquema também é retomado em ambientes digitais, como o blog *Cuidemos* (Figura 9), espaço que se propõe a promover o cuidado como princípio organizador da vida em sociedade. Vale destacar que o blog *Cuidemos*¹⁹ não somente reproduz essa imagem, mas participou da criação do material gráfico e conceitual da *Caixa de Ferramentas*, atuando como consultoria técnica na elaboração do documento.

Essa compreensão do cuidado como trabalho socialmente relevante encontra respaldo em debates internacionais já consolidados, como o Marco dos 5Rs (Reconhecer, Reduzir, Redistribuir, Recompensar e Representar), proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2019²⁰. Ao reconhecer o cuidado como trabalho e ao redistribuir suas responsabilidades entre diferentes atores – Estado, mercado, organizações de trabalhadores e empregadores, sociedade civil e homens –, o documento rompe com a memória discursiva que associa o cuidado exclusivamente ao espaço privado e à feminilidade.

Nesse sentido, o marco dos 5Rs desloca o cuidado do registro do amor e da vocação moral para o campo das políticas públicas e dos direitos sociais, permitindo observar que sua invisibilidade não é natural, mas historicamente produzida. A circulação desse debate no espaço institucional reforça a relevância do tema da redação do Enem, ao inscrevê-lo em uma rede

¹⁹ A Figura 9 do “Diamante de cuidados” foi extraída do blog *Cuidemos*, em publicação dedicada à explicação desse conceito e sua importância na organização social dos cuidados. Disponível em: <https://cuidemos.com.br/explicando-conceitos-o-diamante-de-cuidados/>. Acesso em 15 jun. 2025.

²⁰ Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/%40publ/documents/publication/wcms_737394.pdf. Acesso em 15 jun. 2025.

discursiva mais ampla, na qual o cuidado é concebido como questão estrutural e coletiva, e não como responsabilidade individual das mulheres. A recorrência do diamante em diferentes espaços discursivos – do Estado às organizações multilaterais, dos movimentos feministas aos blogs ativistas – aponta para sua consolidação como figura de consenso e disputa, que busca produzir efeitos de evidência sobre quem cuida, como se cuida e quem deve ser cuidado.

Figura 9 - Diamante de Cuidados de Ravazi (2007)



Fonte: Blog Cuidemos

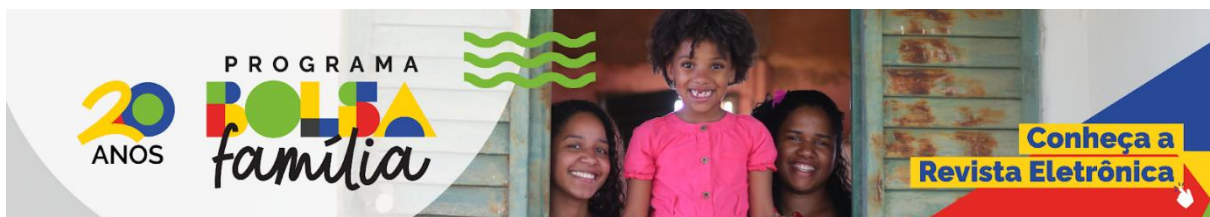
Em retomada à imagem presente no Marco (Figura 7), observa-se que alguns aspectos se alteram. A disposição circular dos elementos e as setas bidirecionais sugerem, à primeira vista, uma estrutura cooperativa e integrada entre os quatro polos. No entanto, ao observarmos o funcionamento da imagem em relação ao discurso sobre os cuidados – sobretudo os cuidados sociais –, emerge um gesto de interpretação que permite visualizar a imagem como um dispositivo de deslocamento da responsabilidade.

Esse funcionamento gráfico pode ser interpretado como uma metáfora da passagem do cuidado como uma responsabilidade incômoda – na qual nenhuma das instâncias parece se responsabilizar plenamente pela tarefa, transferindo-a *ad infinitum*. A estrutura circular das setas sustenta um efeito de sentido de não compromisso: se todos são responsáveis, ninguém é de fato responsabilizado. É nesse ponto que o discurso do cuidado, ao ser distribuído graficamente entre essas instâncias, pode diluir a responsabilização do Estado, por exemplo, ou escamotear os efeitos da precarização imposta às famílias.

Importa lembrar, sobre isso, pesquisa realizada pelo IBGE (2019) que materializa a assimetria de gênero que atravessa a organização social do cuidado no Brasil – aspecto que será retomado nas análises desenvolvidas posteriormente. Segundo o estudo, as mulheres dedicam, em média, 21 horas semanais à atividade de cuidado, já homens dedicam 11 horas, quase metade do tempo. Isso implica que, em contextos como o brasileiro, o trabalho de cuidado é majoritariamente realizado pelas famílias, sendo as mulheres, em sua maioria, as principais responsáveis por essas atividades. Em certos casos, esse cuidado é privatizado por meio da contratação de outras mulheres, como trabalhadoras domésticas, ou pela aquisição de serviços especializados, como creches e instituições destinadas a pessoas idosas. Em outros, especialmente entre as camadas populares, o cuidado depende exclusivamente do trabalho não remunerado de mulheres no interior das relações familiares – mães, avós e filhas, que sustentam cotidianamente esse sistema invisibilizado e desigual.

Esse gesto de interpretação se ancora na memória discursiva das políticas sociais no Brasil, nas quais o cuidado é reiteradamente deslocado da esfera da responsabilidade estatal para o interior das relações familiares – e, dentro dessas, para as mulheres. Essa ambivalência não se produz somente no plano verbal dos enunciados, mas também se atualiza em materialidades visuais que circulam no espaço público, nas quais a mulher é reiteradamente interpelada como sujeito do cuidado e da gestão da pobreza. A imagem (Figura 10) a seguir, divulgada no contexto comemorativo dos 20 anos do Programa Bolsa Família, funciona como materialidade discursiva ilustrativa dos efeitos analisados até aqui.

Figura 10 - Imagem celebrativa dos 20 anos do Programa Bolsa Família



Fonte: Governo Federal

Trata-se de uma fotografia institucional, de composição cromática marcada por cores vibrantes – verde, azul, amarelo e vermelho –, produzida no âmbito da comunicação governamental da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2025, com finalidade informativa e celebratória. Na imagem, três pessoas negras olham por uma janela; o cenário é o de uma casa simples, com paredes de madeira visivelmente desgastadas e pintura descascada.

No primeiro plano, está uma criança, ligeiramente à frente das mulheres, apoiada no parapeito da janela. As duas jovens mulheres encontram-se uma de cada lado da criança, parcialmente enquadradas pela moldura da janela, criando uma cena triangular que organiza visualmente a cena em torno do cuidado e da proteção. Todas sorriem, com expressões faciais que podem ser lidas como transmissão de afeto, tranquilidade e proximidade.

Cabe observar que, ao longo da revista comemorativa²¹, há uma recorrência significativa de imagens que apresentam mulheres negras como beneficiárias do programa, o que contribui para a consolidação de uma memória visual específica sobre quem são os sujeitos do cuidado e da gestão da pobreza no Brasil. Essa recorrência não opera como tematização explícita da raça, mas como efeito de evidência, no qual a associação entre mulher negra, cuidado e vulnerabilidade social se apresenta como naturalizada, antecedendo o próprio dizer e organizando as posições-sujeito disponíveis no discurso das políticas sociais.

Programas como o Bolsa Família, que, embora seja uma das mais relevantes políticas de transferência de renda da história recente do Brasil, reforça a responsabilização das mulheres pelo cuidado e pela gestão da pobreza no âmbito doméstico de diversas formas. Isso se dá, principalmente, pela centralidade das mulheres como titulares preferenciais do benefício, ou seja, são elas, majoritariamente, as responsáveis legais pela recepção e administração dos recursos. A página do MDS vai ao encontro disso, ao divulgar que:

Em março, mês dedicado à celebração do Dia Internacional da Mulher, o Programa Bolsa Família reforça seu papel fundamental no combate à pobreza e pela autonomia feminina no Brasil. Dos 20,89 milhões de famílias beneficiadas, 17,4 milhões (83,4%) são chefiadas por mulheres. O impacto do programa se estende ainda mais, com 31.933.700 milhões de mulheres (58,1%) entre os beneficiários totais, o que representa um importante apoio para a segurança alimentar e o bem-estar das famílias brasileiras. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME)

Esse excerto do site oficial do governo brasileiro permite observar a centralidade das mulheres nas políticas de transferência de renda ao afirmar que 83,4% das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família são chefiadas por mulheres. Esse dado projeta posições-sujeito que, por um lado, reafirmam a responsabilização feminina pela gestão da pobreza e do cuidado no âmbito doméstico, reforçando a naturalização da divisão sexual do trabalho. Por outro lado, o discurso também atribui um certo grau de autonomia às mulheres, ao reconhecê-las como protagonistas

²¹ Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Eventos/Revista_Comemoracao_20_anos_BF.pdf. Acesso em 11 abr. 2025.

no combate à pobreza e na garantia da segurança alimentar. Essa ambivalência revela o funcionamento contraditório do discurso: ao mesmo tempo que empodera, sobrecarrega; ao mesmo tempo que reconhece, delega.

Ademais, a forma como esse dado é mobilizado – ainda mais vinculado ao mês de março e ao Dia Internacional da Mulher – atua como um gesto de celebração que naturaliza o lugar das mulheres como cuidadoras e gestoras da pobreza. O Estado se vale do reconhecimento público desse protagonismo sem necessariamente assumir seu próprio papel estrutural no cuidado social, como garantir creches, apoio à maternidade, serviços de saúde, lazer, tempo livre etc. Ou seja, o dado de que 83,4% das famílias são chefiadas por mulheres pode ser lido como um índice do aprofundamento da feminização da pobreza, em que as mulheres, particularmente as negras e periféricas, são colocadas como a linha de frente da sustentação familiar – muitas vezes sem a contrapartida de políticas públicas que redistribuam o cuidado de maneira justa.

Outro aspecto importante a ser considerado são as condições para o recebimento do benefício, como o acompanhamento médico e a matrícula escolar das crianças, que representam, na prática, tarefas relacionadas ao trabalho de cuidado. Se, em sua maioria, são as mulheres que recebem o auxílio, consequentemente, são elas também que acabam assumindo essas responsabilidades, atuando como mediadoras da cidadania para os membros da família. Em outras palavras, o acesso ao direito passa, assim, por um trabalho invisibilizado.

Essa evidência, contudo, não incide de maneira homogênea sobre todas as mulheres. Como afirma Vinhas (2024), pode-se compreender esse funcionamento como uma forma específica de violência de Estado, que se manifesta na sobredeterminação entre gênero, raça e classe, incidindo especialmente sobre mulheres negras e pobres, cuja força de trabalho atua na reprodução social da vida. A eficácia material da reprodução das relações de produção na formação social capitalista depende justamente da naturalização desse trabalho, realizado majoritariamente por essas mulheres, muitas vezes em condições de extrema precariedade.

Os efeitos dessa estrutura extrapolam o âmbito doméstico. Pesquisa recente do Laboratório Think Olga (2024), voltada à saúde mental das mulheres no contexto pós-pandemia, aponta que o esgotamento emocional tem se tornado uma experiência recorrente, sendo as dificuldades financeiras o principal fator de estresse. A falta de dinheiro, o endividamento, a baixa remuneração e a sobrecarga de trabalho configuram um quadro que tem adoecido uma parcela expressiva da população feminina.

Esse adoecimento, entretanto, não é homogêneo. Entre as mulheres negras, 54% declaram-se insatisfeitas ou extremamente insatisfeitas com sua situação financeira, percentual

significativamente superior ao observado entre as mulheres brancas (39%). Mulheres negras em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, sendo frequentemente restritas a ocupações de menor prestígio e remuneração.

A dimensão econômica, é, portanto, central no sofrimento feminino. Como em um “efeito dominó que se retroalimenta”²², a precarização econômica também engendra relações de dependência material que restringem as possibilidades de ruptura com contextos de violência. A ausência de autonomia financeira, aliada à responsabilização exclusiva pelo cuidado dos filhos e de outros membros da família, faz com que muitas mulheres – especialmente mulheres negras como os dados confirmam – permaneçam vinculadas a parceiros dos quais são vítimas de violência física, psicológica ou simbólica, não por consentimento, mas por falta de condições materiais que viabilizem a saída dessa relação.

A dependência econômica, nesse sentido, opera como mecanismo silencioso de coerção, na medida em que transforma a sobrevivência cotidiana em fator de contenção da denúncia, da separação e do deslocamento, reinscrevendo a violência no interior da vida doméstica como um risco calculado frente à ameaça maior da pobreza, da insegurança alimentar e da perda do acesso à moradia, renda e cuidado para os filhos.

Esses processos contribuem, ainda, para uma menor expectativa de vida entre mulheres negras, estimada em cerca de cinco anos a menos quando comparadas às mulheres brancas. Segundo a pesquisa *Quem são as mulheres que o Brasil não protege?*, realizada Fundação Friedrich Ebert Brasil²³, elas correspondem a cerca de 70% das vítimas de mortes violentas no Brasil e figuram como os principais alvos da violência doméstica. Como consequência desse conjunto de violências materiais e simbólicas, mulheres negras apresentam maior incidência de transtornos mentais, como depressão e ansiedade, bem como de doenças psicossomáticas, a exemplo da hipertensão, das doenças isquêmicas do coração e dos acidentes vasculares cerebrais. Tais manifestações corporificam os efeitos da sobrecarga mental e do estresse crônico.

²² A expressão “efeito dominó que se retroalimenta” é mobilizada aqui em sentido analítico, e não como metáfora de causalidade linear ou mecânica. Trata-se de um modo de nomear o funcionamento de um processo histórico e ideológico no qual diferentes dimensões da desigualdade – econômica, racial e de gênero – produzem efeitos que se reforçam mutuamente, atualizando e reiterando condições de precarização, sobrecarga e vulnerabilização. Esse encadeamento não se dá de forma automática, mas é sustentado por práticas sociais, políticas públicas e discursos que naturalizam a responsabilização das mulheres, em especial das mulheres negras, pelo trabalho de cuidado e pela gestão da vida em contextos de escassez.

²³ Disponível em: https://brasil.fes.de/fileadmin/user_upload/examples/FES-feminicidio-v06-print.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

No entanto, mesmo adoecidas, essas mulheres encontram maiores obstáculos ao cuidado de si, uma vez que o tempo destinado a si mesmas aparece como um luxo ou mesmo como algo impensável diante das exigências da sobrevivência. Isso pelo fato de que seus filhos(as), crianças negras, apresentam 39% mais chances de morrer antes dos cinco²⁴ anos por doenças evitáveis e 3,6 vezes mais chances de falecer por arma de fogo, produzindo um luto que recai, majoritariamente, sobre suas mães. Posto isso, a desigualdade não apenas organiza o trabalho e a renda, mas incide diretamente sobre a vida e a morte.

Desse modo, a política, produz uma contradição, ao mesmo tempo em que garante acesso a recursos mínimos de sobrevivência, reinscreve uma lógica de responsabilização que recai desproporcionalmente sobre mulheres, sobretudo negras. Como se mostra, as mulheres são mais uma vez impelidas a desempenhar esse papel, muitas vezes sem alternativas claras para escapar desse ciclo. Isso sugere que quebrar o ciclo de desigualdade e de sobrecarga no trabalho de cuidado se torna um desafio persistente e estrutural.

Essa estratégia discursiva é sustentada por uma lógica de invisibilização do trabalho de cuidado, compreendido como uma tarefa naturalizada e desprovida de valor produtivo, como analisa Federici (2019). Ao denunciar a forma como o capitalismo se apropriou do trabalho reprodutivo – aquele que sustenta a vida cotidiana, como cuidar, alimentar, limpar – sem reconhecê-lo como trabalho, Federici explicita o modo como o cuidado foi privatizado e atribuído às mulheres, sobretudo às mulheres racializadas e empobrecidas. Assim, o funcionamento discursivo do diagrama analisado reproduz essa lógica de diluição da responsabilidade institucional, ao apresentar o cuidado como uma tarefa coletivizada de modo abstrato, escamoteando as hierarquias de poder e os marcadores sociais que condicionam quem de fato cuida – e quem pode se eximir de fazê-lo.

A forma visual aparentemente “neutra” carrega um efeito ideológico: o apagamento de hierarquias. Estado, famílias, comunidade e mercado são colocados no mesmo plano, como se todos tivessem iguais condições materiais e simbólicas para agir no campo do cuidado. Assim, a imagem pode ser lida como um apagamento da assimetria de poder entre esses sujeitos históricos.

Como um segundo gesto descritivo, aqui iremos analisar os modos pelos quais o Marco Conceitual é atravessado por influências externas e por discursos conflitantes que atuam sobre a construção do cuidado no Brasil. Discursos neoliberais, que defendem a privatização e a

²⁴ Artigo publicado na edição de outubro de 2022 do The Lancet Global Health. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(22\)00333-3/fulltext#secccestitle10](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(22)00333-3/fulltext#secccestitle10). Acesso em 03 dez. 2025.

responsabilidade individual pelo cuidado; feministas, que reivindicam a valorização e a universalização do trabalho de cuidado; de direitos humanos, que pressionam pela garantia de direitos universais e pela inclusão de todos nas políticas de cuidado; e de políticas públicas, que articulam o cuidado como uma responsabilidade estatal, interagem diretamente na formulação do cuidado. Essas diferentes influências materializam pressões ideológicas que competem pela definição do papel do Estado e da sociedade na assistência e no suporte a quem necessita de cuidados, tanto para reafirmar a importância do cuidado como direito fundamental quanto para questionar as limitações impostas por uma abordagem neoliberal ou por falhas nas políticas públicas existentes.

O neoliberalismo, como afirma Guilbert (2020), tende a minimizar o papel do Estado em áreas sociais essenciais, como o cuidado, promovendo a ideia de que essas responsabilidades devem ser delegadas à esfera privada, seja à família ou ao mercado. Esse efeito é produzido pela repetição e pela circulação hegemônica dos enunciados, a partir de instâncias políticas e midiáticas alinhadas com os blocos de poder econômico. O modelo neoliberal reduz o cuidado a um serviço que deve ser gerido individualmente, com uma forte ênfase na “autonomia” e na “responsabilidade” pessoal, mesmo em questões que envolvem a vida de milhões de pessoas. Por conseguinte, ao enfraquecer as políticas públicas de proteção social, desloca a responsabilidade pelo cuidado de direitos coletivos para a esfera privada, desconsiderando as desigualdades estruturais que envolvem essa responsabilidade.

Nesse sentido, o Estado é cada vez mais visto como um “mediador” que oferece soluções paliativas, mas não assume sua obrigação de garantir direitos essenciais. O discurso neoliberal, como descrito, alinha-se à ideia de que a “autonomia familiar” deve prevalecer sobre a ação do Estado, levando à naturalização da sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, que historicamente têm sido as responsáveis pelo cuidado.

É, por isso, crucial destacar que o movimento feminista, especialmente as abordagens feministas decoloniais, têm desafiado diretamente esse paradigma neoliberal. Para autoras como Federici, apesar de hoje [parecer] “ser uma assistência pessoal, alheia ao capital” (2021, p. 153), o cuidado deve ser entendido não como uma responsabilidade individual ou privada, mas como um direito social coletivo, essencial para a construção de uma sociedade justa. Nesse viés, argumenta-se que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado não pode ser naturalizada como parte do papel da mulher na sociedade. O trabalho de cuidado é, pois, parte integrante da construção de uma sociedade mais igualitária e deve ser tratado com a mesma seriedade que qualquer outro tipo de trabalho.

Essa desconstrução do cuidado enquanto uma responsabilidade exclusivamente privada é central para o debate em torno das políticas públicas de cuidado. Isso, pois esse tipo de discurso textualiza-se, por vezes, sob forma de pré-construídos não formulados no Marco, especialmente quando se reconhece a importância da “autonomia” e da “responsabilidade” familiar, ao mesmo tempo que se tenta ampliar a rede de cuidados públicos. Em paralelo, o discurso feminista, que busca visibilizar o trabalho de cuidado como um direito social e uma função coletiva, pressiona para que o Estado assuma mais claramente sua responsabilidade nesse campo, quebrando o vínculo entre cuidado e esfera privada.

Esses diferentes discursos competem e coexistem, gerando tensões no texto do Marco Conceitual. A tentativa de conciliar diferentes visões sobre o cuidado – como uma obrigação coletiva e um direito individual – é um dos maiores desafios enfrentados pelo documento, que tenta integrar essas múltiplas perspectivas, ao mesmo tempo que preserva uma base política que, em última instância, busca construir uma política pública que seja justa, equitativa e inclusiva para todos os cidadãos.

O conceito de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados é marcado por uma disputa ideológica entre modelos que variam de um cuidado universal, com a responsabilidade do Estado, a modelos privatizados e individualizados, nos quais a família assume o papel principal. O marco busca equilibrar essas tensões, promovendo o cuidado como direito social e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e as famílias, mas ainda reflete a dificuldade de consenso sobre a função do Estado nesse processo.

A responsabilidade sobre o cuidado também gera disputas, com um destaque para o papel do Estado, especialmente diante das desigualdades regionais e sociais, mas sendo questionada pelos discursos neoliberais, que defendem a internalização do custo do cuidado pelas famílias. Tudo isso em um contexto que o Marco chama de “crise dos cuidados”, que concerne ao desequilíbrio no cuidado que resulta de fatores demográficos e sociais interligados. Quanto a isso, o envelhecimento acelerado da população, associado à “feminização” desse envelhecimento, cria uma demanda crescente por cuidados. Paralelamente, a oferta familiar de cuidado tem diminuído devido a mudanças significativas, como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e a redução no tamanho das famílias. Isso sobrecarrega tanto o sistema público quanto privado, exigindo novas estratégias que equilibrem as demandas de cuidado com as transformações socioeconômicas e demográficas.

Sendo assim, a “sociedade dos cuidados” representa um novo paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, no qual o cuidado ocupa uma posição central na vida e nas políticas públicas, visando assegurar o direito humano ao cuidado, que abrange o

direito a cuidar, ser cuidado e praticar o autocuidado. Baseada na corresponsabilização, na sustentabilidade da vida e na garantia do direito ao cuidado, a abordagem integra perspectivas de gênero, interseccionalidade e interculturalidade. Ela reconhece, dessa maneira, o cuidado como uma função social e um bem público, essencial para promover equidade e sustentabilidade.

Embora essas associações históricas tenham raízes profundas, os papéis de gênero estão mudando. Movimentos feministas e políticas de igualdade de gênero têm desafiado e transformado as expectativas tradicionais, promovendo uma divisão mais equitativa do trabalho de cuidado entre homens e mulheres. Com isso, há um reconhecimento crescente da importância econômica do trabalho de cuidado, levando a debates sobre sua valorização e remuneração justa.

É nesse sentido que os discursos anteriormente mencionados – como os de Anielle Franco e Janja Lula da Silva – convergem, ao lembrarem que a política do cuidado ainda é recente no cenário nacional. Seu debate, embora embrionário, mostra-se urgente, considerando que as mulheres, sobretudo as mulheres negras e periféricas, seguem sendo as principais responsáveis pelo trabalho de cuidado – uma tarefa de difícil conciliação com as demais exigências da vida social, como a construção de uma carreira profissional.

Nesse contexto, vale destacar que o texto da Política Nacional de Cuidados, lançada em maio de 2023, define cuidado como:

Os cuidados são compreendidos como as atividades realizadas para o sustento da vida e para o bem-estar das pessoas, apresentem elas algum grau de dependência ou não. São um direito e uma necessidade inerente à vida humana. Todas as pessoas demandam e ofertam cuidados ao longo de sua vida, uma vez que estes incluem as tarefas cotidianas como preparo de alimento, manutenção da limpeza e organização dos domicílios, bem como o cuidado direto a pessoas com algum grau de dependência, como, por exemplo, no auxílio com a alimentação ou com a higiene pessoal. Trata-se, assim, de um bem público essencial para o funcionamento da sociedade, das famílias, das empresas e das economias e, portanto, vital para a sustentabilidade da vida humana. (Política Nacional de Cuidados, 2023)

Além disso, o texto alerta que:

Apesar de ser uma demanda de todos e todas, a responsabilidade pela provisão de cuidados é desigualmente distribuída na sociedade brasileira, deixando para as famílias e, nelas, para as mulheres, a responsabilidade principal ou exclusiva pelo trabalho de cuidado. Assim, as mulheres, em especial as mulheres negras, mais pobres e com menores rendimentos, assumem uma grande e intensa carga de atividades relacionadas aos cuidados, geralmente subvalorizadas e, em muitos casos, não remuneradas. (Política Nacional de Cuidados, 2023)

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) do IBGE, em 2019, são de grande valia para compreender esse viés, pois, segundo eles, as mulheres dedicavam, na média, 21,7 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado enquanto os homens dedicavam 11 horas. Para as mulheres brancas essa cifra era de 21 horas semanais e para as mulheres negras, 22,3 horas por semana. Entre as mulheres com renda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo essa quantidade de horas semanais subia a 25 horas, e diminuía a 14 horas entre aquelas com renda superior a 8 salários-mínimos.

Esses dados não apenas materializam a distribuição desigual do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, mas apontam para a constituição histórica de posições-sujeito, nas quais o cuidado se apresenta como evidência naturalizada do lugar da mulher, especialmente da mulher negra e de baixa renda. Não se trata, portanto, de compreender gênero e raça como temas do discurso, mas como elementos constitutivos dos processos de interpelação ideológica (Modesto, 2021) que fazem com que determinados sujeitos sejam reiteradamente convocados a cuidar, enquanto outros são discursivamente autorizados a se ausentar dessa responsabilidade. Nesse sentido, observa-se também outra desigualdade, na medida em que se produz e sustenta-se efeitos de naturalização que atravessam os enunciados e organizam o que pode ou não ser dito sobre o trabalho de cuidado no espaço público, inclusive nos discursos que circulam no/sobre o Enem. Isso explicita e perpetua desigualdades estruturais na sociedade brasileira, questão aludida anteriormente em relação aos discursos dominantes da direita.

Esses elementos permitem compreender como o cuidado, longe de constituir apenas um objeto temático ou uma prática social isolada, funciona como operador discursivo central na produção de sentidos e na organização das posições-sujeito, preparando as condições analíticas para o exame, no capítulo seguinte, das materializações concretas desses processos no corpus do Enem 2023.

4.2 O cuidado na redação do Enem 2023: sua construção discursiva

A formulação do tema de redação do ENEM 2023 – “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” – permite observar a crescente visibilidade que o trabalho de cuidado vem adquirindo no discurso público, especialmente no contexto de discussões sobre igualdade de gênero e valorização do trabalho doméstico. Esse movimento se inscreve em uma conjuntura discursiva mais ampla, na medida em que, no mesmo ano, é elaborado o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, documento que também passa a organizar, no âmbito estatal, sentidos sobre o cuidado como

problema social, econômico e político. Nesse cenário, a escolha do trabalho de cuidado como tema do principal exame de ingresso no ensino superior brasileiro não se limita ao reconhecimento de uma questão social, mas se configura como um gesto discursivo que tensiona e atualiza os sentidos historicamente estabilizados do cuidado como atribuição feminina. A contemporaneidade entre esses materiais não aponta para uma relação de causalidade direta, mas sinaliza a circulação e a convergência de discursos sobre o cuidado em diferentes instâncias institucionais, produzindo efeitos de legitimação e de naturalização que atravessam tanto o campo das políticas públicas quando o espaço de avaliação educacional.

O trabalho de cuidado projeta diferentes sentidos e contradições, remetendo a uma série de práticas e atividades que envolvem, principalmente, o cuidado com pessoas – sejam elas crianças, idosos, doentes ou dependentes. No entanto, esse trabalho é, tradicionalmente, desvalorizado e frequentemente invisível, sendo historicamente associado a mulheres e visto como uma extensão supostamente natural de seus papéis familiares. A relevância da escolha deste tema para a redação do ENEM reside justamente no papel que ele desempenha em fomentar um espaço para a reflexão e produção de novos sentidos sobre o trabalho de cuidado, possibilitando que estudantes e a sociedade em geral questionem a naturalização desse tipo de trabalho como uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres.

Tomamos, por isso, o próprio enunciado do tema da redação do Enem 2023 – “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil” – como uma sequência discursiva (SD8), uma vez que ele condensa e coloca em funcionamento uma série de sentidos que orientam o gesto de interpretação esperado dos participantes do exame. A formulação mobiliza, de um lado, o sintagma “desafios para o enfrentamento”, que pressupõe a existência de um problema social e convoca o candidato a posicionar-se diante dele; de outro, nomeia esse problema como “invisibilidade do trabalho de cuidado”, produzindo um efeito de reconhecimento de atividades historicamente naturalizadas no âmbito doméstico e familiar. Ao explicitar que tal trabalho é “realizado pela mulher”, o enunciado também inscreve a questão no campo das relações de gênero, apontando para uma desigual distribuição social das responsabilidades de cuidado. Assim, o tema não apenas delimita um objeto de discussão, mas orienta determinadas formas de significação sobre o cuidado, projetando posições-sujeito e mobilizando memórias discursivas que atravessam debates contemporâneos sobre trabalho, gênero e organização da vida social.²⁵

²⁵ A leitura do enunciado do tema da redação do Enem 2023 é apresentada aqui de forma introdutória, com o objetivo de situá-lo como sequência discursiva no interior do dispositivo analítico desta pesquisa. O funcionamento

Na Análise de Discurso, os conceitos de memória discursiva e interdiscurso são fundamentais para compreender a dinâmica de produção de sentidos e a construção ideológica nos discursos. Esses conceitos, desenvolvidos por Michel Pêcheux (1983), e outros autores, ajudam a entender como as palavras e as ideias são moldadas por um conjunto de práticas sociais e políticas, e como elas se conectam com outros discursos que circulam na sociedade.

O tema da invisibilidade do trabalho de cuidado feminino, ao ser proposto como tema de redação no ENEM 2023, mobiliza uma memória discursiva marcada por um histórico de marginalização desse tipo de trabalho. Orlandi, ao ilustrar a articulação da memória com o conceito de “família” (2017, p. 25), oferece uma chave de leitura que pode ser estendida ao termo “cuidado”. Quando se diz “cuidado”, essa palavra provavelmente significa muito mais do que parece à primeira vista, pois carrega em si uma memória discursiva muitas vezes inconsciente e pouco questionada. Nessa linha, a construção do trabalho feminino como “cuidado” está profundamente entrelaçada com narrativas que, ao longo dos séculos, naturalizaram a mulher como responsável por essa tarefa, em consonância com expectativas culturais e sociais que associam a mulher, intrinsecamente, ao papel de cuidadora.

No contexto do ENEM, o interdiscurso vem à tona ao explorar como os discursos de diferentes áreas, como a mídia, a política e a educação, se entrelaçam e se refletem no tema da redação. O próprio enunciado do tema faz eco a discussões sobre gênero, desigualdade e a divisão do trabalho, ressignificando, em certo grau, um discurso historicamente silenciado sobre a importância do trabalho feminino para a sociedade. Ao abordar a invisibilidade desse trabalho, o tema do ENEM 2023 não só questiona essa marginalização, mas também dá visibilidade a uma pauta que, embora sempre presente, não tem recebido alguma centralidade em debates políticos ou sociais de maior visibilidade.

A partir de uma análise discursiva, identificamos que a indicação desse tema no ENEM configura um momento importante de atualização da memória discursiva sobre o trabalho feminino, mas também uma tentativa de confrontar a invisibilidade histórica que envolve esse tipo de trabalho. No entanto, ainda que se projete, por um lado, o que podemos considerar como um questionamento das estruturas haja uma tentativa de questionamento das estruturas ideológicas que sustentam o invisível, por outro lado, contrariamente, projeta-se uma posição que reforça essas ideologias, ao limitá-lo a uma questão de “desafio” que deve ser superado, sem necessariamente questionar as estruturas profundas que sustentam a divisão desigual entre os gêneros.

discursivo dessa formulação, bem como os efeitos de sentido que ela produz na circulação social do tema, constitui um eixo de investigação que pretendemos desenvolver de forma mais aprofundada em trabalhos futuros.

O tema da invisibilidade do trabalho de cuidado feminino, ao ser proposto como tema de redação no ENEM 2023, atualiza uma memória discursiva marcada por um histórico de marginalização desse tipo de trabalho. Essa memória discursiva reverbera-se, por exemplo, no texto motivador III (SD9) da proposta de redação do ENEM 2023 (Figura 11).

Figura 11 - Texto motivador III da Proposta de redação Enem 2023

TEXTO III

A sociedade brasileira tem passado por inúmeras transformações sociais ao longo das últimas décadas. Entre elas, as percepções sociais a respeito dos valores e das convenções de gênero e a forma como mulheres têm se inserido na sociedade. Algumas permanências, porém, chamam a atenção, como a delegação quase que exclusiva às famílias – e, nestas, às mulheres – de atividades relacionadas à reprodução da vida e da sociedade, usualmente nominadas trabalho de cuidado.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br>.
Acesso em: 24 maio 2023 (adaptado).

Fonte: Proposta Enem 2023

O fragmento aponta para uma transformação nas percepções sociais sobre os valores e convenções de gênero, mas destaca a persistência de uma delegação quase exclusiva das responsabilidades relacionadas ao trabalho de cuidado para as mulheres. Esse ponto é crucial porque, embora haja uma mudança social nas últimas décadas, as “permanências” revelam a força da memória discursiva no discurso social sobre o gênero feminino. A repetição de uma concepção histórica sobre o papel feminino – associando-a ao cuidado e à reprodução – impede que essa transformação seja, de fato, profunda, uma vez que o trabalho de cuidado é ainda considerado natural e intrínseco à mulher, desconsiderando seu caráter de trabalho e suas implicações sociais e econômicas.

A expressão “delegação quase exclusiva” é uma marca ideológica que reflete a naturalização do trabalho de cuidado como uma responsabilidade feminina. Mesmo diante de alterações nas estruturas sociais, a mulher continua sendo, discursivamente, vinculada ao trabalho doméstico e à manutenção da vida social. A memória discursiva, aqui, se manifesta na reprodução ideológica de um discurso que naturaliza a divisão de gênero. As referências ao trabalho de cuidado como algo “habitual” e quase “inalterável” reforçam a ideia de que esse tipo de trabalho não é valorizado como um trabalho formal, com impacto econômico e social.

A mulher se mantém, discursivamente, à margem da construção do que é socialmente valorizado no mercado de trabalho e na esfera pública.

O trecho projeta ainda que, apesar das transformações sociais, o discurso sobre a mulher e o trabalho de cuidado continua sendo reproduzido, o que implica um processo de atualização da memória discursiva que mantém o estigma. Essa memória se alimenta de discursos anteriores, em que as mulheres sempre foram associadas à maternidade e ao cuidado, constituindo a mulher como um “ser natural” para esses trabalhos, sem que se questione o caráter ideológico dessa atribuição. O conceito de interdiscurso, que remete à circulação e entrelaçamento de discursos de diferentes esferas (política, religiosa, midiática), é essencial para compreender como esses sentidos persistem nas falas contemporâneas, como no caso da delegação do cuidado às mulheres.

As transformações sociais mencionadas no trecho indicam, potencialmente, uma possibilidade de mudança nos papéis de gênero, mas o próprio discurso reflete um impasse: como transformar uma percepção que está profundamente enraizada na memória discursiva de uma sociedade? A mudança no discurso é lenta, muitas vezes mascarada, porque há uma sobreposição de novas ideias com as velhas, já que “o próprio da formação discursiva é dissimular na transparência do sentido, a objetividade material contraditória do interdiscurso que a determina” (Orlandi, 2017, p. 20). Como exemplificado no parágrafo, no qual se fala de mudanças sociais, mas sem desconstruir de fato as funções de gênero tradicionais. A análise do trabalho de cuidado feminino, portanto, exige uma ruptura discursiva, na qual a memória das mulheres como cuidadoras precisa ser questionada e resignificada de maneira profunda, sentidos que se projetam também no texto motivador I (SD10) (Figura 12):

Figura 12 - Texto motivador I da Proposta de redação Enem 2023

TEXTO I

O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade

O trabalho de cuidado é essencial para nossas sociedades e para a economia. Ele inclui o trabalho de cuidar de crianças, idosos e pessoas com doenças e deficiências físicas e mentais, bem como o trabalho doméstico diário que inclui cozinhar, limpar, lavar, consertar coisas e buscar água e lenha. Se ninguém investisse tempo, esforços e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnados. Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade e sexualidade. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas.

Documento informativo – Tempo de Cuidar. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 18 de jul. de 2023 (adaptado).

Fonte: Proposta Enem 2023

A afirmação de que o trabalho de cuidado é “essencial” para a economia e para a sociedade, mas “não remunerado e mal pago” e ainda “assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza [...] responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado”, materializa uma naturalização de um papel feminino que, historicamente, nunca foi valorizado. A memória discursiva aqui se manifesta como a atualização de sentidos que reitera a invisibilidade do trabalho das mulheres, apesar do reconhecimento de sua grande importância. Isso está diretamente relacionado a uma formação discursiva que considera o cuidado como uma função feminina, algo que é visto como “natural” para as mulheres, enquanto o trabalho produtivo e remunerado é atribuído ao masculino.

Outro aspecto central do trecho é a ênfase na desigualdade que o trabalho de cuidado impõe às mulheres, especialmente aquelas em situação de pobreza e que ainda sofrem a discriminação baseada em gênero, raça, etnia, classe social, nacionalidade e sexualidade, como as mulheres negras, indígenas, imigrantes e LGBTQIAPN+, que enfrentam um acúmulo de barreiras estruturais e sociais. Esse ponto traz à tona um aspecto importante da intersecção entre as formas de opressão que as mulheres enfrentam. A análise do interdiscurso compreende que os discursos sobre o cuidado e as mulheres não estão isolados, mas se entrelaçam com outros discursos que operam na constituição das desigualdades sociais, como os discursos sobre a

pobreza, que associam o cuidado a práticas de sobrevivência; os discursos racistas, que racializam o trabalho de cuidado, historicamente atribuído a mulheres negras; e os discursos de classe, que hierarquizam esse tipo de trabalho como inferior e informal. Assim, forma-se um quadro complexo de opressão múltipla, em que gênero, raça e classe atravessam e organizam as condições de produção desses sentidos.

Dessa forma, como nos lembra Gonzalez (2020), torna-se fundamental questionar o mito da democracia racial, que sustentou por décadas a ideia de uma convivência harmônica entre os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil, apagando as hierarquias sociais herdadas do sistema escravocrata. Tal mito operou (e ainda opera) como um discurso ideológico que mascara os efeitos materiais do racismo estrutural, inclusive na distribuição do trabalho doméstico e, por extensão, de cuidado, majoritariamente atribuído às mulheres negras.

Esses discursos interagem em diferentes esferas, como a política e a mídia, produzindo sentidos e perpetuando estigmas que tornam as mulheres mais vulneráveis à exploração no campo do cuidado. A pesquisa do IBGE - Pnad Contínua Anual (texto motivador 2 – Figura 13) permite identificar um dado para compreender as dinâmicas de gênero no contexto do trabalho de cuidado.

Figura 13 - Texto motivador II da Proposta de redação Enem 2023

TEXTO II

Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo

Brasil - 2019	
Sexo	Horas Semanais
Homens	11,0
Mulheres	21,4

Fonte: IBGE - Pnad contínua anual

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.
Acesso em: 18 de jul. 2023 (adaptado).

Fonte: Proposta Enem 2023

Embora a tabela (SD11) apresentada no texto motivador da proposta de redação destaque a desigualdade de gênero na média de horas dedicadas semanalmente aos afazeres domésticos, omite um dado crucial que está disponível na mesma fonte: a maior carga de

trabalho de cuidado entre mulheres negras em comparação com mulheres brancas. Acreditamos que esse silenciamento não pode ser lido como neutro ou acidental; ao contrário, materializa um gesto de apagamento que contribui para a reprodução do discurso do “universal feminino” já empreendido aqui. Assim, a análise do não-dito – ou do que foi excluído da materialidade da prova – permite pôr em evidência os efeitos de sentido produzidos a partir da seleção enunciativa operada pelo Estado, que, mesmo ao tematizar o cuidado, escolhe manter invisibilizadas as desigualdades racializadas que o atravessam. Vejamos, assim, os dados da própria pesquisa utilizada na prova, os quais se intitulam “Independente da cor ou raça, taxa de realização de afazeres pelas mulheres é maior”, permitindo-se observar o que foi deixado à margem do recorte apresentado:

Em 2019, 87,6% dos pretos e 86,4% dos brancos faziam afazeres domésticos, enquanto entre os pardos a taxa de realização era de 84,7%. A maior taxa de realização ocorreu entre as mulheres pretas, de 94,1%, contra 91,5% das brancas e 92,3% das pardas. As taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (91,5%), pretas (94,1%) ou pardas (92,3%) são sempre mais altas que as dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,4%, 80,9% e 76,5%, respectivamente). (IBGE, 2019)

Se considerado o cuidado de pessoas segundo cor ou raça [a pesquisa] mostra que as pessoas pretas (33,7%) e pardas (33,0%) possuíam taxa de realização maior que as pessoas brancas (29,7%). Sendo que cerca de 40% das mulheres pardas e pretas realizavam esse tipo de cuidado enquanto que, entre as brancas, a taxa ficou em 33,5%.” (IBGE, 2019).

Essa sobrecarga entre mulheres negras e pardas está intimamente ligada a uma histórica divisão de trabalho que as posiciona em papéis de cuidadoras, reforçando estereótipos de gênero e raça. Tais disparidades são uma manifestação das estruturas sociais e econômicas que perpetuam a marginalização dessas mulheres, além de explicitar como o trabalho de cuidado é muitas vezes invisibilizado e desvalorizado, especialmente quando relacionado a grupos racialmente oprimidos. A visibilização dessas desigualdades é essencial para questionar as políticas públicas e discursos que naturalizam esse papel de cuidado como um “destino” feminino, sem considerar as complexas interações entre gênero, raça e classe.

Ainda sobre isso, a crise global da desigualdade mencionada no trecho também aponta como o capitalismo global e as políticas neoliberais têm se relacionado com a desvalorização do trabalho de cuidado. Nesse contexto, a visão de que o cuidado não é trabalho real, e que as mulheres, principalmente as de classes sociais mais baixas, devem executá-lo sem compensação, está profundamente imersa na memória discursiva dominante, que historicamente relegou as mulheres a funções domésticas e de cuidado sem retorno econômico.

Essa desvalorização econômica do cuidado também se materializa na construção de um discurso que tenta minimizar a importância do trabalho de cuidado no entendimento da economia global. Embora sua necessidade e centralidade sejam reconhecidas, o fato de que as mulheres são majoritárias no trabalho de cuidado, sem remuneração ou com baixos salários, nos leva a pensar que a memória discursiva de um mundo capitalista que explora o trabalho não remunerado das mulheres ainda persiste. O fato de o trabalho de cuidado ser associado à mulher e ao âmbito privado (em oposição ao trabalho público e produtivo, “masculino”) também está na base da ideologia patriarcal que sustenta essa desigualdade.

Por fim, ao considerar o trecho, vê-se que a memória discursiva do trabalho de cuidado feminino é profundamente estruturada por uma ideologia patriarcal que associa as mulheres ao trabalho doméstico e ao cuidado, mas que, ao mesmo tempo, deixa de reconhecê-lo como um trabalho essencial. A desvalorização histórica, embora muitas vezes atrelada a uma visão romântica ou paternalista da mulher cuidadora, tem como principal efeito a invisibilidade do trabalho de cuidado e a perpetuação de desigualdades estruturais. Esse processo de atualização da memória discursiva cria um ciclo em que o trabalho de cuidado é naturalizado, mas não valorizado como contribuição econômica efetiva.

Na contramão, o aumento da demanda por serviços de assistência no contexto global (texto motivador IV – Figura 14), notado em diversas sociedades, destaca uma das questões mais urgentes do cenário contemporâneo: a necessidade de repensar os sistemas de cuidado. O envelhecimento da população, combinado com o aumento de doenças crônicas, deficiências e a crescente responsabilidade sobre o cuidado de familiares em situações de vulnerabilidade, coloca o trabalho de cuidado no centro das discussões sociais e políticas. Essa mudança demográfica, associada a um aumento da demanda por serviços de saúde, social e doméstico, revela uma pressão crescente sobre os sistemas públicos e privados de assistência, que, em muitos países, não conseguem suprir de maneira eficaz as necessidades da população.

Figura 14 - Texto motivador IV da Proposta de redação Enem 2023

TEXTO IV



Capa da revista **Pesquisa**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br>. Acesso em: 23 maio 2023 (adaptado).

Fonte: Proposta Enem 2023

No Brasil, esse cenário se materializa em uma disparidade significativa entre o aumento da demanda por serviços de cuidado e a falta de políticas públicas que reconheçam e valorizem adequadamente esse trabalho, que continua a ser visto, em grande parte, como uma responsabilidade doméstica e feminina. Prova disso, é a tão jovem Política Nacional de Cuidado aprovada em dezembro de 2024. Ou seja, essa demanda e a relevância do trabalho de cuidado não se traduzem automaticamente em visibilidade ou reconhecimento do valor dessa função, que, historicamente, tem sido negligenciada, especialmente no que diz respeito ao trabalho não remunerado e mal pago, predominantemente realizado por mulheres.

A análise desenvolvida nesta seção concentrou-se no funcionamento discursivo do cuidado tal como formulado no interior da proposta do Enem 2023, considerando o exame como espaço institucional de produção e regulação de sentidos. No entanto, os sentidos que se atualizam nesse acontecimento discursivo não se projetam de forma isolada, tampouco se

esgotam na materialidade imediata do tema e dos textos motivadores. Eles se inscrevem em redes mais amplas de memória, nas quais discursos historicamente estabilizados sobre gênero, raça e trabalho de cuidado retornam, se deslocam e produzem efeitos. É nesse deslocamento, da formulação institucional para as redes de memória que a atravessam, que se insere a análise desenvolvida na seção seguinte.

4.3 Redes de memória do cuidado: derivações e efeitos de sentido

A formulação do cuidado como problema discursivo não se dá de modo imediato, tampouco neutro: ela é atravessada por memórias, formações ideológicas e regimes de visibilidade que organizam, historicamente, os modos de dizer e silenciar sobre o tema. Nessa perspectiva, o cuidado não se constitui apenas como prática social, mas como efeito de sentidos, mobilizado em discursos que o associam a determinadas posições de sujeito, como a da mulher, da mãe, da trabalhadora doméstica, da cuidadora – posições marcadas por redes de significação que articulam gênero, classe e raça.

Sob o funcionamento do que Pêcheux (1990) denomina de formações discursivas, os sentidos de cuidado têm sido, historicamente, remetidos ao espaço do privado e naturalizados no corpo feminino. A maternidade, nesse jogo discursivo, opera como eixo de ancoragem simbólica: ser mulher é, com frequência, ser convocada a cuidar. Essa convocação não se dá por uma escolha subjetiva, mas como efeito de uma memória discursiva que associa o feminino ao sacrifício, à abnegação e à doação, fundando o cuidado como uma extensão da função materna. É nesse ponto que o discurso do cuidado se entrelaça à divisão sexual do trabalho: enquanto o trabalho produtivo é socialmente valorizado, o trabalho reprodutivo e de cuidado permanece invisibilizado, não remunerado ou desqualificado.²⁶

Apontamos que, no contexto de muitas culturas, o cuidado e as tarefas domésticas foram designados como trabalho feminino, considerados extensões naturais do papel da mulher enquanto mãe e esposa. Desde tempos remotos, essas funções foram valorizadas de maneira simbólica, mas raramente reconhecidas como trabalho formal ou com valor econômico. Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo*, oferece um testemunho direto desse

²⁶ Parte dessa análise foi anteriormente desenvolvida no artigo intitulado *O trabalho de cuidado no Enem 2023: memória e silenciamento*, de Rodrigues e França, apresentado durante o V Simpósio Internacional Interdisciplinar em Cultura e Sociedade e a XI Semana Acadêmica do PGCult, ocasião em que foram exploradas as articulações entre memória discursiva, apagamentos e os sentidos de cuidado no tema da redação do Enem 2023. (no prelo)

silenciamento ao narrar o cotidiano exaustivo e multifacetado do trabalho feminino. Ela escreve:

Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. [...] Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua. (Jesus, 1960, p. 10).

A autora expõe, com crueza e simplicidade, o peso do trabalho de cuidado invisibilizado, que engloba tanto o sustento financeiro quanto a atenção e proteção emocional aos filhos, revelando uma realidade em que as obrigações se multiplicam, e as condições mínimas de vida não são garantidas. Nesse sentido, a literatura, o discurso religioso e até as leis de várias sociedades projetam como essa imagem da mulher cuidadora se estabeleceu.

Ao abordar a invisibilidade do trabalho de cuidado, o ENEM convoca os(as) candidatos(as) a explorarem uma questão cuja dimensão vai além do âmbito privado. A invisibilidade e a desvalorização social desse trabalho são fenômenos sustentados por uma formação discursiva que reforça estruturas sociais tradicionais, que alocam mulheres na esfera doméstica, reduzindo seu trabalho a uma função “natural” e inevitável. “É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. Porque é histórico é que muda e é porque é histórico que se mantém” (Orlandi, 2017, p. 23). Esse tema de redação, portanto, funciona não apenas como um espaço de reflexão para os(as) estudantes, mas também como uma intervenção discursiva do próprio ENEM, que coloca em evidência uma questão impregnada de implicações ideológicas e sociais. Do que Orlandi explica:

[...] o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pelas oposições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Elas mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. As formações discursivas são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. (Orlandi, 2017, p. 40)

Isso propõe que não se pode pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia. No contexto histórico e social em que o trabalho de cuidado é, muitas vezes, associado exclusivamente à mulher, essas palavras são atravessadas por uma ideologia patriarcal que naturaliza esses papéis, atribuindo-os como funções femininas por excelência. Esse processo

não é acidental; ele está diretamente relacionado a uma formação ideológica que coloca as mulheres em posições de subordinação, ao mesmo tempo em que sua contribuição ao bem-estar social é invisibilizada, desvalorizada e, muitas vezes, não reconhecida economicamente. A ideia de que a mulher é naturalmente cuidadora está inserida em uma construção cultural que associa o feminino ao lar, à família e aos cuidados com os outros, enquanto o trabalho fora de casa, por sua vez, é historicamente associado aos homens e à esfera pública.

Materializando isso, está no enunciado já mencionado neste trabalho, sobre o qual passo agora a desenvolver uma análise mais atenta, em que uma usuária afirma em rede social: SD2 “Tinha eu como exemplo, cuidei do meu pai até o fim da sua vida [...] sozinha, cansativa, depressiva, pois tinha perdido um sonho que era a minha faculdade! [...] 5 anos, mas eu faria tudo de novo pelo o meu véi”, reiterando a associação entre o cuidado e uma dimensão afetiva marcada pela renúncia. A forma como o enunciado é construído revela a atualização de sentidos historicamente inscritos na memória discursiva do feminino: o apagamento de projetos individuais é ressignificado como gesto de amor, e o sofrimento é reinscrito como expressão de força, devoção e fidelidade.

O gesto de dizer “faria tudo de novo” reafirma o vínculo entre cuidado e vocação natural, operando como efeito de evidência ideológica. Ainda que o enunciado mencione os impactos emocionais e as perdas pessoais decorrentes da sobrecarga – como o abandono da faculdade e o adoecimento psíquico –, o investimento afetivo sobre o lugar de quem cuida neutraliza a crítica e reinscreve o feminino como destino.

Tal formulação, quando lida à luz da análise discursiva, aponta o modo como a interpelação social da mulher enquanto sujeito do cuidado não apenas a convoca a ocupar esse lugar, mas também a constitui subjetivamente por meio dele. Assim, mesmo quando há denúncia (a ausência dos irmãos, a solidão, o cansaço), ela é tensionada por um laço de afeto que reafirma os sentidos naturalizados do cuidado como escolha amorosa, deslocando a responsabilidade do Estado e da coletividade para o plano das relações privadas e do compromisso familiar.

4.4 A maternidade como lugar do cuidado: efeitos de naturalização

A relação entre maternidade e cuidado, fortemente enraizada na memória discursiva, sustenta efeitos de naturalização que operam na constituição da mulher – especialmente da mulher negra e das mães trabalhadoras – como sujeito do cuidado. Esse vínculo histórico, forjado por práticas sociais e institucionais, é frequentemente atualizado no discurso midiático,

reiterando uma divisão simbólica entre espaços de trabalho e funções maternas. É a partir desse movimento, que, nesta seção, a análise desloca-se do eixo da formulação institucional do tema para os modos de circulação discursiva que se produzem em torno dele.

A divisão simbólica mencionada anteriormente, sustentada por memórias discursivas de longa duração, ancora sentidos recorrentes sobre maternidade e trabalho no discurso midiático contemporâneo, como é possível observar no enunciado publicado pela revista *Crescer* em seu perfil no Instagram: SD12 “mães que trabalham têm mais chances de sofrer burnout, revela estudo” (Figura 15).

Figura 15 - Post de perfil no Instagram



Fonte: Revista *Crescer*

Observa-se na sequência discursiva o funcionamento de um encadeamento sintático que opera por restrição: o sintagma “mães que trabalham” estrutura-se com base em uma oração adjetiva restritiva, cujo pronome relativo “que” seleciona um subconjunto específico dentro da categoria mais ampla de “mães”. A função sintática do pronome – sujeito da oração subordinada (“que trabalham”) – produz, ao mesmo tempo, um efeito de exclusão e de diferenciação, uma vez que delimita quais mães são objeto da análise: aquelas que exercem atividades laborais, presumivelmente fora do espaço doméstico.

Esse funcionamento sintático permite observar o que Indursky (2011, n.p.) descreve como uma das formas de mobilização do pré-construído no discurso: “uma operação de encaixe sintático no interior do discurso do sujeito”, que sinaliza a fronteira entre o que é retomado da memória discursiva e o que é formulado no dizer do sujeito. Ainda que esse encaixe possa ser linguisticamente rastreável, ele produz o efeito de evidência, como se o sentido ali enunciado tivesse sido originado no discurso da própria revista, e não no interdiscurso que a sustenta. A aparência neutra produz um efeito de sentido que se ancora em um pré-construído ideológico: o de que a maternidade está, por natureza, associada ao cuidado integral e à dedicação exclusiva aos filhos.

Ao explicitar que “mães que trabalham” sofrem mais com burnout, o enunciado reatualiza essa memória discursiva de base patriarcal, segundo a qual o trabalho materno remunerado é concebido como um desvio da norma, reforçando a cisão entre “mães cuidadoras” e “mães trabalhadoras”. A formulação não diz diretamente que trabalhar compromete a maternidade, mas esse efeito de sentido se inscreve como implícito ideológico, silenciando outras determinações que poderiam ser mobilizadas, como a precarização do trabalho, a ausência de políticas públicas de cuidado compartilhado ou a responsabilização individual da mulher pelo bem-estar da família.

O funcionamento discursivo do “que” não apenas organiza a oração subordinada, mas opera como um marcador de exclusão simbólica dentro do enunciado, ao instituir a sobrecarga emocional como uma consequência da escolha (ou necessidade) de trabalhar. Desse modo, o enunciado interdita outras possibilidades de leitura sobre o burnout materno, restringindo-o à causalidade entre trabalho e sofrimento, ao invés de situá-lo no plano estrutural do acúmulo de funções e da desigualdade de gênero. A relação entre maternidade e trabalho, assim representada, se constrói a partir de um jogo de evidência ideológica, no qual o cuidado permanece como função naturalizada da mulher e, por conseguinte, qualquer tensão com o trabalho formal passa a ser lida como uma “quebra” da ordem.

Nesse mesmo movimento, chama atenção a forma como o sujeito é nomeado no enunciado. A formulação “mães que trabalham” coloca em primeiro plano a maternidade, fazendo do trabalho um elemento subsequente, apresentado como condição adicional dessa posição. Não se trata, portanto, de “trabalhadoras que são mães”, formulação que deslocaria o eixo de identificação do sujeito para o campo do trabalho. Ao privilegiar a nomeação “mães”, o enunciado reinscreve uma memória discursiva na qual a maternidade aparece como marca identitária primordial das mulheres, enquanto o trabalho surge como algo que se soma a essa condição, frequentemente produzindo efeitos de sobrecarga ou conflito. Essa assimetria torna-

se ainda mais visível quando se considera a relativa ausência de formulações equivalentes para os homens. Raramente se fala em “homens que são pais” ou “pais que trabalham” como categoria problemática, uma vez que o trabalho masculino é historicamente naturalizado como central. Desse modo, a própria formulação “mães que trabalham” materializa discursivamente a divisão sexual do trabalho, na qual o cuidado permanece socialmente atribuído às mulheres, mesmo quando estas se encontram inseridas no mercado de trabalho.

Para ampliar nossa compreensão sobre os efeitos de sentido produzidos na SD12 “mães que trabalham têm mais chances de sofrer burnout”, é necessário lançar um pouco mais o olhar para a historicidade da associação entre maternidade, cuidado e esfera privada. Os sentidos que hoje naturalizam a mulher como figura central do cuidado – e, particularmente, da maternidade cuidadora – não são originais nem universais: eles se constituem a partir de formações discursivas que se estabilizam e se transformam ao longo do tempo, sob determinadas condições de produção.

Historicamente, a consolidação da imagem da mulher como cuidadora está relacionada à ascensão do modelo burguês de família nos séculos XVIII e XIX, especialmente na Europa e nas Américas. O discurso de que a mulher possui uma “vocação natural” para o cuidado surgiu com força nos períodos colonial e vitoriano. Durante o período colonial, a divisão dos papéis de gênero foi fortemente influenciada por visões religiosas e patriarcais, que atribuíam às mulheres a responsabilidade pelo lar, pelos filhos e pelos doentes, enquanto os homens ocupavam os espaços públicos e produtivos. Com a separação entre os espaços público e privado, o trabalho produtivo passou a ser associado aos homens – senhores da razão, da política e da ciência – enquanto o espaço do lar foi atribuído às mulheres – guardiãs da moral, do afeto e do cuidado. É nesse processo que a maternidade passa a ser constituída discursivamente como vocação, dever natural, missão feminina.

Essa ideia se intensificou na era vitoriana (século XIX), quando a mulher ideal passou a ser retratada como sensível, amorosa e devotada à família, enquanto o homem era visto como racional e destinado ao trabalho fora de casa. Essas narrativas reforçaram o sentido de que o cuidado seria uma obrigação feminina, e não uma escolha ou uma profissão, justificando a permanência das mulheres na esfera doméstica e consolidando um discurso que se estenderia até os dias atuais.

Na medicina, surge a noção de “instinto materno” cientificamente legitimada. Na psicanálise, por exemplo, com os estudos de Sigmund Freud e outros teóricos da época, contribuiu para consolidar a ideia de que o papel da mulher estava intrinsecamente ligado à maternidade e ao cuidado, e essa associação ficou tão enraizada que passou a ser vista como

uma “verdade universal”. A mulher foi construída discursivamente como aquela que deveria cuidar do lar, dos filhos, e manter a harmonia familiar. Freud, em seus textos, como *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), por exemplo, reforça essa ideia ao vincular a mulher à função reprodutiva e à manutenção do ambiente doméstico. Para Freud, a mulher não apenas era vista como cuidadora por natureza, mas também como aquela cujo papel fundamental estava na educação e no zelo pelo bem-estar da família, especialmente dos filhos.

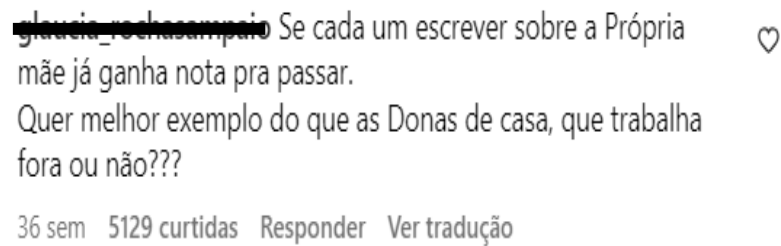
Este conceito da mulher como “cuidadora natural” foi, portanto, incorporado nos discursos sobre a sexualidade, a moralidade e a função social da mulher, que também influenciou as políticas públicas e educacionais do século XIX e XX. No Brasil, por exemplo, a educação das meninas no século XIX estava profundamente conectada a essa ideia. A Lei de 1827, que regulamentou o ensino básico no Brasil, representou um marco na educação feminina, permitindo o acesso das meninas à escolarização. No entanto, as escolas femininas eram separadas das masculinas e ofereciam um currículo distinto, que focava na formação para a função doméstica. As meninas eram preparadas para o cuidado da casa e da família, com disciplinas como a matemática sendo reduzidas ou praticamente ausentes. Esse modelo educacional reflete a visão de que o papel da mulher estava inerentemente ligado ao cuidado e à manutenção da ordem familiar e social, uma ideia que, até hoje, sustenta a invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino, especialmente no contexto do cuidado.

O discurso educacional da época não as via como sujeitas à instrução para a profissão ou para o mercado de trabalho, mas as preparava para o espaço doméstico, reafirmando a ideia de que a mulher tinha uma “natureza” voltada ao cuidado.

Em outro exemplo, no campo da saúde, políticas públicas voltadas à mulher no início do século XX, como a criação de instituições de apoio à maternidade, também estavam imersas nessa ideia de “natureza cuidadora”. A mulher era, então, a responsável pela saúde dos filhos e pela saúde coletiva, mas, ao mesmo tempo, essa responsabilidade era desvalorizada, pois era vista como um trabalho “natural”, sem um reconhecimento adequado.

Na esteira desse debate, e como desdobramento dos efeitos de sentido provocados pela análise anterior, observamos o funcionamento de outros enunciados que circularam nas redes sociais, particularmente aqueles que, a partir da mesma cena enunciativa (o tema da redação do Enem 2023), retomam e reatualizam memórias discursivas sobre maternidade, cuidado e trabalho doméstico. A análise a seguir se debruça sobre um enunciado amplamente compartilhado nas redes, que projeta sentidos atravessados por formações discursivas contraditórias, ora reforçando, ora tensionando representações historicamente naturalizadas em torno do ser mãe e das relações de gênero.

Figura 16 - Posta de perfil no Instagram



Fonte: Página Oficial do INEP

Esse comentário, que rapidamente ganhou repercussão e acumulou mais de 5 mil curtidas, projeta sentidos contraditórios – contradições constitutivas do próprio funcionamento discursivo, atravessado por diferentes formações ideológicas em embate. De um lado, reafirma a figura materna como símbolo de cuidado, dedicação e trabalho, uma associação sustentada por memórias discursivas que remontam a discursos tradicionais sobre maternidade mencionados aqui anteriormente. Esses discursos constroem o cuidado como um atributo natural e obrigatório da mãe, criando a expectativa de que “toda mãe cuida” ou, em uma inversão, de que “quem não cuida, não é mãe”. Nesse funcionamento, observam-se paráfrases que reiteram o já-dito – a equivalência entre mãe e cuidadora – ao mesmo tempo que silenciam outras possíveis formas de cuidado, produzindo um efeito de univocidade sobre o termo. Ao vincular de forma quase indissociável a maternidade ao ato de cuidar, o enunciado reforça uma visão essencialista que invisibiliza as diferentes condições sociais, subjetividades e contextos que atravessam a experiência de ser mãe. Afinal, o que é cuidar?

Por outro lado, ao evocar o trabalho doméstico como uma prática desempenhada majoritariamente por mulheres – sejam elas mães ou não –, o enunciado também mobiliza sentidos ligados às desigualdades de gênero que estruturam essa atividade. Ao mencionar SD13 “donas de casa, que trabalham fora ou não”, o discurso textualiza, ainda que de forma ambígua, a falta de reconhecimento social e econômico do trabalho doméstico e da chamada “dupla jornada”, vivida por muitas mulheres. Ao perguntar, ainda que de forma implícita, se o trabalho doméstico é ou não trabalho, o enunciado tensiona sentidos historicamente naturalizados, mas sem romper com a memória discursiva que tende a romantizar esse esforço.

Ainda assim, a crítica não se descola de uma memória discursiva que opera como armadilha ideológica: ao romantizar o esforço das mulheres em conciliar múltiplos papéis,

esvazia-se a possibilidade de questionamento das condições estruturais que sustentam essa desigualdade.

Entretanto, essa construção discursiva apresenta efeitos excludentes e contraditórios, sobretudo no que se refere à mulher negra. Gonzalez (2020) destaca que, no Brasil, a experiência da mulher negra sempre esteve marcada pela exploração – da maternidade e do trabalho, do corpo – em contextos de escravidão e racismo estrutural. Diferentemente do ideal burguês da maternidade cuidadora, a mulher negra foi historicamente representada como uma figura funcional à reprodução da força de trabalho alheia, com sua maternidade desvalorizada e desumanizada.

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). (GONZALEZ, p. 53)

Tal representação opera como instrumento de apagamento simbólico e material, na medida em que é exaltada como cuidadora dos filhos da casa-grande, a mãe negra tem sua própria maternidade silenciada e sua condição de sujeita de direitos negada, consolidando um lugar social de servidão, afetividade compulsória e exclusão.

A imposição do trabalho doméstico para mulheres negras, ainda hoje majoritariamente negras, reforça esse apagamento. Essencial se torna mencionar novamente Fontana e Cestari (2014), quando escrevem sobre como os discursos sociais associam a “cara de empregada doméstica” a estereótipos raciais que naturalizam a condição subalterna dessas mulheres, negando-lhes o reconhecimento como mães e como sujeitos com direitos plenos. Assim, o discurso do cuidado se mostra atravessado por tensões de classe, gênero e raça, revelando as contradições da sociedade brasileira e a necessidade de ressignificações.

Ao analisar essa construção discursiva a partir de uma perspectiva materialista da AD, observa-se que, ao longo da história, essas representações foram sedimentadas e naturalizadas, criando um senso comum que relega o trabalho de cuidado feminino a um lugar de invisibilidade e desvalorização. O trabalho de cuidado se transforma em um “não trabalho”, um trabalho desinteressante do ponto de vista econômico, apesar de sua importância social.

O discurso sobre a mulher cuidadora, portanto, não só foi alimentado por teorias científicas e psicanalíticas, mas também se refletiu em práticas institucionais e políticas públicas que influenciaram diretamente as formas de socialização e a construção de identidades

de gênero, especialmente a da mulher. Esses discursos continuam a reverberar nas em nossa formação social, como no tema de redação do ENEM 2023, no qual a invisibilidade do trabalho de cuidado feminino é colocada em foco e, de certa forma, questionada.

Na esteira desse debate, observa-se que a formulação aqui já apresentada a título de exemplificação e retomada agora: SD1 “Trabalho de cuidado nada mais é do que a mãe q tem filho com alguma deficiência e recebe apenas o bpc pra sobreviver...” opera a partir de uma cadeia de memórias discursivas que vinculam, de forma naturalizada, o cuidado à maternidade. A estrutura do enunciado já se constrói a partir de uma evidência que se quer indiscutível – “nada mais é do que” – , o que já indica o apagamento de outras possibilidades de significação do cuidado, reduzindo-o à experiência da mãe solo e empobrecida, cujo trabalho é inseparável da dor, da renúncia e da exclusão do mercado formal.

A ativação da memória do *BPC* (Benefício de Prestação Continuada), nesse contexto, não funciona apenas como um dado informacional, mas como um operador de sentidos que materializam a precarização social e econômica a que essas mulheres estão submetidas. O não poder trabalhar fora, mencionado como consequência direta do cuidado, inscreve a maternidade como uma prisão – social, simbólica e econômica – o que atualiza uma memória de sacrifício que acompanha historicamente o feminino e, mais especificamente, a figura da “mãe de filho com deficiência”. A forma como a política pública é mencionada sugere mais um efeito de suplência do que de direito, projetando a imagem de uma sobrevivência que é garantida não pelo reconhecimento, mas pela carência.

Ao final, o apelo “Olhem por nós...” desloca o dizer da denúncia individual para uma dimensão coletiva, instaurando o sujeito que pede visibilidade como aquele que já se reconhece fora da cena pública. Há aí um gesto de interpelação do Estado, da sociedade e do discurso oficial do ENEM, que tensiona a ausência de políticas mais estruturais para o cuidado. Ainda assim, essa interpelação ocorre dentro de um regime de sentido que reafirma a centralidade do papel materno – e exclusivamente feminino – na tarefa do cuidado, o que, por sua vez, limita o potencial disruptivo do enunciado.

Embora essas associações históricas estejam profundamente enraizadas na memória social, os papéis de gênero vêm sendo tensionados por movimentos feministas e por políticas públicas que reivindicam a redistribuição do trabalho de cuidado. Em um contexto de transformações sociais e exigência por justiça de gênero, torna-se cada vez mais urgente desnaturalizar a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade exclusiva das mulheres. A valorização econômica e simbólica desse trabalho, historicamente invisibilizado, emerge como pauta central em debates contemporâneos, que exigem não apenas reconhecimento, mas

também ações concretas de reparação e redistribuição das tarefas de cuidado entre os gêneros e nas estruturas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tomou como objeto de análise o tema de redação do Enem 2023 e a Política Nacional de Cuidados do Brasil (PNC), compreendendo-os não como enunciados institucionais ou meramente avaliativos, mas como materialidade discursiva atravessada por memórias, disputas de sentidos e posições-sujeito historicamente construídas. Ao deslocar o olhar do exame enquanto instrumento técnico para os discursos que o sustentam e o atravessam, a pesquisa buscou compreender de que modo o trabalho de cuidado é significado, distribuído e naturalizado no interior de uma formação social marcada por profundas desigualdades de gênero, raça e classe. Nessa perspectiva, o Enem funciona menos como fim e mais como ponto de condensação de discursos mais amplos, nos quais se inscrevem formas específicas de responsabilização e de interpelação dos sujeitos.

No primeiro capítulo, o percurso teórico permitiu situar o estudo no campo da Análise de Discurso de vertente materialista, mobilizando noções fundamentais, como memória discursiva, condições de produção, posições-sujeito e ideologia. Essas categorias não funcionaram como instrumentos descritivos, mas como operadores de leitura capazes de sustentar a compreensão do cuidado enquanto prática social atravessada por relações de poder. Ao articular o debate sobre o trabalho de cuidado com discussões feministas, especialmente aquelas que problematizam a divisão sexual e racial do trabalho, o capítulo ofereceu as bases necessárias para pensar o cuidado não como escolha individual ou atributo naturalizado das mulheres, mas como efeitos de processos históricos e discursivos de longa duração.

O segundo capítulo, dedicado ao quadro metodológico, reafirmou que a constituição do arquivo, a delimitação do corpus e o recorte analítico são gestos teóricos e políticos. Ao reconstruir as condições de produção do Enem e acompanhar os modos de circulação do tema de redação – desde sua formulação institucional até sua difusão e ressignificação em outros espaços discursivos –, e da PNC foi possível sustentar uma análise que considera a materialidade discursiva em movimento. Nesse sentido, a metodologia adotada não se restringe a um procedimento técnico, mas se inscreve em uma concepção de análise que compreende o discurso como prática social, historicamente situada e atravessada por contradições.

No capítulo analítico, a investigação voltou-se para os efeitos de sentido produzidos em torno do (trabalho de) cuidado, observando como determinadas posições-sujeito são reiteradas, enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas. As análises mostraram que, mesmo quando o discurso se apresenta sob a forma de valorização do cuidado, ele frequentemente reinscreve a responsabilização feminina, atualizando memórias que associam o cuidado ao espaço

doméstico e à figura de mulher-mãe. Além disso, ainda que raça e gênero nem sempre apareçam explicitados nos enunciados, esses marcadores operam de forma constitutiva nos processos de interpelação ideológica, produzindo efeitos desiguais que recaem de maneira mais intensa sobre mulheres negras, sobretudo aquelas em contextos de vulnerabilidade social.

Retomando os objetivos propostos na introdução, considera-se que a pesquisa alcançou o propósito de analisar discursivamente o tema de redação do Enem 2023, articulando-o às noções de memória discursiva e posições-sujeitos, bem como de compreender como o trabalho de cuidado é significado no interior de discursos institucionais, como no Marco Conceitual e na Política Nacional de Cuidados. Ao longo do percurso analítico, tornou-se possível também avançar na problematização dos silenciamentos e dos não ditos que atravessam esses discursos, especialmente no que se refere às consequências materiais dessa estrutura para mulheres negras. Ao mesmo tempo, o próprio movimento da análise conduziu a deslocamentos que ampliaram o escopo inicial da investigação, reforçando o caráter processual e não fechado do gesto analítico.

Por fim, é importante reconhecer os limites e as aberturas deste trabalho. Longe de pretender esgotar os sentidos em circulação sobre o trabalho de cuidado, esta pesquisa se inscreve no entendimento de que o discurso é sempre atravessado por deslocamentos, reatualizações e contradições. O tema da redação do Enem 2023 foi tomado como acontecimento discursivo capaz de convocar memórias e disputas históricas, não como totalidade representativa, mas como ponto de entrada para a análise de processos mais amplos de significação. Nesse viés, os sentidos aqui analisados não se fecham no corpus mobilizado, mas permanecem em circulação, abrindo possibilidades para novos gestos de leitura.

Abrem-se, assim, caminhos para pesquisas futuras que possam considerar outros materiais e outros espaços de circulação discursiva, bem como aprofundar a análise das articulações entre trabalho reprodutivo e trabalho de cuidado, políticas públicas, racialização e gênero. Ao assumir esses limites, esta dissertação não se encerra como ponto final, mas como um gesto de leitura que aponta para a necessidade contínua de interrogar os sentidos que organizam o social e produzem desigualdades.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Marco conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Cuidados**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 05 jan. 2025.

CEEC – Conselho Estadual de Educação do Ceará. **Os marcos históricos no ensino e na vida pública da mulher no Brasil**. CEEC, 7 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2023/03/07/os-marcos-historicos-no-ensino-e-na-vida-publica-da-mulher-no-brasil/>. Acesso em: 29 out. 2024.

CESTARI, Mariana J.; CHAVES, Tyara Veriato; FRANÇA, Glória. **Todo mundo fala pretuguês, principalmente quem não fala**. Conexão Letras, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/132808>. Acesso em: 15 dez. 2025.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a Memória e o Esquecimento na Enunciação do Discurso Político. Trad. de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). **Ensaio: Múltiplos Territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FRANÇA, Glória. **Gênero, raça e colonização: brasilidades em discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Agência IBGE de Notícias, 28 out. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 29 out. 2024.

IBGE. **PNAD Contínua Anual: Média de Horas Dedicadas às Atividades Domésticas e de Cuidado.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 8 nov. 2024.
BRASIL. A Redação do ENEM 2023. Cartilha do Participante – Enem 2023. Ministério da Educação, Brasília, 2023.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso.** Campinas, Mercado de Letras, 2011.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OIT. **El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado para un futuro con trabajo decente.** Genebra, Oficina Internacional del Trabajo, 2019.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso.** In: LAGAZZI-ROGRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia.** 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 4.ed. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Análise automática do discurso** (1969). Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

MODESTO, Rogério. **Os discursos racializados.** Revista da ABRALIN, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em:

NÓBREGA, Renata. **Carta Capital**, 2023. Ser mulher, nascer mãe e dialogar com Silvia Federici. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/ser-mulher-nascer-mae-e-dialogar-com-silvia-federici/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mônica; CESTARI, Mariana Jafet; “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil”. In: RUA [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura: Análise do Discurso**, Alagoas, n. 23, p. 15-24, 1999. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/revistaleitura/article/view/7592/5314>. Acesso em 03 out. 2025.